

Regulamento para o Serviço de Saude em tempo de paz

TITULO I

Organização do Serviço

CAPITULO I

OBJECTO DO SERVIÇO

Art. 1.º O Serviço de Saude do Exercito tem por objecto:

- a) a applicação dos preceitos de hygiene á conservação da saude da tropa e o tratamento dos militares doentes e feridos;
- b) a preparação dos officiaes e homens de tropa do Corpo de Saude para o desempenho de suas funcções em tempo de guerra;
- c) a constituição de depositos e conservação de material sanitario de toda natureza, destinado á mobilização.

CAPITULO II

SITUAÇÃO DOS OFFICIAES DO CORPO DE SAUDE NA HIERARCHIA GERAL

Precedência e subordinação — Relações de serviço

Art. 2.º Os officiaes do Corpo de Saude teem, na hierarchia geral, a situação exacta que lhes é conferida pela graduação no que respeita ás precedencias, honras, direitos e deveres geraes dos officiaes.

Os officiaes do Corpo de Saude usam as mesmas insignias e teem as mesmas denominações militares dos outros officiaes, da mesma graduação, das differentes armas e serviços.

§ 1.º Os quadros componentes do Corpo de Saude são differenciados por distinctivos particulares a cada quadro.

§ 2.º Em caso algum, os officiaes do Corpo de Saude, que teem suas funções bem definidas, podem exercer o direito de commando geral que saia de suas attribuições profissionais. Este preceito é absoluto e applica-se aos casos em que, accidental e momentaneamente, estes officiaes venham a ficar sob as ordens militares de um official de tropa de posto inferior ao seu.

§ 3.º Teem, entretanto, os mesmos direitos e os mesmos deveres de autoridade e disciplina, que os officiaes de sua graduação, sobre todos os officiaes e praças do serviço de saude e bem assim sobre os officiaes e praças, em geral, postos provisoriamente á sua disposição pelo Commando com um fim bem definido, por exemplo: doentes em tratamento em enfermaria ou hospital, doentes que se apresentam á visita medica, homens que se apresentam á inspecção de saude, guarda militar de hospital ou formação sanitaria de tempo de guerra.

§ 4.º Os officiaes em tratamento em um estabelecimento sanitario teem, qualquer que seja sua graduação, o dever militar de obedecer ao regulamento desse estabelecimento.

Situação respectiva dos officiaes das diversas categorias

Art. 3.º Nos corpos de tropa:

Os officiaes e praças encarregados do serviço sanitario de um corpo de tropa recebem, directamente, ordens do medico-chefe do serviço e, por intermedio deste, do commandante e fiscal; em caso de fraccionamento do corpo de tropa, o commandante do destacamento tem a mesma autoridade, para com o pessoal sanitario, que o do corpo.

Art. 4.º Nos Hospitais:

A direcção de todos os estabelecimentos, em que ha doentes em tratamento, pertence sempre a um medico, o mais graduado dos que servem no estabelecimento. Sob sua direcção funcionam, parallelamente, os diversos serviços medicos, pharmaceuticos, odontologicos: em cada serviço, o funcionario depende de seu chefe tecnico directo e, por intermedio deste, todos estão subordinados á direcção do estabelecimento.

Art. 5.º Nos Laboratorios de Bacteriologia, Depositos de Material Sanitario:

A direcção pertence sempre a um medico.

Art. 6.º Nos Laboratorios de Pharmacia e Chimica:

A direcção pertence sempre a um pharmaceutico.

Relações de serviço ou commando

Art. 7.º Do maior ao menor posto de sua hierarchia, os officiaes do Corpo de Saude não constituem somente pessoal de execução, limitado aos cuidados a dar aos doentes e applicação de regras hygienicas á tropa; são, tambem, os conselheiros technicos do commando para tudo que concerne ao recrutamento do Exercito, conservação dos effectivos, educação physica, preparação do Serviço de Saude para a guerra, formação de reservas sanitarias.

§ 1.º São responsaveis, para com o commando, por todas as medidas sobre taes assumptos, no que respeita a seus respectivos serviços; cabe-lhes estabelecer um programma de melhoramentos a introduzir no serviço e submettel-o ao commando; devem mesmo, em casos de urgencia, tomar as providencias indispensaveis, assumindo a responsabilidade, e fazer, em seguida, as communicações devidas a seus chefes militares e technicos.

Sua acção deve sempre ser tão completa quanto possivel; nunca, entretanto, pôde ser exercida sem a approvação e fiscalização do commando.

§ 2.º Todo official do Corpo de Saude, qualquer que seja seu posto ou função, está sob a dependencia directa:

a) de um chefe militar, do qual recebe ordens militares e a quem deve sempre trazer ao corrente de tudo que concerne ao Serviço de Saude;

b) de um chefe tecnico do Serviço de Saude, do qual recebe ordens e ao qual informa, por intermedio de seu chefe militar, sobre a execução do Serviço de Saude, unicamente sob o ponto de vista tecnico.

§ 3.º Todas as relações de serviço e correspondencia official devem seguir a via hierarchica, isto é, os officiaes do Corpo de Saude farão suas communicações, mesmo as verbaes, e endereçarão a correspondencia official a seu chefe de serviço; este as transmittirá ao chefe militar; commandante da tropa, si se trata de um corpo de tropa; commandante militar de quem depende directamente, si se trata de um hospital ou outro estabelecimento sanitario.

Deste modo a correspondencia se encaminhará até seu destinatario pela via mixta do commando e da autoridade tecnica; a mesma via é seguida para as relações de serviço entre os chefes do Serviço de Saude e seus subordinados.

Esta via hierarchica, indispensavel para trazer o commando e a autoridade tecnica ao corrente de tudo o que lhes interessa, tem o inconveniente, em certos casos, de tornar muito longo o caminho que seguirão as ordens e pedidos urgentes; nestes casos particulares, a correspondencia tecnica entre os officiaes do Corpo de Saude será estabelecida em duas vias: uma será remettida directamente á autoridade tecnica, unicamente por intermedio do chefe militar directo, a outra seguirá a via hierarchica normal.

CAPITULO III

ELEMENTOS DE EXECUÇÃO

Art. 8.º O Serviço de Saude do Exercito é impulsionado pela direcção central, *Directoria de Saude da Guerra*, á qual compete a organização e preparação de tudo que concerne ao pessoal, material e problemas technicos do Serviço de Saude, em tempo de paz e em tempo de guerra.

Cabe, além disso, á *Directoria de Saude da Guerra* dar, a todo o pessoal do Corpo de Saude, as directivas geraes e resolver, em ultima instancia, todas as questões graves e importantes que interessem á Saude do Exercito.

Art. 9.º Em cada região ou circumscripção militar existe um chefe do Serviço de Saude, sob a autoridade do commandante da região ou circumscripção, encarregado de pôr em pratica as directivas emanadas da *Directoria de Saude da Guerra*, manter o bom estado sanitario da tropa e assegurar o serviço no territorio da região.

Art. 10. Os chefes do Serviço de Saude das regiões são secundados, em cada guarnição, por medicos que, sem prejuizo de suas funções proprias, exercem a *Chefia do Serviço de Saude da Guarnição*, sob a autoridade do commandante da mesma.

Art. 11. Nos corpos de tropa, fortalezas e estabelecimentos militares, a execução do Serviço de Saude é assegurada por um quadro de medicos, enfermeiros e padoleiros, constituindo uma *Formação Sanitaria Regimental*, sob a autoridade directa do chefe do corpo ou estabelecimento e fiscalização tecnica dos chefes do Serviço de Saude de Guarnição e Região.

Art. 12. Em cada Divisão de Infantaria e nas sedes das 1.ª e 2.ª Circumscripções Militares, funciona uma *Formação Sanitaria Divisionaria*, centro de recrutamento e instrucção para enfermeiros, padoleiros, conductores, artifices, etc., destinados ás formações sanitarias da Divisão, em tempo de guerra, incumbindo-lhes, ainda, a execução de medidas de prophylaxia nas guarnições da Divisão. Constituem, além disso, eventualmente, um órgão sanitario para acompanhar as expedições no interior do territorio nacional.

Art. 13. Os doentes e feridos do Exercito, cujo estado de saude não permite sejam conservados nas *Enfermarias Regimentaes*, são tratados nos *Hospitais Militares* (Hospital Central do Exercito, Hospitais de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes) e *Enfermarias-Hospitais*, de onde podem ser transferidos para os *Depositos de Convalescentes*, *Sanatorios*, *Estações Hydro-Mineraes* ou *Balnearias*.

Art. 14. Além do tratamento hospitalar, tratamentos ambulatorios e medidas de prophylaxia reconhecidas necessarias, são realizados, na Capital Federal, por uma *Estação de Assistencia e Prophylaxia*, onde funciona um serviço permanente destinado aos militares e suas familias.

Art. 15. O material do Serviço de Saude, tanto o de uso corrente como o de guerra, é acondicionado e conservado

nos *Depositos de Material Sanitário* situados no território nacional.

Taes depositos são destinados a prover periodicamente, em material, todos os Serviços Sanitários do Exército e manter em perfeito estado o material de guerra que deverá ser distribuido aos supraditos serviços em caso de mobilização.

Art. 16. Os medicamentos, peças de curativos e utensilios de pharmacia, necessarios aos serviços sanitarios do Exército, são fornecidos pelo *Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar*, que abastece directamente os supracitados serviços do material de tempo de paz e envia aos *Depositos de Material Sanitário* os medicamentos, curativos e accessorios de pharmacia destinados a constituir a provisão de campanha.

Art. 17. Os exames, pesquisas e pericias relativos a bacteriologia, anatomia, pathologia e biologia clinica são praticados no *Laboratorio Militar de Bacteriologia*.

Art. 18. A disseminação das forças militares nacionais e a immensa extensão do territorio necessitam activa e permanente inspecção dos serviços sanitarios, tanto sob o ponto de vista da prophylaxia das doenças epidemicas e tratamento dos doentes, como da instrução e preparação para a guerra. Esta função é assegurada por *Inspectores do Serviço de Saude*, delegados do Director de Saude da Guerra e munidos de plenos poderes.

Art. 19. Os medicos e pharmaceuticos, ao entrar para o Exército, tem necessidade de adaptação ás funções militares, que lhes será dada por um estagio na *Escola de Aplicação do Serviço de Saude*.

Esta mesma escola é utilizada para o aperfeiçoamento de medicos e pharmaceuticos militares que tenham atingido seis annos de exercicio e dá, aos que o desejarem, facilidades para fazer uma especialidade á sua escolha.

CAPITULO IV

PESSOAL DO CORPO DE SAUDE

Art. 20. Os officiaes que concorrem para a execução do Serviço de Saude em tempo de paz, são:

a) os medicos e pharmaceuticos do Exército activo, cujos quadros são fixados pelo Governo, segundo as necessidades e os effectivos dos corpos e estabelecimentos do Exército Nacional;

b) officiaes encarregados das funções de gestão e contabilidade administrativa, nas formações e estabelecimentos do Serviço de Saude, que formam um quadro composto e recrutado de accordo com as disposições particulares.

Art. 21. O pessoal subalterno do Serviço de Saude em tempo de paz se compõe:

a) dos enfermeiros e padoleiros militares, cujos quadros são previstos nos diferentes capitulos deste Regulamento;

b) dos auxiliares de escripta e contabilidade, artifices e conductores em serviço nos diversos estabelecimentos e formações sanitarias;

c) do pessoal civil ligado, permanente ou temporariamente, ao Serviço de Saude.

RECRUTAMENTO DOS OFFICIAES

Art. 22. Os medicos e pharmaceuticos do Exército activo, são recrutados entre medicos e pharmaceuticos diplomados pelas faculdades officiaes ou officialmente reconhecidas, após concurso seguido de estagio na *Escola de Aplicação do Serviço de Saude*, de accordo com as disposições contidas no capitulo correspondente á *Escola*.

§ 1.º O recrutamento dos officiaes encarregados das funções administrativas nos estabelecimentos do Serviço de Saude será objecto de regulamento especial.

§ 2.º Os officiaes da reserva do Serviço de Saude são recrutados de accordo com as disposições que lhes concernem contidas nos regulamentos que tratam da constituição e instrução das reservas do Exército.

RECRUTAMENTO DOS HOMENS DE TROPA

Art. 23. Os enfermeiros dos Corpos de tropa, estabelecimentos militares e Formações Sanitarias Divisionarias são recrutados por meio de concurso, nas condições previstas pelo presente regulamento e pelo regulamento para o Serviço nos Corpos de Tropa.

§ 1.º Os padoleiros, auxiliares de escripta, conductores, artifices das Formações Sanitarias e dos Estabelecimentos do Serviço de Saude são recrutados entre sorteados.

Devem ser robustos e saber ler o escrever.

Levar-se-á em conta, quanto possível, a aptidão profissional.

§ 2.º Os musicos dos corpos constituem padoleiros auxiliares e recebem instrução de padoleiro durante seu serviço.

§ 3.º O recrutamento de enfermeiros e padoleiros dos hospitais militares é objecto de disposições especiaes contidas no presente Regulamento.

CARGOS E FUNÇÕES

Art. 24. Os officiaes e praças do Corpo de Saude são distribuidos nos cargos e funções, cuja enumeração se segue, segundo quadros determinados pela autoridade competente e de accordo com os effectivos fixados:

Directoria de Saude da Guerra;
Chefias do Serviço de Saude das Regiões e Circumscripções Militares;
Escola de Aplicação do Serviço de Saude;
Hospital Central do Exército;
Hospitais Militares de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, Sanatorios, *Depositos de Convalescentes*;
Enfermarias-hospitais;
Deposito Central de Material Sanitario;
Depositos Regionaes de Material Sanitario;
Estação de Assistencia e Prophylaxia;
Laboratorio Militar de Bacteriologia;
Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar;
Institutos de ensino militar;
Fabricas e Arsenaes;
Formações Sanitarias Divisionarias;
Corpos de Tropa;
Estabelecimentos e serviços diversos.

TITULO II

Funcionamento do serviço

CAPITULO I

DIRECTORIA DE SAUDE DA GUERRA (D. S. G.)

Art. 25. A Directoria de Saude da Guerra, subordinada directamente ao Ministro da Guerra, tem por fim a direcção geral de todo o serviço de saude do Exército e, provisoriamente, a direcção administrativa do Serviço de veterinaria.

Art. 26. A Directoria de Saude compõe-se do gabinete e 4 divisões.

A 1.ª e 2.ª divisões tratam das questões relativas á execução do serviço de saude na parte administrativa; a 3.ª divisão, do estudo das questões technicas relativas ao serviço de saude; a 4.ª divisão, de todas as questões relativas ao serviço veterinario.

A 1.ª e 2.ª divisões são subdivididas em duas secções, cada uma; a 3.ª divisão, em tres secções; e a 4.ª divisão, em duas secções.

GABINETE

Art. 27. Ao gabinete do director compete centralizar todo o serviço administrativo da repartição, tendo a seu cargo:

a) o protocolo, recepção, registo e expedição da correspondencia official;

b) o expediente, despachos do director, transmissão do ordens, escripturação e o boletim da directoria;

c) a bibliotheca, o archivo e a publicação da *Revista da Directoria de Saude da Guerra*.

PRIMEIRA DIVISÃO

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE SAUDE EM TEMPO DE PAZ

PRIMEIRA SECÇÃO

Pessoal

Art. 28. A 1.ª secção tem a seu cargo as questões relativas á situação, classificação e transferencia do pessoal do corpo de saude; recrutamento e instrução do pessoal sanitario; escolas do serviço de saude.

Compete-lhe especialmente:

a) a organização das escalas para classificações e transferencias dos officiaes do corpo de saude e enfermeiros militares;

b) organização dos quadros de distribuição dos officiaes do corpo de saude e enfermeiros militares pelas diversas comissões e unidades de tropa.

2) remessa ao Estado-Maior do Exército, para base do projecto annual de fixação de forças, dos quadros do pessoal do serviço de saúde;

d) receber as apresentações dos officiaes e enfermeiros, para o que haverá livros especiais;

e) estudo das questões relativas ao recrutamento dos officiaes do quadro de saúde e enfermeiros militares;

f) estudo das questões relativas á instrução dos officiaes, enfermeiros militares e pessoal das formações sanitarias regimentaes e divisionarias; E-escola de Applicação do Serviço de Saúde; instrução e recrutamento de especialistas para os hospitais e laboratorios;

g) registro do compromisso dos officiaes do serviço de saúde;

h) manter em dia os assentamentos dos officiaes do serviço de saúde;

i) propor as aggregações, reversões e reformas, de accordo com a legislação em vigor;

j) enviar ao Departamento da Guerra as alterações dos officiaes e praças que devam ser publicadas no Boletim e Almanak;

k) extrahir as fés de officio, quando forem precisos taes documentos para fins previstos nas leis e regulamentos em vigor;

l) informar e encaminhar os papeis relativos ao pessoal dos quadros de saúde, que tenham de transitar pela directoria.

2.ª SECÇÃO

Material

Art. 29. A 2.ª secção tem a seu cargo as questões concernentes ao material para o serviço de saúde do Exército; á organização, funcionamento e inspecção dos serviços de saúde em tempo de paz.

Compete-lhe especialmente:

3) Quanto ao material:

a) o estudo dos assumptos relativos ao aprovisionamento e distribuição do material para os serviços de saúde do exercito de tempo de paz, organizando uma nomenclatura e tabellas e escolhendo os typos regulamentares para cada unidade de material;

b) o estudo e informações sobre os pedidos de fornecimentos de material para os diferentes serviços de saúde, afim de serem despachados pelo director.

c) o registro das quantidades de material existentes nos depósitos e distribuido pelos serviços de saúde, fiscalizando os consumos de accordo com as tabellas;

d) a organização da estatística annual de todo movimento de material, de modo a conhecer as exigencias nos depósitos para o serviço commum e reserva de guerra.

II) Quanto á organização e funcionamento dos serviços de saúde:

a) o estudo das questões concernentes á organização e funcionamento do serviço de saúde, nas grandes e pequenas unidades de tropa, estabelecimentos militares e sanitarios;

b) o registro da hospitalização militar: numero de hospitais, leitos, movimento de doentes, numero de enfermarias em funcionamento; questões relativas ás admissões e altas dos doentes;

c) registro das estatísticas de analyses e trabalhos realizados nos laboratorios do serviço de saúde e das receitas enviadas nas farmacias militares.

III) Quanto ás inspecções, compete á secção colligir dados que facilitem as dos diversos serviços de saúde nas regiões e estabelecimentos militares, registrando as observações e informações colhidas nos relatorios enviados pelos inspectores.

2.ª DIVISÃO

Serviço de Saúde em Campanha

1.ª SECÇÃO

Pessoal e mobilização

Art. 30. A 1.ª secção estuda as questões relativas ao pessoal sanitario e suas reservas para o serviço de guerra, á mobilização do pessoal das sociedades da Cruz Vermelha e outras de assistência aos feridos de guerra.

Compete-lhe especialmente:

a) a preparação da mobilização do pessoal sanitario do Exército activo e das reservas, de accordo com as directivas e instruções do Estado-Maior do Exército;

b) a organização de relações dos profissionais militares da activa e das reservas, de accordo com as aptidões especiais de cada um, reveladas e reconhecidas nas diversas especialidades, para a sua conveniente utilização em caso de guerra;

c) a organização de relações de profissionais civis que não pertencem á reserva e que, em caso de mobilização, possam ser aproveitados de accordo com as suas aptidões especiais;

d) a centralização de informações sobre a organização e pessoal profissional das sociedades da Cruz Vermelha e outras de assistência a feridos de guerra, mantendo com ellas relações constantes para conhecer a instrução do respectivo pessoal e prever sua distribuição precisa para o caso de guerra.

Art. 31. A secção estuda também todas as questões concernentes á instrução e preparação para guerra do pessoal do Exército activo, suas reservas e do das sociedades civis de soccorros aos feridos de guerra.

§ 1.º Estuda o desenvolvimento a dar, sob o ponto de vista do funcionamento dos órgãos sanitarios, aos themas geraes estabelecidos pelo Estado-Maior para o Exército.

§ 2.º Examina a resolução desses themas, fazendo-lhes a critica, que será dada a conhecer aos executantes, e envia ao Estado-Maior do Exército as conclusões sobre as falhas e necessidades do serviço.

Art. 32. Finalmente compete ainda á secção providenciar sobre o meio de augmentar a contrução do numero de reservistas enfermeiros e padioleiros para os serviços de campanha, fiscalizando a instrução dos reservistas sanitarios.

2.ª SECÇÃO

Material do serviço de saúde em campanha — Formações Sanitarias

Art. 33. Estuda as questões relativas ao material do serviço de saúde em campanha, organização em material das formações e estabelecimentos sanitarios de campanha e das sociedades civis de soccorros aos feridos de guerra e mobilização do respectivo material.

Compete-lhe especialmente:

a) a organização das tabellas do material para as formações sanitarias de campanha, de accordo com a nomenclatura geral do material para o serviço de saúde em campanha;

b) estudo da organização e funcionamento do serviço de saúde em campanha;

c) manter em dia os mappas de existencias e faltas de todo o material sanitario de campanha, em deposito e distribuido, bem como, das providencias tomadas para supprir as faltas;

d) colher dados sobre os recursos materiaes das sociedades da Cruz Vermelha e outras de assistência aos feridos de guerra, estabelecendo o modo de utilizal-os;

e) organizar a estatística dos recursos sanitarios civis existentes no Paiz e estabelecer de accordo com o Estado-Maior do Exército, os planos minuciosos da sua utilização;

f) o estudo das linhas de communicações terrestres, maritimas e fluvias e do respectivo material, no que se relaciona com a evacuação de feridos e doentes e abastecimento de material para o serviço de saúde em campanha; estabelecimento, em collaboração com o Estado-Maior do Exército, de planos minuciosos para a utilização dos meios de transportes sanitarios em campanha;

g) estudo dos pontos mais adequados para o estabelecimento da hospitalização de campanha e das medidas necessarias para o seu funcionamento immediato em tempo de guerra, sempre em collaboração com o Estado-Maior do Exército.

3.ª DIVISÃO

Serviços technicos

Art. 34. A 3.ª Divisão estuda as questões technicas relativas aos serviços medico, pharmaceutico e odontologico do Exército e, bem assim, cabe-lhe a iniciativa da proposta de medidas capazes de melhorar e aperfeiçoar os serviços technicos em qualquer ramo de suas especialidades.

§ 1.º As secções da Divisão funcionarão também como órgão consultivo, emittindo pareceres sobre todas as questões technicas de sua competencia, que forem solicitadas pelo Exército.

verno, Estado-Maior do Exército, serviços de saúde e outras repartições militares.

§ 2.º Estuda também os assumptos concernentes ás condições de aptidão physica para o serviço militar e questões technicas sobre inspecções de saúde, tratando cada secção da parte que lhe compete e em collaboração intima umas com outras, por intermedio dos respectivos chefes.

§ 3.º A Divisão fornecerá á Junta Superior de Saude e demais juntas de inspecção de saúde os elementos de ordem technica que lhe forem solicitados para orientação do criterio a adoptar em suas decisões.

1.ª SECÇÃO

Medicina — Hygiene — Pharmacia

Art. 35. A 1.ª Secção trata das questões technicas referentes á medicina e suas especialidades, dermatovenerologia, medicina legal militar, bacteriologia, hygiene, pharmacia, chimica e bromatologia.

Compete-lhe especialmente:

a) o estudo das questões technicas do dominio da pathologia medica e suas especialidades, processos therapeuticos e sua utilização no Exército;

b) estudo das medidas de toda natureza concernentes á hygiene individual e colectiva, na tropa e estabelecimentos militares, em marcha e estacionamento;

c) colher dados, pelo registo medico de aquartelamento, sobre as installações e condições hygienicas das enfermarias regimentaes, quartéis, hospitais e estabelecimentos militares;

d) estudo das questões de hygiene dos quartéis, hospitais e estabelecimentos militares, estabelecendo as regras que devem ser observadas nas construcções e installações dos respectivos edificios, de accordo com o clima e as diversas regiões do Paiz;

e) estudo das questões referentes aos thermo-reguladores do corpo humano;

f) estudos de prophylaxia, comprehendendo as medidas prophylaticas de applicação temporaria e permanente, para a proteção da saúde do soldado;

g) centralizar e estudar os relatorios sobre trabalhos de prophylaxia realizados pelas respectivas commissões ou medicos dos diversos serviços, registrando-os por unidade, estabelecimento, guarnição e região;

h) organizar o estudo epidemiologico de todas as guarnições e regiões militares;

i) estudo das desinfecções e seus meios de applicação em tempo de paz e de guerra;

j) recolher, por intermedio da 3.ª Secção, os resultados das diversas vaccinações praticadas no Exército.

Art. 36. A secção compilará todos os dados relativos ás condições geographicas, climatologicas ou de qualquer outra ordem que, em cada região militar, possam influir sobre a hygiene e saúde dos homens, quer no serviço de guarnição, quer em campanha.

Art. 37. Praticará estudos semelhantes sobre questões technicas de bacteriologia, medicina legal militar, pharmacia, chimica, falsificações e bromatologia.

2.ª SECÇÃO

Cirurgia geral e especialidades cirurgicas

Art. 38. A 2.ª secção cabe o estudo das questões technicas concernentes á cirurgia geral e especialidades cirurgicas, ophtalmo-oto-rhino-laryngologia, vias urinares, odontologia, radiologia e physiotherapia, tudo de modo semelhante ao da 1.ª secção desta divisão, não só para o tempo de paz como para o de campanha.

3.ª SECÇÃO

Estatistica sanitaria do Exército

Art. 39. A 3.ª secção trata do estudo das questões referentes á estatistica sanitaria do Exército, cabendo-lhe especialmente:

a) organização de nomenclatura nosographica e instruções minuciosas para o estabelecimento da estatistica medica do Exército;

b) organização do archivo de estatistica, onde serão conservados os documentos correspondentes a dois annos, os quaes passarão depois para o archivo da directoria;

c) publicação annual da estatistica sanitaria do Exército.

4.ª DIVISÃO

Serviço de Veterinaria

Art. 40. A direcção do serviço de veterinaria, enquanto permanecer subordinada á do serviço de saúde, constituirá a 4.ª Divisão da Directoria de Saude da Guerra, dividida em duas secções.

Art. 41. O chefe da divisão é ao mesmo tempo inspector de Veterinaria do Exército e, nesse caracter, tem ampla autonomia quanto á direcção technica do serviço. (Ver Regulamento para o Serviço de Veterinaria em tempo de paz.)

1.ª SECÇÃO

Serviço veterinario em tempo de paz

Art. 42. A 1.ª secção trata de todas as questões concernentes ao pessoal, material, assumptos technicos e funcionamento do serviço veterinario em tempo de paz, de modo analogo ao estabelecimento neste regulamento para o serviço de saúde.

2.ª SECÇÃO

Serviço veterinario em campanha

Art. 43. A 2.ª secção trata de todas as questões concernentes á mobilização do pessoal, do material, preparação para a guerra e funcionamento do serviço de veterinaria em campanha, de modo analogo ao prescripto, neste regulamento, para o serviço de saúde.

Junta Superior de Saude

Art. 44. A Junta Superior de Saude é constituida por cinco membros, officiaes superiores medicos, em serviço na Capital Federal, sendo presidida pelo mais antigo ou graduado e servindo de secretario o membro mais moderno ou menos graduado.

§ 1.º Os membros da Junta Superior são nomeados pelo director de Saude, tendo em vista o aproveitamento e especialistas para os casos particulares.

§ 2.º A Junta Superior funcionará normalmente no Hospital Central do Exército e reunir-se-ha, quando necessario, por ordem do director de Saude.

Art. 45. Cabe á junta:

a) inspecionar, em grão de recurso, os militares inspecionados pelas juntas ordinarias;

b) decidir as duvidas ou divergencias suscitadas entre as juntas militares de saúde, nos seus respectivos pareceres;

c) inspecionar os aggregados por motivos de molestia, quando terminarem o anno de aggregação, declarando se estão ou não aptos para reverter ao serviço activo do Exército.

Art. 46. As decisões da Junta Superior de Saude são definitivas.

Art. 47. O archivo da Junta Superior será conservado pelo chefe da 3.ª divisão e considerado archivo secreto.

Junta Militar de Saude da Directoria de Saude

Art. 48. A Junta Militar de Saude da Directoria é constituida por um official superior medico, como presidente, e mais dous medicos, em serviço na Capital Federal; funciona na sede da directoria, subordinada ao director de Saude da Guerra.

Art. 49. Esta junta inspeciona:

a) os officiaes e praças que, servindo na Capital Federal, não pertençam á 1.ª Região Militar;

b) os officiaes e praças que estiverem em tratamento no Hospital Central do Exército;

c) os officiaes e praças, provenientes de outras guarnições, que tiverem de ser submettidos a nova inspecção de saúde;

d) os officiaes e praças em transito.

Pessoal da directoria

Art. 50. O pessoal da directoria é o seguinte:

2.ª Secção:

a) Director de Saude da Guerra, general medico;

b) ajudante de ordens do Director, um primeiro tenente medico, ao mesmo tempo auxiliar do gabinete;

c) chefe do gabinete, coronel ou tenente-coronel medico.

1ª DIVISÃO

2ª Secção:

a) um chefe, coronel ou tenente-coronel medico, chefe igualmente da Divisão;
e) um adjunto, capitão medico;

2ª Secção:

f) um chefe, major medico;
g) um adjunto, capitão pharmaceutico.

2ª DIVISÃO

1ª Secção:

A) um chefe, coronel ou tenente-coronel medico, chefe igualmente da Divisão;
i) um adjunto, capitão medico.

2ª Secção:

j) um chefe, major medico;
k) dous adjuntos: um capitão medico e um capitão pharmaceutico.

3ª DIVISÃO

1ª Secção:

l) um chefe, coronel ou tenente-coronel medico, chefe igualmente da Divisão;
m) dous adjuntos: um capitão medico e um capitão pharmaceutico.

2ª Secção:

n) um chefe, major medico;
o) um adjunto, capitão medico.

3ª Secção:

p) um chefe, major medico;
q) um adjunto, capitão medico.
Quando o chefe da divisão for cirurgião, cabe-lhe a chefia da 2ª secção e não a da 1ª, que terá então, por chefe, um major medico.

1ª Secção:

r) um chefe, tenente-coronel veterinario, ao mesmo tempo chefe da Divisão;
s) um adjunto, capitão ou 1º tenente veterinario.

2ª Secção:

t) um chefe, major veterinario;
u) um adjunto, capitão ou 1º tenente veterinario.

Paraphrased unico. Além do pessoal tecnico, terá mais a Directoria:

- a) um almoxarife, official contador;
- b) um archivista, official reformado;
- c) sargentos auxiliares de escripta em numero sufficiente;
- d) um porteiro;
- e) dous continuos;
- f) seis serventes.

ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Do Director de Saude

Art. 51. O Director de Saude da Guerra, directamente subordinado ao Ministro da Guerra, é o chefe do Corpo de Saude e o principal responsavel pelo bom funcionamento do serviço sanitario do Exército, na Directoria, repartições, estabelecimentos militares e unidades de tropa.

Art. 52. Exerce acção de commando sobre o pessoal da Directoria e estabelecimentos que lhe são directamente subordinados.

Corresponde-se directamente com o Ministro, o Chefe do Estado-Maior do Exército, os Directores dos Serviços e Commandantes de Regiões e Circumscripções Militares, e, por via hierarchica, com os chefes de repartições e estabelecimentos e commandantes de grandes e pequenas unidades, sobre assumptos e expediente relacionados com a Directoria ou com o serviço de saude.

Art. 53. Em casos de epidemias ou de calamidade publica, que affectem a saude e a vida da tropa, o Director de Saude agirá em nome do Ministro, com plenos poderes de acção, relativamente a todas as providencias urgentes que fo-

rem necessarias para debellar o mal, fazendo, posteriormente, as communicações devidas ás autoridades competentes e preenchendo as demais formalidades administrativas.

Art. 54. Compete ao Director de Saude:

1) dirigir os trabalhos da Directoria, velando pela fiel observancia das leis, regulamentos e ordens em vigor, concernentes ao serviço de saude do Exército, bem como pela disciplina do pessoal da Directoria e estabelecimentos della dependentes;

2) fiscalizar, directamente o funcionamento dos serviços technicos, administrativos e economicos dos estabelecimentos e repartições directamente subordinados á Directoria, tomando as providencias necessarias e solicitando do Ministro da Guerra as que não forem de sua alçada;

3) velar pelo bom funcionamento do serviço de saude de todo o Exército e instrução sanitaria ministrada nas unidades de tropa, hospitaes, estabelecimentos de saude, Escola de Applicação ao Serviço de Saude, etc., organizando themas para serem desenvolvidos pelos chefes de serviço de saude das Regiões e fazendo a critica dos que lhe forem enviados já resolvidos;

4) propor ao ministro a adopção das medidas necessarias para melhorar as condições da saude e hygiene do soldado e as dos serviços;

5) prestar ao ministro esclarecimentos sobre todos os assumptos sanitarios do Exército e aconselhar medidas sobre as condições hygienicas dos quartéis e estabelecimentos militares, existentes ou por construir, e as das guarnições;

6) propôr ao ministro as nomeações e transferencias dos officiaes medicos, pharmaceuticos, dentistas, para os diversos serviços nos corpos, hospitaes, estabelecimentos sanitarios, estabelecimentos militares e de ensino e outras commissões, de accordo com as necessidades technicas de cada serviço;

7) distribuir os officiaes, em exercicio na directoria, pelo gabinete e divisões, transferindo-os de um para outro serviço, conforme a aptidão especial de cada um;

8) nomear as commissões necessarias para o estudo de questões da alçada da directoria, podendo requisitar do ministro officiaes que não sirvam sob sua jurisdição;

9) dar exercicio numa das secções da directoria, ou nos estabelecimentos subordinados, aos officiaes addidos á Directoria;

10) transferir os enfermeiros de um para outro hospital, conforme as necessidades do serviço, e propor ao ministro as nomeações e promoções, de accordo com as disposições em vigor;

11) exercer a policia militar, de accordo com os regulamentos disciplinar e processual criminal militar, sobre o pessoal militar ou civil, em exercicios na directoria ou estabelecimentos directamente subordinados;

12) solicitar directamente ao chefe do Estado-Maior do Exército, directorias, departamentos e repartições civis, e, por via hierarchica, das demais repartições e estabelecimentos militares, as informações, dados ou documentos necessarios, informando igualmente a estas autoridades o que por ellas for solicitado, a bem do serviço publico;

13) estudar a natureza e origem das doenças infecciosas e parasitarias reinantes na tropa, providenciando sobre o estabelecimento de prophylaxia permanente, para o que se entenderá com as autoridades competentes, solicitando do ministro as medidas, cuja adopção escaparem á sua alçada;

14) satisfazer as requisições que lhe forem feitas pelas autoridades militares competentes, relativamente ás necessidades dos respectivos serviços de saude;

15) autorizar o fornecimento, pelo Deposito Central do Material Sanitario, dos pedidos ordinarios e extraordinarios para os diversos serviços e, mediante prévia autorização do ministro, dos extraordinarios relativos a material não constante das respectivas tabellas;

16) dar parecer sobre qualquer trabalho scientifico apresentado pelos officiaes do Corpo de Saude, autorizando a publicação na Revista da Directoria dos que merecerem tal distincção, e propondo a adopção das indicações aconselhadas, que sejam vantajosas á hygiene ou ao serviço, cabendo-lhe a fiscalização, sob os pontos de vista tecnico e militar, das publicações feitas na Revista;

17) examinar os papeis que tenham de subir a despacho do ministro, emitindo seu parecer, quando julgar necessario; dar parecer ou informar qualquer assumpto de serviço tecnico que lhe for proposto pelas autoridades militares;

18) informar ao ministro do resultado das commissões especiaes desempenhadas pelos officiaes do Corpo de Saude, por designação sua.

19) organizar, na medida do possível, os museus de hygiène, anatomia pathologica, cirurgia de guerra, etc., fomentando o seu desenvolvimento;

20) providenciar sobre a compra de livros e assignatura de revistas scientificas, para maior desenvolvimento da bibliotheca da Directoria; compra deapparelhos, instrumentos e mais objectos uteis aos serviços da repartição, dentro da verba que lhe é destinada;

21) organizar o orçamento das despesas a realizar com as experiencias e estudos a cargo da Directoria, apresentando-o ao ministro da Guerra;

22) rubricar os pedidos dos chefes do gabinete e das divisões e autorizar o respectivo fornecimento;

23) rubricar os livros de escripturação, podendo delegar tal attribuição aos chefes das divisões;

24) mandar passar certidões, quando requeridas com a declaração do fim a que se destinam e desde que não haja inconveniente em despachal-as;

25) autorizar, mediante requerimento e recibo, a restituição de documentos apresentados pelos candidatos inscriptos para os concursos de admissão na Escola de Applicação do Serviço de Saude;

26) remetter á Directoria de Contabilidade da Guerra as folhas de vencimentos do pessoal da Directoria;

27) publicar em boletim as ordens do serviço que devam chegar ao conhecimento da Directoria e estabelecimentos subordinados;

28) dar compromisso aos officiaes nomeados para o Corpo de Saude, na presença dos demais officiaes da Directoria e de accordo com as disposições em vigor;

29) attender e providenciar sobre as queixas ou partes dos chefes militares sobre faltas no serviço, dependentes de responsabilidade profissional do pessoal, propondo ao ministro as substituições necessarias, a bem do serviço; providenciar junto ás autoridades competentes sobre qualquer obstaculo que se apresente na execução do serviço tecnico, por parte dos respectivos profissionais;

30) conceder dispensas do serviço ao pessoal militar e civil da Directoria e as férias regulamentares, de accordo com as disposições em vigor;

31) tomar parte nos trabalhos da Commissão do Promoções, relativos ás promoções no Corpo de Saude;

32) ordenar as inspecções da saude pelas Juntas Superior de Saude e Ordinaria da Directoria de Saude, solicitadas pelas autoridades competentes, de accordo com as disposições em vigor;

33) remetter ao ministro o relatório annual do movimento da repartição e estabelecimentos subordinados e demais serviços do saude do Exército, consignando as principais necessidades de cada um e propondo as medidas que a pratica e o progresso da sciencia aconselharem para melhoria do serviço.

Do chefe do gabinete

Art. 55. Incumbe-lhe:

1) dirigir os serviços do Gabinete, centralizando todo o trabalho administrativo da Directoria;

2) conferir e authenticar as cópias e assignar as certidões que forem passadas, por despacho do director;

3) receber o distribuir pelas Divisões a correspondencia, devidamente protocolada, conforme a natureza e o objecto de cada documento, excepto os de character reservado ou secreto, especialmente dirigidos ao director;

4) organizar e fiscalizar toda a escripturação, serviços do protocollo, registro o archivo e os relativos ás alterações occorridas com o pessoal da Directoria;

5) prohibir informações de qualquer natureza a pessoas estranhas, salvo ordem expressa do director;

6) organizar os pedidos de artigos do expediente, providenciando sobre a encadernação de minutas, boletins, avisos e officios da repartição;

7) redigir o boletim da Directoria e todos os papeis e despachos officiaes, que dependem da assignatura do director;

8) fiscalizar os serviços da Bibliotheca;

9) dirigir os trabalhos da publicação da *Revista da Directoria de Saude*, o asseo e hygiene dos locais da Directoria;

10) fiscalizar os serviços do Gabinete e portaria e o ponto dos empregados civis, levando ao conhecimento do director as faltas e transgressões verificadas;

11) apresentar o expediente á assignatura do director e providenciar para que não haja demora nas informações dos papeis que transitam pela Directoria.

Art. 56. Os auxiliares do Gabinete executarão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo chefe, cabendo-lhes tambem colligir dados para o relatório do director.

Art. 57. O ajudante de ordens do director, a este directamente subordinado, é tambem auxiliar do gabinete, cabendo-lhe mais:

1) acompanhar o director nos diversos serviços a seu cargo, executando os trabalhos que elle lhe determinar;

2) attender, na Directoria ás pessoas que procurarem fallar ao director.

Dos chefes das divisões

Art. 58. Aos chefes das Divisões incumbe:

1) dirigir os serviços das suas Divisões, devendo ter a iniciativa dos estudos, da organização dos dados e documentos indispensaveis á realização dos trabalhos de sua competencia;

2) manter em dia o respectivo expediente, despachando para as secções os papeis e assumptos que reclamam parecer e estudo das mesmas, devendo ter um livro de protocollo para registro das entradas e sahidas dos papeis;

3) solicitar directamente dos chefes das demais Divisões os dados e informações, que forem necessarios ao estudo e resolução das questões de sua competencia;

4) solicitar, por intermedio do director de Saude, as informações e dados que dependem de repartição ou estabelecimento estranho á Directoria;

5) submeter á assignatura ou consulta do director todos os trabalhos realizados nas secções de cada Divisão;

6) conferir e authenticar as certidões e cópias de documentos pertencentes ás Divisões e apresentar até 31 de janeiro ao chefe do Gabinete os dados necessarios á confecção do relatório annual do director.

Dos chefes das secções

Art. 59. Aos chefes das secções compete dirigir, incumbindo-se delles juntamente com seus auxiliares, os estudos e trabalhos affectos á respectiva secção e discriminados neste regulamento, tendo a iniciativa para o maior desenvolvimento tecnico da secção e aquisição dos recursos uteis ao bom desempenho de suas funções.

Dos adjuntos das secções

Art. 60. Os adjuntos das secções executarão com zelo e discreção os trabalhos que lhes forem confiados pelos chefes.

Do contador

Art. 61. O official contador, directamente subordinado ao chefe do Gabinete, exerce, na Directoria, funções analogas ás dos contadores dos Corpos, cumprindo-lhe especialmente:

1) organizar e assignar as folhas de pagamento do pessoal da Directoria, que serão verificadas pelo official a quem competirem as funções de fiscal administrativo, entregando ao chefe do Gabinete a nota, visada pelo fiscal, do numerario recebido para ser publicada no boletim;

2) receber das repartições competentes o dinheiro pertencente á directoria;

3) effectuar todos os pagamentos, não só de vencimentos do pessoal, como tambem os das despesas da directoria;

4) organizar e ter em dia o mappa-carga do material da directoria.

Dos auxiliares de escripta

Art. 62. Os auxiliares de escripta executarão, com zelo e discreção, os trabalhos que lhes forem confiados pelos chefes e auxiliares das respectivas secções e divisões.

Art. 63. São distribuidos pelo gabinete e pelas divisões, conforme as necessidades do serviço e por propostas do chefe do gabinete ao director.

Art. 64. Ao archivista, directamente subordinado ao chefe do gabinete, cabe conservar, em ordem e asseo, o archivo geral da directoria e a bibliotheca.

Do porteiro, continuos e serventes

Art. 65. O porteiro, que é o chefe dos empregados da portaria, fica subordinado ao chefe do gabinete, incumbindo-lhe:

1) dirigir o fiscalizar os trabalhos de limpeza e asseo das dependencias da directoria, trazendo em perfeito estado de conservação os moveis e objectos sob sua guarda e os da sua carga, organizando as respectivas relações e ficando responsavel pelos extravios;

2) abrir e fechar as dependencias da directoria nas horas regulamentares ou que lhe forem determinadas;

3) receber e expedir, com o maior cuidado, a correspondência da directoria, lançando os despachos no livro da porta, que fica sob sua guarda, e conservando sigillo sobre os assumptos de serviço, de que tiver conhecimento, no desempenho de sua função;

4) fiscalizar os serviços dos continuos e serventes, participando immediatamente ao chefe do gabinete, as faltas e transgressões disciplinares de seus subordinados;

5) cumprir e fazer cumprir fielmente as ordens que receber do gabinete e da directoria;

6) manter a policia nas ante-salas, de modo a evitar qualquer irregularidade, recorrendo, quando desobedecido, ao chefe do gabinete;

7) prohibir o ingresso de pessoas estranhas nas salas de trabalho ou dependencias do edificio, salvo ordem superior.

Art. 66. Aos continuos compete:

1) auxiliar o porteiro e transmitir os recados ou ordens, que forem dados;

2) attender ao chamado dos officiaes e funcionarios, cumprir as suas ordens, em objecto de serviço, avisal-os quando procurados, conduzir e entregar os papeis dentro da repartição.

Art. 67. O mais antigo dos continuos substituirá o porteiro em seus impedimentos transitorios.

Art. 68. Os serventes são encarregados de todo o serviço e limpeza e quaesquer outros que lhes sejam ordenados, solicitando do porteiro os recursos necessarios para o cumprimento de seus deveres e devendo tambem auxiliar o serviço dos continuos.

Conselho administrativo

Art. 69. Sua organização e funcionamento serão regulados pelas disposições do regulamento em vigor, para a administração dos corpos de tropa.

Nomeações, concursos e substituições

Art. 70. O director é nomeado por decreto e os demais officiaes, por portaria do Ministro, mediante proposta do director.

Paragrapho unico. A designação da divisão ou secção onde ficam servindo os officiaes nomeados para a Directoria de Saude, é feita pelo director.

Art. 71. Os sargentos auxiliares de escripta são nomeados para a directoria pelo chefe do Departamento da Guerra, por solicitação do director de saude.

Paragrapho unico. O archivista é nomeado pelo Ministro, por proposta do director de saude.

Art. 72. O porteiro, os continuos e os serventes são nomeados pelo director.

Art. 73. O director é substituido em seus impedimentos pelo official que lhe fôr immediatamente inferior em hierarchia militar, salvo designação especial do Governo; os chefes das divisões, pelo chefe de secção mais graduado da divisão; os chefes de secção, pelo adjunto mais graduado de sua secção.

Paragrapho unico. Quanto ás outras substituições, o director providenciara, de accordo com as conveniencias do serviço.

DESTITUIÇÕES, VENCIMENTOS E PERDAS, A QUE ESTÃO SUJEITOS OS EMPREGADOS CIVIS, TEMPO DE SERVIÇO, PENAS DISCIPLINARES, FÉRIAS, LICENÇAS E APOSENTADORIAS

Art. 74. Regularão estes assumptos, no que tiverem applicação á directoria, as disposições estabelecidas nos respectivos capitulos do regulamento da Secretaria da Guerra.

Disposições gerais

Art. 75. A directoria ficam directamente subordinados os estabelecimentos sanitarios seguintes:

Hospital Central do Exercito, Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, Laboratorio Militar de Bacteriologia, Deposito Central de Material Sanitario e Escola de Applicação do Serviço de Saude.

Art. 76. Todas as disposições do Regulamento da Secretaria da Guerra sobre os empregados civis são applicadas aos de igual categoria da Directoria, no que se coadunar com a natureza de sua organização.

Art. 77. A escripturação da Directoria é feita de accordo com os modelos vigentes e os que forem organizados para os serviços especiaes de prophylaxia, estatistica, quadros de mobilização, etc., em instrucções especiaes, propostas pelo director e approvadas pelo ministro.

Art. 78. Os officiaes do Corpo de Saude são nomeados ou transferidos para as diversas commissões nos corpos de tropa, hospitais, estabelecimentos militares, etc., por portaria do ministro ou decreto, conforme os regulamentos, mas sempre por proposta do director de Saude.

Paragrapho unico. Os commandantes das Regiões, sómente nos casos de necessidade urgente, por falta eventual de profissionais, podem transferir os dentro das respectivas Regiões, provisoriamente, de uma para outra commissão, até que seja normalizado o serviço, fazendo disto sciente o director de Saude.

Disposições transitorias

Art. 79. As attribuições conferidas á extincta 6ª Divisão do Departamento do Pessoal da Guerra passam para a 1ª Divisão da Directoria de Saude da Guerra (1ª Secção), que receberá o respectivo archivo.

Art. 80. Os actuaes primeiros, segundos e terceiros officiaes pertencentes ao quadro dos funcionarios civis da Directoria, são conservados e respeitadas os direitos adquiridos.

As suas vagas serão preenchidas por sargentos auxiliares de escripta.

Art. 81. Enquanto o Quadro de Veterinarios não possuir o tenente-coronel e majores previstos, as funções de chefe da 3ª Divisão da Directoria e inspector de Veterinaria serão desempenhadas por um coronel ou tenente-coronel medico; as de chefe de secção e commandante da Escola de Veterinaria, por majores medicos.

Art. 82. O director de Saude mandará organizar instrucções, pormenorizando o funcionamento dos serviços da Directoria, repartições e estabelecimentos sanitarios, as quaes entrarão em vigor depois de approvadas pelo Ministro da Guerra.

CAPITULO II

SERVICO DE SAUDE NAS REGIÕES E CIRCUMSCRIPÇÕES MILITARES

Attribuições gerais

Art. 83. O Serviço de Saude, em cada Região ou Circumscripção Militar, é dirigido por um official superior do quadro medico do Corpo de Saude com a denominação de chefe do Serviço de Saude da Região ou Circumscripção Militar.

Este official é nomeado pelo Ministro da Guerra, por proposta do director de Saude da Guerra e após entendimento entre este ultimo e o commandante da Região.

Subordinação

Art. 84. O chefe do Serviço de Saude faz parte do Quartel-General do commandante da Região ou Circumscripção Militar, ao qual é directamente subordinado.

Sob o ponto de vista tecnico, é subordinado ao director de Saude da Guerra, de quem é o representante regional e como tal encarregado de assegurar a conservação da saude da tropa e o tratamento dos doentes e feridos em todos os corpos, serviços e estabelecimentos militares da Região ou Circumscripção.

Correspondencia

Art. 85. Corresponde-se directamente com o commandante da Região ou Circumscripção, a quem dá informações sobre as epidemias ou factos importantes, relativos ao Serviço de Saude, e propõe as medidas que julgar necessarias para a conservação do bom estado sanitario da tropa e execução do serviço.

Corresponde-se com o director de Saude da Guerra, por intermedio do commandante da Região ou Circumscripção. Todavia, em casos de urgencia, que se relacionem com a saude publica ou da tropa, pode entender-se directamente com o director de Saude da Guerra por telegramma, devendo, entretanto, dar conhecimento de seu acto ao commandante da Região ou Circumscripção. Redige, em seguida um relatório circunstanciado, indicando as providencias tomadas e por tomar. Este relatório é estabelecido em duas vias, das quaes uma é dirigida ao commandante da Região e a outra enviada directamente ao director de Saude da Guerra.

Corresponde-se com os medicos chefes de corpos e estabelecimentos, por intermedio dos respectivos commandantes ou directores.

Corresponde-se directamente com os directores dos hospitais militares da Região ou Circumscripção e com o chefe da formação sanitaria divisionaria, que lhe são directamente subordinados.

Pessoal

Art. 86. Para a execução do serviço, o chefe do Serviço de Saude tem sob suas ordens um pessoal composto, em principio, de um medico, capitão ou subalterno, adjunto; de sargentos para os trabalhos de contabilidade ou secretaria e soldados auxiliares (em numero variavel).

AÇÃO SOBRE O PESSOAL DE SAUDE DA REGIÃO**Autoridade — Poder disciplina**

Art. 87. O chefe do Serviço de Saude tem autoridade completa sobre o pessoal sanitario do Quartel-General, assim como o dos hospitais militares, estabelecimentos do Serviço de Saude e formação sanitaria divisionaria.

Tem autoridade tecnica sobre os medicos dos corpos de tropa e estabelecimentos, cujo serviço fiscaliza permanentemente.

Para o pessoal que não está directamente sob suas ordens, pode, em caso de faltas technicas, as punições necessarias ao commandante da região ou circumscripção.

Transferencia

Art. 88. Propõe ao commandante da região a designação de officiaes do Serviço de Saude da região para assegurar os seguintes serviços:

a) Serviço de guarnição. Cuidados a dar aos officiaes sem corpo de tropa e suas familias, militares em transitio, empregados militares e respectivas familias, operarios civis dos estabelecimentos militares;

b) juntas militares de saude e juntas especiais para inspecção de conscriptos;

c) substituições temporarias devidas a casos de urgencia ou motivos importantes nos diversos serviços medicos, pharmaceuticos ou odontologicos da região.

As transferencias assim feitas serão comunicadas, com brevidade, ao director de Saude da Guera. e essa communicação será acompanhada de pedido de designação do titular definitivo.

Art. 89. Em caso de insufficiencia do pessoal medico, pharmaceutico ou administrativo, dirige os pedidos necessarios ao director de Saude da Guerra, por intermedio do commandante da região. Estes pedidos, si as circunstancias o exigem, serão feitos por telegramma, directamente, e confirmados immediatamente por officio, sendo este enviado por via hierarchica.

Relações de alterações

Art. 90. Envia trimestralmente ao director de Saude da Guerra, por intermedio do commandante da região, as relações de alterações dos officiaes do Corpo de Saude sob suas ordens. Nas supraditas relações serão assignaladas todas as informações, que possam influir sobre a promoção do pessoal.

Art. 91. O chefe do Serviço de Saude é sempre ouvido na concessão de licenças, férias ou dispensas do serviço, dos medicos e pharmaceuticos.

Recebe a fiscalização, por intermedio do commandante da região, das punições disciplinares e lhes forem infligidas, bem como dos pedidos de demissão do serviço do Exército e propostas para mudança de sua situação militar.

Medidas em caso de urgencia

Art. 92. Quando sobrevier um caso circumstanciado de gravidade, em que o paciente seja intransportavel, o haja pedido telegraphico do medico interessado, o chefe do Serviço de Saude enviará ao local um operador, seus ajudantes technicos e o material julgado necessario para a intervenção.

Pessoal auxiliar

Art. 93. Tem, sempre em dia, o quadro dos enfermeiros, padoleiros e conductores sanitarios da Região e provoca as transferencias necessarias, levando em conta a aptidão e instrução profissional dos homens.

AÇÃO SOBRE O SERVIÇO, HIGIENE E TRATAMENTO DOS DOENTES

Art. 94. O chefe do Serviço de Saude é posto ao corrente, por intermedio do commandante da região, das informações fornecidas pela Saude Publica e autoridades civis, sobre o estado sanitario das populações e suas epidemias.

Recebe dos medicos dos corpos e estabelecimentos, por

via hierarchica, as partes periodicas ou extraordinarias sobre o estado sanitario, hygiene, instrucção dos enfermeiros e padoleiros, vaccinações e revaccinações, epidemias ou ameaças de epidemias.

Para estas ultimas, a parte póde ser precedida de um telegramma enviado directamente.

Medidas em caso de epidemia

Art. 95. A primeira manifestação de epidemia, o chefe do Serviço de Saude solicita do commandante da Região as ordens e providencias necessarias para se transportar immediatamente a localidade, onde ella surgiu, afim de assegurar os meios de cobeter a doença.

Envia directamente ao director de Saude da Guerra, por telegramma, as primeiras informações que recolher sobre a epidemia e as medidas postas em pratica para combatel-a.

Este telegramma é seguido, logo que for possivel, de um relatorio minucioso, precisando a situação sanitaria, os meios empregados para debellar o mal, o que ainda resta a fazer e pedido dos recursos necessarios. O relatorio é redigido em duas vias: uma para o commandante da região e outra remetida directamente ao director de Saude da Guerra.

As mesmas disposições serão observadas toda vez que alguma modificação importante ou algum facto particular de natureza a interessar o director de Saude da Guerra venha a produzir-se no curso da epidemia.

Casos pathologicos graves

Art. 96. O chefe do Serviço de Saude é informado de todos os casos pathologicos graves ou insolitos que os directores dos hospitais julguem dever-lhe comunicar. Se lhe é pedido, ajuda-os com seus conselhos sobre o tratamento dos doentes ou provoca conferencias medicas com especialistas.

Higiene — Visitas imprevistas

Art. 97. O chefe do Serviço de Saude é encarregado es, especialmente de estudar a hygiene geral das diferentes localidades da Região, que sejam paradas de corpos. Para esse fim, é autorizado a visitar inopinadamente, tantas vezes quantas julgar necessarias, as enfermarias-regimentaes, as enfermarias-hospitales militares e os diferentes estabelecimentos do Serviço de Saude. As obrigações que lhe incumbem serão enumeradas em instrucções especiais.

Art. 98. As observações feitas no curso destas visitas serão incluídas no relatorio annual que o chefe do Serviço de Saude envia ao director de Saude da Guerra, ao mesmo tempo que a estatística annual.

Visita dos quartéis

Art. 99. Nos corpos de tropa, o chefe do Serviço de Saude visita os aquartellamentos somente sob o ponto de vista da hygiene. Recebe, para esse fim, instrucções do commandante da Região; os chefes de corpos são prevenidos, por via hierarchica, de sua chegada. É acompanhado, em sua visita, pelo fiscal, os medicos e os officiaes designados pelo chefe do corpo.

Verifica tambem o funcionamento das enfermarias regimentaes e o estado de conservação do material, inclusive as provisões de material de saude para mobilização.

Observa o grão de instrucção dos enfermeiros e padoleiros da formação sanitaria regimental.

Material do Serviço de Saude dos Corpos de Tropa

Art. 100. Recebe e examina os pedidos periodicos ou extraordinarios de medicamentos e material que lhe são enviados pelos medicos chefes dos serviços, por intermedio dos commandantes dos corpos, e os informa e transmite ao director de Saude da Guerra.

Visita dos Institutos de ensino e estabelecimentos militares

Art. 101. Alguns institutos de ensino ou estabelecimentos militares, situados no territorio de uma região ou circumscripção militar, dependem directamente do ministro da Guerra ou de outra autoridade e têm relativa independencia para com os commandantes das regiões.

O mesmo não se póde dar, sob o ponto de vista sanitario, por os tais estabelecimentos evidentemente participarem do estado sanitario do territorio da região e podem, em caso de epidemia, constituir um foco de contagio que não

deve, sem graves inconvenientes, escapar á acção prophyláctica de conjunto posta em execução pelo chefe do Serviço de Saude da Região.

Em consequencia, a este cabe visitar os estabelecimentos e institutos militares de ensino dependentes, directamente, do Ministerio da Guerra, ou de autoridades outras e situados no territorio da Região. Estas visitas, de ordem exclusivamente tecnica, são feitas com o assentimento do commandante da região e os directores de taes estabelecimentos são dellas prevenidos por essa autoridade.

Ellas devem dar logar a um relatorio especial dirigido ao commandante da região, que o transmitta, com suas observações pessaes, á direcção competente do Ministerio da Guerra.

Hospitales

Art. 102. O chefe do Serviço de Saude visita os hospitales militares da região todas as vezes que o serviço o exigir e pelo menos uma vez por anno. Sua acção se estende sobre todas as minucias do serviço: organização, hygiene, serviço pharmaceutico, distribuição e emprego do pessoal, direcção, policia, aprovisionamento, conservação e substituição do material em serviço ou em deposito. Só intervem no tratamento medico ou cirurgico dado aos doentes quando solicitado pelo medico assistente. Certifica-se, entretanto, da competencia e devotamento com que são cuidados os doentes e em caso de falta grave, devidamente averiguada, observa ao medico interessado, do modo que julgar mais util, o provoca, se necessario, sua transferencia.

Art. 103. Envia ao director de Saude da Guerra, no dia 15 de cada mez, uma lista nominal dos doentes com mais de tres mezes de estadia ininterrupta nos hospitales, com as informações medicas concernentes a cada um, prognosticos e data provavel da alta.

Art. 104. Recibe e examina os pedidos periodicos e extraordinarios de medicamentos e material que lhe enviam os directores dos hospitales militares, informa-os, modifica se necessario, o transmitta ao director de Saude da Guerra.

Alienados militares

Art. 105. Visita os asylos de alienados onde esteja internados militares. Nessa visita certifica-se se são tratados convenientemente. Desde que os diagnosticos das affecções estejam estabelecidos, provoca as providencias attinentes á inspecção dos internados, com o fim de lhe ser dada a decisão militar e medico-legal que convier.

Salubridade das Construções Militares

Art. 106. Recibe do Chefe do Serviço de Engenharia da Região communicação dos projectos de construção e melhoramentos das enfermarias regimentaes e estabelecimentos sanitarios.

Transmitta ao Director de Saude da Guerra uma cópia do projecto, acompanhada de seu parecer, quando houver discordancia entre este parecer e o do Serviço de Engenharia.

Recibe, igualmente, cópias dos relatorios, actas ou pareceres das conferencias ou commissões, das quaes tenha feito parte um official do Corpo de Saude. Elle os devolve, com seu parecer, ao Chefe do Serviço de Engenharia da Região.

Cruz Vermelha

Art. 107. Mantem relações constantes com os representantes regionaes da Cruz Vermelha, afim de preparar, desde o tempo de paz, a collaboração, em tempo de guerra, desta organização com o Serviço de Saude.

O que for estabelecido, a esse respeito, será, por elle, submettido á approvação do Director de Saude da Guerra.

Documentos periodicos e extraordinarios

Art. 108. Recibe mappas, partes de serviços e relatorios periodicos ou eventuaes dos corpos e estabelecimentos, sobre a execução do serviço e movimento de doentes e feridos. Estabelece a estatística sanitaria da Região, baseada nesses documentos, e a envia ao Director de Saude da Guerra, cada mez, acompanhada de minucioso relatorio, com as observações tecnicas ou scientificas que ella suggerir.

Uma estatística annual é tambem enviada ao Director de Saude da Guerra, acompanhada de informação exacta e completa sobre o funcionamento do Serviço de Saude da Região, principalmente o hospital e o dos corpos de tropa.

Art. 109. O Chefe do Serviço de Saude da Região envia ao Estado-Maior do Exército, por via hierarchica, cópia do parecer da Junta de Saude a que sejam submettidos officiaes diplomados de Estado-Maior, com suas observações a respeito.

Art. 110. Providencia para que lhe sejam regularmente enviadas as certidões de registro dos obitos que occorrerem entre as pragas e encaminha-as, por via hierarchica, á Circumscripção de Recrutamento a que pertencerem, para a baixa nos registos e communicação ás familias.

Instrucção profissional

Art. 111. Dirige a instrucção profissional de todo o pessoal, tecnico e auxiliar, sob suas ordens. Com esse fim:

a) Organiza, em todas as guarnições, conferencias scientificas, mensaes, sobre assumptos que interessam o Serviço de Saude (hygiene, medicina, cirurgia, especialidades); pede a inserção no boletim regional, dos assumptos que julgar importantes;

b) Transmitta aos officiaes do Corpo de Saude da Região themas a resolver sobre tactica sanitaria e execução do Serviço de Saude em Campanha, de accordo com as disposições previstas a esse respeito, e remette ás autoridades de onde emanaram os themas as resoluções para soffrerem a competente critica;

c) Fiscalizar, frequentemente, a instrucção ministrada aos enfermeiros, padroleiros e conductores na Formação Sanitaria Divisionaria, e a do pessoal das Formações Regimentaes no curso de suas visitas aos corpos de tropa;

d) Organiza, de accordo com as instrucções da Direcção, cursos especiaes para officiaes de Reserva.

Preparação da mobilização

Art. 112. O Chefe do Serviço de Saude centraliza todas as informações e estudos da alçada da 2ª Divisão da Directoria de Saude da Guerra.

Os documentos que recebe dos medicos chefes das guarnições, e verifica cuidadosamente, bem como os que, pessoalmente, recolhe, são por elle registrados e transmittidos ao Director de Saude da Guerra, acompanhados de todos os pormenores complementares, susceptiveis de interesse ou de facilitar o trabalho.

Taes documentos, confidenciaes, devem ser expedidos por intermedio do Commandante da Região.

Junta Militar de Saude

Art. 113. O Chefe do Serviço de Saude preside á Junta de Saude da Região, sendo os demais membros por elle indicados.

Material para desinfecção

Art. 114. Elle regula a utilização do material para a desinfecção nos quartéis e estabelecimentos militares da Região, provocando junto ao Commandante da Região as medidas necessarias nos casos de insufficiencia de recursos materiaes.

CAPITULO III

SERVICO DE SAUDE NAS GUARNIÇÕES

Atribuições geraes do chefe do serviço de saude das guarnições

Art. 115. Em toda guarnição de um ou mais corpos de tropa, o Medico-Chefe da Enfermaria-Hospital ou o Director do Hospital Militar, segundo o caso, exerce, sob a autoridade do Commandante da Guarnição, as funcções de Chefe do Serviço de Saude da mesma.

Subordinação

Art. 116. O Chefe do Serviço de Saude da Guarnição, que concerne ás funcções do serviço de guarnição, é directamente subordinado ao Commandante da Guarnição e, tecnicamente, ao Chefe do Serviço de Saude da Região ou Circumscripção Militar.

Art. 117. Na sede da Região ou Circumscripção Militar, a funcção de Chefe do Serviço de Saude da Guarnição é exercida pelo proprio Chefe do Serviço de Saude da Região.

Em caso de ausencia ou indisponibilidade, o Chefe do Serviço de Saude de uma guarnição é substituido, em suas funcções, pelo medico mais graduado nella em serviço.

Art. 118. O Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição é, essencialmente, um agente centralizador de todas as informações do ordem sanitaria, providas, não só dos medicos-chefes dos corpos de tropa, como das autoridades civis.

É o delegado, na guarnição, do Chefe do Serviço de Saúde da Região.

Sua acção se exerce no sentido de coordenar e methodizar a execução do serviço, de utilizar, da melhor maneira, o pessoal e fiscalizar sua instrução tecnica.

É preciso, entretanto, que a acção pessoal do Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição se exerça de modo tal que não impeça a iniciativa dos medicos chefes de corpos de tropa e directores de estabelecimentos sanitarios.

As funções do Chefe do Serviço de Saúde das Guarnições são exercidas sem prejuizo das obrigações inherentes ás outras funções que tenha tal chefe.

Relações com as autoridades civis encarregadas de hygiene publica

Art. 119. Nas guarnições onde existem essas autoridades, o Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição póde tomar parte o dar seu parecer nas deliberações dos representantes da Saúde Publica.

Para as que não possuam taes autoridades, se entende, no que respeita ás questões de hygiene publica, com o chefe do executivo municipal.

Desse modo se mantém ao corrente do estado sanitario o da hygiene da população civil e informa, por sua vez, á autoridade civil competente sobre as mesmas questões no meio militar.

Intervenção no caso de epidemia

Art. 120. O chefe do serviço de saúde da guarnição recebe da autoridade civil, por intermedio do commandante da guarnição, todas as informações concernentes ás epidemias da população civil.

Recebe dos medicos dos corpos de tropa, directamente, uma via das partes ou relatorios que elles dirigem a seus chefes de corpo, relativos ás manifestações, epidemicas sobrevindas nas casernas ou estabelecimentos militares.

Por intermedio dos commandantes da guarnição e corpos, chama a attenção dos medicos-chefes das unidades sobre os perigos de contagio que ameaçam as tropas e as medidas prophylacticas a tomar para evital-os. Si julga necessario, communica ao chefe do serviço de saúde da região e pede, por intermedio do commandante da guarnição, os recursos que lhe falem para realizar semelhante medida.

Art. 121. Quando houver em caso de epidemia, necessidade de applicação de medidas prophylacticas de urgencia, o chefe do serviço de saúde da guarnição as submitta immediatamente ao commandante da guarnição e fiscaliza pessoalmente a execução. Taes medidas são communicadas ao chefe do serviço de saúde da região, a quem serão pedidos, si houver necessidade, recursos complementares.

Hygiene e fiscalização sanitaria

Art. 122. O chefe do serviço de saúde da guarnição póde, por ordem do commandante da guarnição, proceder a visitas minuciosas dos quartéis e suas enfermarias.

Póde, igualmente, se julgar necessario, provocar esta ordem. Nessas visitas é acompanhado pelo medico-chefe do corpo de tropa.

Communica, eventualmente, ao chefe do serviço de saúde da região as suas observações pessoais sobre o estado sanitario e a hygiene da guarnição e as medidas prophylacticas postas em pratica. Em caso de urgencia, taes informações são enviadas directamente e por telegramma.

Serviços a confiar aos medicos militares.

Art. 123. Quando a designação dos medicos militares, necessarios para assegurar os diversos serviços da guarnição, não tiver sido feita pelo commandante da região, cabe ao commandante da guarnição fazel-a, mediante proposta do chefe do serviço de saúde da guarnição.

Esses serviços são os seguintes:

a) assistencia medica aos officiaes sem corpo de tropa e aos empregados militares e, bem assim ás pessoas de suas familias presentes na localidade;

b) assistencia medica aos empregados civis dos estabelecimentos militares;

c) assistencia medica aos militares em transito, licenciosos, convalescentes;

d) serviços nas juntas militares de saúde da guarnição.

Serviço de dia nos hospitais

Art. 124. Quando houver necessidade de estabelecer um serviço permanente, no hospital militar ou enfermaria-hospital, e não disponham estes de cinco medicos, no minimo, para tal serviço, os tenentes dos corpos de tropa (e, caso existam, os aspirantes a official do corpo de saúde) são designados, por escala, para concorrer na execução desse serviço durante a noite. Essa designação é feita pelo commandante da guarnição, mediante proposta do chefe do serviço de saúde da guarnição.

Serviço medico externo nas guarnições.

Art. 125. É instituido o serviço medico externo, para o qual são designados, por escala, todos os medicos subordinados dos corpos de tropa; figuram nessa escala os aspirantes a official medico do corpo de saúde, si existirem.

Os tenentes medicos e aspirantes a official do corpo de saúde que servirem no hospital entram nessa escala quando não tiverem de fazer o serviço de dia, permanente, no hospital.

O serviço externo, que, segundo as circunstancias, póde ser por escala diaria ou semanal, consiste na assistencia medica prestada durante os exercicios de tiro, exercicios em geral, banhos collectivos e outros exercicios militares collectivos executados fóra da guarnição.

Direcção tecnica

Art. 126. O chefe do serviço de saúde da guarnição é o conselheiro tecnico permanente dos medicos da guarnição. Elle os reúne, tantas vezes quantas julgar necessarias e quando não haja prejuizo para o serviço, em conferencias onde serão estudadas questões technicas do serviço de saúde em tempo de paz e em campanha, casos clinicos ou medicolegaes interessantes e outros. Avisa-os, por intermedio do commandante do corpo, dos dias em que serão praticadas operações no hospital e sua natureza. Nos casos de intervenção de urgencia, convoca-os directamente e dá sciencia aos commandantes de corpos.

Licenças concedidas a medicos da guarnição

Art. 127. Salvo o caso de extrema urgencia, os pedidos de licença e dispensas de serviço dos medicos da guarnição são submittidos ao commandante da guarnição, o qual pede o parecer do Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição, sobre a conveniencia de concedel-as.

Informações á 2ª Divisão da Directoria de Saúde da Guerra

Art. 128. O Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição centraliza, nos limites de sua zona de acção, todas as informações que interessem os trabalhos da 2ª Divisão da Directoria de Saúde da Guerra, para o fim da preparação do serviço de saúde para a guerra. Taes informações são, cuidadosamente, por elle registradas, e uma via é endereçada, por intermedio do Commandante da Guarnição, ao Chefe do Serviço de Saúde da Região.

Estatistica sanitaria da Guarnição

Art. 129. O Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição recebe, na data fixada, as estatisticas mensaes e annuaes dos corpos e estabelecimentos da Guarnição e as transmitta ao Chefe do Serviço de Saúde da Região.

Baseado nas informações dos corpos de tropa e nas que pessoalmente fizer, estabelece uma estatistica annual de guarnição, na qual serão relatados todos os factos principaes concernentes á hygiene e epidemiologia, as medidas tomadas e seus resultados, emfim, as necessidades a satisfazer.

Junta Militar de Saúde de Guarnição

Art. 130. O Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição preside ás Juntas Militares de Saúde que funciohem na Guarnição, para os casos correntes.

CAPITULO IV

SERVIÇO DE SAUDE NAS FORTALEZAS E ESTABELECIMENTOS MILITARES

Fortes e Fortalezas

Art. 131. O serviço de saúde nos fortes e fortalezas funcionará de accordo com as mesmas prescripções estabelecidas para o dos corpos de tropa.

Art. 132. A formação sanitaria regimental dos fortes e fortalezas não terá padioleiros.

Art. 133. O medico fiscalizará, com o maximo cuidado, nas casamatas, o arejamento das dependencias destinadas á permanencia do soldado, procurando remover todas as condições hygienicas defeituosas, dependentes da natureza da construção dos fortes.

Art. 134. Em relação á instrucção sanitaria do pessoal do serviço de saúde e do pessoal da tropa, o medico cuidará, com maior desenvolvimento, do modo especial de ser prestado o primeiro socorro aos feridos de combate nesse fortes e aos asphyxiados por submersão ou gases.

Art. 135. Os fortes ou fortalezas situados longe de uma guarnição terão enfermaria-hospital.

Estabelecimentos militares

Art. 136. O serviço de saúde nos estabelecimentos militares de ensino, fabricas, arsenaes e outros funcionará de accordo com as prescripções estabelecidas para o dos corpos de tropa, no que lhes for adaptavel e conforme prescripções, especiaes, constantes dos respectivos regulamentos e instrucções especiaes.

CAPITULO V

SERVIÇO DE SAUDE NOS CORPOS DE TROPA

Art. 137. O funcionamento do Serviço de Saúde nos corpos de tropa é regido pelas prescripções especiaes contidas no Regulamento para o Serviço Interno dos Corpos e pelas disposições que se seguem.

Art. 138. O pessoal e material necessarios para a execução do Serviço de Saúde em cada corpo de tropa constituem, quanto ao commando e instrucção, uma unidade distincta: a "Formação Sanitaria Regimental".

Objecto do serviço

Art. 139. O Serviço de Saúde nos corpos de tropa comprehendendo:

a) a visita medica diaria, as visitas sanitarias geraes (passadas periodicamente) e a visita da incorporação;

b) a applicação dos preceitos de hygiene e prophylaxia á saúde das tropas;

c) a assistencia aos doentes da enfermaria regimental, e de urgencia nos casos graves, a assistencia em domicilio aos militares e suas familias;

d) a assistencia medica durante manobras e exercicios feitos pela tropa fóra do quartel;

e) a instrucção tecnica do pessoal da Formação Sanitaria Regimental, de accordo com as prescripções contidas no R. I. Q. T. e nos manuaes e instrucções especiaes;

f) a constituição das reservas de enfermeiros, padioleiros e conductores, perfeitamente habilitados para o serviço de campanha.

Pessoal de execução

Art. 140. O pessoal da Formação Sanitaria Regimental é composta segundo dous tipos:

1) tipo A, para os regimentos de infantaria e artilharia:

1 medico-chefe, capitão.....	3 officiaes.....	Total: 3 officiaes 24 praças
2 medicos, subalternos.....		
1 2º sargento enfermeiro.....	4 enfermeiros..	
3 cabos enfermeiros.....		
5 anspçadas padioleiros.....	20 padioleiro....	
5 soldados padioleiros.....		

2) tipo B, para os regimentos de cavallaria, batalhões de caçadores e engenharia e grupos independentes:

1 medico-chefe, capitão ou 1º tenente.....	2 officiaes.....	Total: 2 officiaes 10 praças
1 medico, subalterno.....		
1 3º sargento enfermeiro.....	2 enfermeiros..	
1 cabo enfermeiro.....		
2 anspçadas padioleiros.....	8 padioleiros..	
6 soldados padioleiros.....		

§ 1.º O pessoal subalterno da Formação Sanitaria Regimental é recrutado da maneira seguinte:

a) os soldados, no contingente annual, por occasião da incorporação;

b) os anspçadas, pelo Commandante, no fim do periodo de instrucção e por proposta do medico-chefe;

c) os graduados, sargentos e cabos por concurso.

A escolha dos soldados, no contingente annual, pertence ao medico-chefe do serviço. Será feita entre os homens que saibam ler e escrever correctamente e que tenham aptidão physica adequada ao penoso serviço de padioleiros.

§ 2.º O pessoal da Formação Sanitaria Regimental, collocado sob a autoridade directa do medico-chefe, depende, no que concerne á subsistencia, ao fardamento e ao soldo, do estado-menor do corpo de tropa.

§ 3.º Esse pessoal recebe a instrucção individual do soldado com os outros conscriptos e presta, ao mesmo tempo, seu concurso aos serviços da enfermaria regimental, de hygiene e prophylaxia.

Terminada a instrucção individual começará a sanitaria especial, que será dada pelos medicos do corpo e aperfeiçoada, eventualmente, por estagio em hospital militar, enfermaria-hospital ou na Formação Divisionaria.

Art. 141. Caso um corpo de tropa possua, permanente ou temporariamente, um destacamento fóra de sua guarnição principal, um medico supplementar é designado para elle e lhe assegura o serviço de saúde, com pessoal subalterno proporcionado á importancia da fracção destacada.

Art. 142. Eventualmente, e em caso de necessidade, o pessoal da Formação Sanitaria Regimental póde ser reforçado:

a) por medicos auxiliares, aspirantes a official e officiaes estagiarios, da Reserva;

b) por enfermeiros e padioleiros auxiliares, constituídos pelos musicos.

AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE DO MEDICO-CHEFE DO SERVIÇO

Art. 143. O Medico-Chefe tem, sob a autoridade do Commandante do Corpo, ao qual é subordinado, acção administrativa e disciplinar completa sobre todo o pessoal permanente ou temporario, que constitue a Formação Sanitaria Regimental.

Assegura o serviço sanitario do corpo, secundado pelos medicos collocados sob suas ordens, e é o unico responsavel, para com o Commandante do corpo, por sua execução.

No concernente á parte tecnica do serviço, depende do Chefe do Serviço de Saúde da Guarnição e do Chefe do Serviço de Saúde da Região ou Circumscripção Militar.

DEVERES DOS MEDICOS SUBORDINADOS AO MEDICO-CHEFE — MEDICOS DE SERVIÇO

Art. 144. Taes medicos, e bem assim o medico-chefe, deverão, por escala e durante 24 horas, não se afastar do quartel ou de sua residencia, sem fazer conhecer o lugar onde poderão ser encontrados, de dia ou á noite, em caso de accidente. O nome, o endereço e todos os informes necessarios, sobre o medico de serviço, figuram na enfermaria, affixados em lugar visivel, e no alojamento do official de dia.

§ 1.º Quando não houver, normal ou accidentalmente, senão um medico, este propõe ao Commandante do corpo ou destacamento que estatua as disposições necessarias para assegurar esse serviço.

§ 2.º Um dos medicos do corpo, designado para o «serviço externo», assiste ás marchas e exercicios de tiro de batalhão ou regimento. Se os exercicios são effectuados por unidades menores, é conveniente que o serviço de saúde esteja presente, sempre que fór possivel.

O medico-chefe designa o medico para o serviço externo, segundo as ordens do commandante do corpo, e lhe fornece o pessoal auxiliar e material necessarios.

§ 3.º O serviço externo póde ser feito por um medico auxiliar (aspirante a official), quando o corpo o possuir.

§ 4.º Os serviços de dia e externo podem ser feitos, nas guarções de mais de um corpo de tropa, por escala e sob a direcção do Chefe do Serviço de Saude da Guarção, após entendimento entre os commandantes do corpo e o da Guarção.

FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

Art. 145. O medico-chefe, assistido de seus medicos subordinados, á chegada dos recrutas, engajados, reengajados e voluntarios, passa-lhes a visita de incorporação.

§ 1.º A visita de incorporação tem por fim permitir ao medico-chefe conhecer, com minucia, a constituição physica dos recrutas, seguir ulteriormente, com conhecimento de causa, os progressos do seu treinamento ou scientificar-se de sua deficiência no decorrer deste treinamento.

§ 2.º A visita é feita na enfermaria regimental e deve ser completa visar todos os órgãos, todas as funções, observar todos os defeitos, naturaes ou adquiridos. As pericias delicadas, concernentes a órgãos dos sentidos, estado mental, exames radiologicos, etc., são completados, sem perda de tempo, no hospital mais proximo. São tambem enviados ao hospital os casos litigiosos que necessitem uma observação prolongada.

§ 3.º Aquelles que, no fim de certo tempo, com ou sem observação no hospital, tenham parecido incapazes, physicamente, para continuar a desempenhar as obrigações militares, serão enviados a uma Junta Militar de Saude, afim de serem excluidos, temporaria ou definitivamente, do Exército.

§ 4.º As informações fornecidas pela Junta de Saude e as observações do medico-chefe, feitas durante a visita, são consignadas no Registro de Incorporação, com todos os informes sobre o estado civil, medidas anthropometricas, vacinações, variola, estado physico (robustez, taras ou outras particularidades).

Nesse mesmo registro serão mencionadas exactamente, as doenças ou accidentes que sobrevierem durante a estada na caserna, as datas das baixas e altas da enfermaria ou hospital, os certificados do origem e aparelhos propheticos fornecidos (dentaduras, fundas herniarias e outros), os pesos successivos registados durante o tempo do serviço, enfim, a data e o modo de obtenção da baixa do Exército.

ACCLIMAÇÃO DOS RECRUTAS

Art. 146. Finda a incorporação, cabe ao medico-chefe propor ao commandante do corpo todas as medidas que pareçam vantajosas para facilitar a acclimação dos recrutas e habitual-os progressivamente ás fadigas inherentes ao serviço militar.

Taes medidas visam especialmente:

- a) os homens cuja constituição, por causas a pesquisar, não apresenta a força e o vigor necessarios para se adaptarem ao serviço geral;
- b) os recrutas que, em virtude de suas occupaões sedentarias anteriores, são mais sujeitos á fadiga;
- c) os homens, atingidos de enfermidades ligeiras compatíveis com o serviço que necessitam de treinamento menos rapido.

Paraphrasis unico: O papel do medico-chefe, no que respeita á acclimação e ao treinamento physico dos recrutas, é pormenorizado em instrucções especiaes.

VISITAS SANITARIAS

Art. 147. Todos os homens, sem excepção, comprehendidos os graduados, são sujeitos mensalmente a uma visita sanitaria, que permite aos medicos verificar o asseio corporal, pesquisar as doenças cutaneas e venereas, doenças ou affecções como febres eruptivas, diphteria em começo e outras, as tuberculosas latentes, o estado dos dentes.

§ 1.º Esta visita é feita na enfermaria e deve ter caracter estritamente individual, sob pena de incitar os homens a della se esquivarem e não preencher seus fins.

§ 2.º O medico-chefe ou um de seus auxiliares medicos examina, antes da partida, os homens que obteham licença ou permissão, superior a dois dias, afim de evitar a saída de homens com incubações de doenças ou já indispostos. O medico declara no documento de licença ou permissão, que o interessado não apresenta nenhum symptoma de doença, ou, si se trata de uma licença por doença, a menção de que a affecção ou doença não é ou não é mais contagiosa.

§ 3.º Os comissionarios, pelas mesmas razões de prophylaxia se apresentam ao medico do corpo quando reexaminam, terminada a licença, permissão ou toda outra causa de ausencia superior a quatro dias.

VACINAÇÃO E REVACINAÇÃO

Art. 148. O medico-chefe pratica em todos os soldados as vacinações ou revaccinações anti-variolicas e anti-typhicas, de accordo com as disposições em vigor. (V. instrucções a respeito.)

Em caso de epidemia de variola, revaccina todos os homens que tenham tido as inoculações anteriores, praticadas no corpo, negativas.

Paraphrasis unico. Os resultados dessas vacinações ou revaccinações são consignadas no registro de incorporação e na caderneta militar.

PROPHYLAXIA DAS DOENÇAS VENEREAS

Art. 149. O medico-chefe faz um registro especial, secreto, de todos os syphiliticos do corpo, de modo a exercer sobre elles fiscalização continua e assegurar-lhes tratamento periodico, sufficientemente prolongado para ser efficaz. No que concerne á prophylaxia das doenças venereas, o medico-chefe a fará segundo as instrucções em vigor sobre o assumpto.

Paraphrasis unico. Além disso, o medico-chefe deve fazer uma série de conferencias, cada anno e logo após a incorporação, ás praças sobre o modo de desenvolvimento das doenças venereas, seus perigos para o individuo e para a especie, o tratamento e, principalmente, a prophylaxia.

PROPHYLAXIA DAS VERMINOSES

Art. 150. O medico-chefe, desde a chegada dos recrutas ao corpo, deve providenciar para que sejam examinados no tocante ás verminoses, instituindo o tratamento para aquelles cujos exames forem positivos. Tal prophylaxia será feita de accordo com as instrucções especiaes sobre o assumpto.

PROPHYLAXIA DO ALCOOLISMO

Art. 151. O medico regimental tem tambem a missão de lutar contra o alcoolismo. Com esse fim, envia esforços para que só sejam usadas nos quartéis, campos e terrenos de manobras bebidas sem alcool ou bebidas fermentadas não prohibidas.

Paraphrasis unico. Para esclarecer os soldados sobre o perigo do abuso do alcool, fóra do quartel, o medico fará, juntamente com os officiaes, uma campanha anti-alcoolica. Essa campanha será iniciada na mesma época que a anti-venerea.

VIGILANCIA DO ESTADO DE SAUDE DOS SARGENTOS

Art. 152. Os sargentos, que servem maior tempo que as outras praças, são objecto de vigilancia sanitaria especial que tem por fim a observação rigorosa de seu estado physico e a descoberta precoce das affecções que possam eventualmente apresentar. Os resultados dessa vigilancia são inscriptos, cada anno, no registro de incorporação.

OBSERVAÇÃO DO ESTADO MENTAL

Art. 153. O commandante faz apresentar ao medico-chefe os homens cujo estado mental tenha parecido suspeito (debilidade intellectual ou perturbacões physicas por nevrose, degeneração hereditaria ou adquirida e outras).

Esta inscripção se applica principalmente aos homens que commettem actos repetidos de indisciplina e a punição ordinaria tenha parecido imminente para corrigir, aos jovens soldados inadaptaes e, enfim, aos homens autores de delictos que possam aporretar penalidades severas. Uma observação minuciosa, por alienista, será feita em todos os casos desta natureza.

CONFERENCIAS DE HIGIENE AOS OFFICIAES, SARGENTOS E SOLDADOS

Art. 154. O medico-chefe, ou seus auxiliares medicos, fazem aos officiaes, sargentos e homens de tropa, conferencias sobre as regras de hygiene geral e prophylaxia adaptadas á vida militar em tempo de paz e em campanha.

FISCALIZAÇÃO HYGIENICA DO QUARTEL

a) Dependencias do quartel

Art. 155. O medico-chefe fiscaliza e visita, sob o ponto de vista hygienico, todas as dependencias do quartel. Os commandantes de unidades devem facilitar o desempenho desta

parte da missão do medico. O medico assignala ao commandante do corpo os defeitos materiaes ou negligencia na conservação verificados e bem assim os meios de remedial-os. Compaterá especialmente: a accumulção, tanto sob o ponto de vista do volume, como da superficie; o ar confinado, remediando-o por ventilação appropriada; a infecção, fazendo observar rigorosamente o asseio dos assoalhos, escarradeiras, latrinas e a conservação em bom estado dos esgotos.

Paragrapho unico. Envia, annualmente, ao commandante do corpo um relatório contendo as propostas de melhoria a introduzir nas dependências do quartel.

Para esse fim, é necessario que o medico-chefe possua um exemplar da planta do quartel, com seus annexos e as diversas canalizações que o servem.

b) Alimentação

Art. 156. O medico-chefe exerce fiscalização sobre todos os generos e comestiveis utilizados nas unidades (pão, carne, legumes, conservas, e outros, avariados, venenosos ou contaminados); nesse mister, age como perito official.

§ 1.º Visita frequentemente as cozinhas para lhes observar a limpeza, o modo de preparar os alimentos, a conservação dos utensilios.

§ 2.º Nas guarnições em que não existir veterinario, cabo aos medicos dos corpos proceder a investigações sobre a origem do gado destinado a fornecer carne para a tropa; examinar os animaes em pé e depois de abatidos a rejeitar completamente o fornecimento quando forem encontradas lesões de tuberculose ganglionar e visceral ou localizada nos musculos ou ossos.

§ 3.º Os medicos dos corpos de tropa teem autoridade para retirar, de todos os generos fornecidos á tropa, amostras em presença do fornecedor ou seu representante, afim de verificar ou fazer verificar as fraudes ou falsificações que possam apresentar taes generos.

Os exames serão pedidos ao laboratorio militar, caso exista na guarnição e, em falta deste, ao laboratorio civil mais proximo, mediante pedido que será transmittido, por intermedio do commandante do corpo, á autoridade civil competente.

§ 4.º Quando nos laboratorios fór verificada uma fraude, as amostras utilizadas são remetidas á autoridade civil competente para os fins judiciais.

§ 5.º O medico-chefe fiscaliza, ainda, a agua fornecida á tropa, procurando conhecer sua origem, detalhes de canalização e distribuição.

Provoca mensalmente providencias attinentes á analyse da agua e se põe ao corrente de todas as mudanças que possam alterar o seu regimen.

Fiscaliza a conservação e o bom funcionamento dos filtros ou esterilizadores que possua o quartel.

Provoca a collocação, em pontos onde possa ser recolhida, para bebida, agua não potavel, de cartazes contendo prohibição formal de ser utilizada, como alimento, semelhante agua.

c) Epidemias — Desinfecções

Art. 157. O medico-chefe, no registro medico de aquartelamento, possui, juntamente com a planta do quartel, a menção de todas as epidemias nelle sobrevindas, com as datas, origem, importancia e localização. Esta ultima indicação será mencionada de modo preciso, afim de facilitar as pesquisas etiologicas e dirigir os esforços de desinfecção. Logo que uma doença epidemica surja, o medico previne o seu commandante e os chefes do Serviço de Saude da Guarnição e da Região.

Procura se informar immediatamente da origem da doença e dos primeiros atingidos afim de assegurar o isolamento immediato, enviando-os com toda a urgencia ao hospital.

§ 1.º Nas unidades contaminadas a visita medica será, com o mesmo fim, passada duas vezes ao dia. Será feito o isolamento, tão completo quanto possivel, dos homens saos que pertençam á fracção de tropa invadida.

§ 2.º A vigilancia sanitaria sobre os homens que obtiverem licença ou permissão, quando sahirem ou regressarem será redobrada, principalmente se o meio civil estiver tambem contaminado.

Neste ultimo caso, as localidades contaminadas, assignadas pela autoridade civil, poderão ser interdictas aos licenciados pelo commando.

§ 3.º O medico-chefe assignala ao commandante do corpo a necessidade das operações de desinfecção e modo de execução. Elle proprio as fiscaliza, quer se trate das dependências do quartel, quer de roupas de cama, colchões, cobertores, fa-

damentos ou outros objectos. Os meios para assegurar a desinfecção são pedidos ao chefe do Serviço de Saude da região. Todo o vestuario de uso, quando tiver de ser novamente utilizado, deve passar por desinfecção.

FISCALIZAÇÃO HYGIENICA FÓRA DO QUARTEL

(Marchas, acantonamentos, acampamentos, bivaques, campos de instrucção, polygonos e linhas de tiro)

Art. 158. No verão o medico-chefe provoca do commandante do corpo as medidas tendentes a evitar a insolação durante as marchas.

§ 1.º Toda localidade prevista para estacionamento de tropa, durante as manobras, será objecto de investigação, sob o ponto de vista hygienico, feita por um dos medicos, o qual deve, antecipadamente, occupar a localidade. Essa investigação comprehende:

a) informações fornecidas pelas autoridades administrativas sobre a existencia eventual de casos de doenças contagiosas e o numero de obitos;

b) investigações pessoais, de ordem technica, visando a hygiene geral da localidade, a natureza das doenças observadas, etc.

No que respeita aos campos de instrucção e manobras, polygonos e linhas de tiro, o medico-chefe collabora no estudo das condições hygienicas de instalação e fornece, annualmente, informações sobre as melhorias, a serem introduzidas, que interessem á hygiene, bem como sobre as epidemias que poderiam soffrer as tropas durante sua estada em taes campos.

ASSISTENCIA MEDICA AOS DOENTES E FERIDOS

Art. 159. O medico-chefe e seus subordinados prestam serviços gratuitos a todos os militares do corpo e bem assim aos membros de suas familias que com elles, militares, habitarem e tiverem direito.

Art. 160. Quando um official interrompe o serviço por motivo de doença, previne seu chefe directo, o qual, por sua vez, comunica ao commandante do corpo. Este determina ao medico-chefe que examine o doente e lhe communique si a doença tem gravidade e qual a duração provavel. Si o commandante do corpo julgar necessario saber, no interesse do serviço, si a indisponibilidade de um official é de natureza a diminuir sua aptidão para as funções que exerce, determina ao medico chefe que forneça, para esse fim, um certificado medico. O certificado será transmittido pessoalmente ao commandante ou remetido em correspondencia reservada.

§ 1.º Os sargentos, alojados fóra do quartel, que interrompem o serviço por motivo de doença, previnem ao seu chefe directo e lhe fazem saber se podem ou não comparecer á visita medica no quartel. Neste ultimo caso, o medico-chefe, prevenido pela autoridade competente, os faz visitar em domicilio. Após a visita, a resolução tomada pelo medico (observação, baixa á enfermaria ou hospital) é inscripta no livro de visita e o commandante da unidade informado não só dessa solução, como de todas as informações de natureza a esclarecel-o.

§ 2.º Os officiaes e aspirantes doentes poderão ser tratados em suas residencias.

Entretanto, em virtude do parecer do medico ou nos casos previstos nos regulamentos, o commandante póde fazel-os baixar ao hospital.

Nestas mesmas condições, o commandante póde fazer baixar á enfermaria regimental ou ao hospital os sargentos doentes que alojam fóra do quartel.

§ 3.º Si a indisponibilidade dos officiaes ou aspirantes, tratados em domicilio, excede a duração de dispensa de serviço que um commandante de corpo é autorizado, pelos regulamentos, a conceder aos seus subordinados, elles são submettidos á inspecção de saude pela junta local.

VISITA MEDICA DIARIA

Art. 161. O medico-chefe visita, todos os dias e em hora designada pelo commandante do corpo, os homens de tropa doentes.

§ 1.º A visita é feita nos alojamentos para os doentes impossibilitados de deixar o leito e se dirigir á enfermaria e, para todos os outros, na sala, especialmente destinada a este fim, nas dependências da enfermaria regimental.

§ 2.º O medico deve acolher os doentes com doçura e benevolencia, para lhes inspirar confiança. Toda vez que houver uma suspeita, o medico deve pesquisar, com attenção, as doenças latentes ou larvadas (anemia symptomatica da tu-

berculose, do paludismo, das verminoses; pleuritis de começo insidioso; diarréias específicas; prodromos de febres eruptivas, e outras).

§ 3.º O medico registra no livro de visita medica, para cada homem, todas as informações que possam interessar o commando.

O livro de visita será submettido diariamente ao fiscal.

§ 4.º As soluções que podem ser adoptadas para cada doente, durante a visita medica diaria, são as seguintes:

a) tratamento no quartel (com ou sem isenção parcial do serviço) para os casos de indisposições ligeiras, que só necessitam pequenos cuidados em horas fixas;

b) observação na enfermaria, para os casos em que nenhuma symptomata permite fazer um diagnóstico immediato (deste numero são os casos em que os individuos são suspeitos de simulação). A duração da observação é, em principio, de dois dias; caso haja necessidade pode ser prolongada.

Si, após a observação, nenhum indício de doença surge, o medico declara o homem apto para fazer, actualmente, o serviço. A autoridade competente poderá, então, punir o interessado como julgar conveniente. (Essa punição, entretanto, não será applicada senão após um prazo de 15 dias, devido á eventualidade sempre possível de uma affecção latente de começo insidioso;

c) tratamento na enfermaria, para as affecções benignas, que necessitam, porém, de cuidados medico-cirurgicos;

d) convalescença, na enfermaria, para os homens que obtiverem alta do hospital em estado que necessite um periodo de repouso antes da volta ao serviço;

e) baixa ao hospital, para todas as affecções contagiosas, graves ou necessitando de cuidados assíduos que não podem ser dados na enfermaria.

§ 5.º Quando as exigências do serviço não se oppuzerem, o commandante do corpo pode, mediante proposta do medico-chefe, fixar dias e horas em que os homens são autorizados a pedir conselhos medicos sem que sejam incriptos no livro de visitas.

§ 6.º A remessa de doentes ao hospital é normalmente feita no mesmo dia. Poderá ser prescripta na vespera, para o dia seguinte, quando tal prazo for necessário, em virtude da distancia ou insufficiencia de meios de transporte. Quando as circumstancias o exigirem (epidemias ou casos pathologicos de caracter particular), o director do hospital será avisado, com presteza.

Si o doente ou ferido está em estado grave, se tem perturbações mentaes ou crises nervosas, é acompanhado por um dos medicos do corpo, que dará informações aos do hospital e presta o seu concurso, si houver necessidade, ao medico de dia, para os primeiros cuidados a dar ao doente.

Nesses casos, uma communicação circumstanciada é igualmente enviada pelo medico-chefe do corpo ao director do hospital. Este a transmite ao medico assistente.

§ 7.º Durante a visita medica diaria são, obrigatoriamente, apresentados ao medico-chefe todos os homens que obtiveram licença ou permissão para se ausentar e os que regressaram; os homens que obtiveram alta do hospital, para os quaes elle prescreve ou não convalescença na enfermaria; os homens propostos para ferradores, corneteiros ou musicos e, em geral, para todas as occupações que exijam aptidão especial (cyclistas, telegraphistas, signaleiros, monitores de instrução physica e outras). O medico dá parecer sobre a aptidão que apresentam esses homens para exercer taes funções.

DEVERES ADMINISTRATIVOS DOS MÉDICOS DOS CORPOS DE TROPÁ

Art. 162. Esses deveres são os seguintes:

b) Deveres para com o commandante do corpo

§ 1.º O medico-chefe envia, diariamente, ao commandante do corpo por intermedio do fiscal, uma parte sobre o serviço, da qual consta o mappa do movimento dos doentes da unidade em tratamento no hospital, na enfermaria regimental, no quartel e em domicilio, e uma communicação summaria sobre o estado e necessidades sanitarias do corpo e casos particulares que possam interessar.

Esta parte será apresentada ao mesmo tempo que o livro de visitas.

§ 2.º Dá ao commandante do corpo, sempre que julgar necessario, parecer, escripto ou verbal, sobre a execução das prescripções hygienicas nas diferentes dependencias do quartel.

Encarrega-se da parte medica dos certificados de origem dos ferimentos ou doenças feracidas aos militares do corpo.

b) Deveres para com os chefes technicos

Art. 163. O medico-chefe do corpo informa seus chefes technicos (chefes dos Serviços de Saude da Guarnição e da Região) de todas as modificações sobrevindas no estado sanitario do corpo e, bem assim, do começo de toda manifestação epidemica, causas provaveis e medidas postas em execução para combatel-as.

§ 1.º Informa-os do movimento dos doentes, enviando, todos os 15 dias, uma parte com o mappa numerico, assignando as observações que lhe tenham suggerido a inspecção dos generos alimenticios distribuidos á tropa.

Mensalmente, envia ás mesmas autoridades o mappa nosologico mensal do corpo e do consumo de material.

§ 2.º Quando o medico-chefe do corpo redigir relatorios excepcionaes sobre o estado sanitario da unidade, deve fazel-os em duas vias: uma é transmittida directamente, pelo commandante do corpo, ao chefe do Serviço de Saude da Região; a outra, por via hierarchica, ao commandante da região.

§ 3.º A correspondencia com os chefes do Serviço de Saude da Guarnição e da Região passa, em principio, pelo commandante do corpo.

Continuo, em casos urgentes (irrupção de epidemia, pedido urgente de desinfectantes, medicamentos, etc.), os medicos-chefes de corpo podem, excepcionalmente, corresponder-se directamente com essas autoridades, sem passar pelo commandante.

Nesse caso, a correspondencia trocada é communicada ao commandante do corpo o mais depressa possível.

s) Deveres para com os medicos subordinados

Art. 164. O medico-chefe, responsavel perante o commandante do corpo pela execução do serviço sanitario, tem toda a autoridade para distribuir o serviço entre elle mesmo e seus medicos subordinados. Estabelec-se exactamente as funções que cabem a cada um dos medicos subordinados, assegura-se de que são perfeitamente conhecidas por elles e fiscaliza a execução.

d) Direito de punir

Art. 165. O medico-chefe tem, para com a pessoa que lhe é subordinado, os direitos de punição de commandante da companhia, observando as mesmas regras, estabelecidas para este, na applicação das penas. Tem os mesmos direitos para com os militares em tratamento na enfermaria. Previne os commandantes das unidades interessadas das punições que tenha infligido ou pede as que escapem á sua alçada.

ENFERMARIAS REGIMENTAES

Art. 166. As enfermarias regimentaes são instituidas:

1.º para o tratamento dos militares atingidos de doenças ligeiras, cuja natureza não acarrete a baixa ao hospital);

2.º para o tratamento preventivo de certas doenças (paludismo, doenças venereas, verminoses e outras);

3.º Para receber e dar pequenos cuidados aos militares convalescentes que obtiverem alta do hospital, até que estejam em condições de retomar o serviço ou seguir o regimen alimentar ordinario;

4.º Para a preservação da saude da unidade, visto permittir isolar immediatamente todo homem portador de affecção ou doença mal caracterizada;

5.º Para os trabalhos periodicos executados pelo Serviço de Saude: visitas de incorporação, vacinações, pesagens, conferencias ao pessoal da Formação Sanitaria Regimental.

Paragraphe unico. As dependencias da enfermaria regimental devem comprehender salas para alojamento e refeitório do pessoal de serviço da Formação Sanitaria Regimental; o pessoal que não estiver de serviço se alojará na dependencia do quartel que lhe for especialmente destinada.

DISTRIBUIDA DAS ENFERMARIAS REGIMENTAES

Art. 167. Em principio, cada corpo de tropa possui uma enfermaria regimental.

Todo destacamento, composto do batalhão de infantaria ou dous esquadrões, isolado em uma guarnição, deve possuir, igualmente, enfermaria regimental.

Quando, para os destacamentos de effectivo menor ou para baterias ou companhias isoladas, não for possível estabelecer uma enfermaria regimental (este caso só pôde ser creado nas guarnições em que existem outras tropas), taes destacamentos enviam seus doentes a uma enfermaria regimental.

vizinha, designada pelo Commandante da Região, por proposta do Chefe do Serviço de Saúde da Região. As enfermarias que os receberem inscreverão taes doentes sob rubrica especial, anexada para esse fim, ao registo dos doentes da enfermaria.

NUMERO DE LEITOS

Art. 168. O numero de leitos de uma enfermaria regimental é fixado, em principio (quer para os doentes, quer para os convalescentes), em dous por cento do effectivo normal da tropa a que a enfermaria é destinada.

Essa fixação só pôde ser modificada pelo Ministro da Guerra, mediante proposta do Commandante do corpo, devidamente informada.

DEPENDENCIAS

Art. 169. A enfermaria regimental deve ser installada, sempre que seja possível, em pavilhão especial, isolado, rodeado de jardim, contiguo ao pateo do quartel. No jardim é conveniente haver um abrigo coberto, com bancos e assentos de repouso.

Os pavimentos de todas as dependencias da enfermaria devem permittir que sejam facilmente lavados e desinfectados; as paredes serão pintadas a oleo e os angulos arredondados.

a) Dependencias do serviço geral. Devem comprehender, em principio:

— Sala de espera. Servindo para os homens que vêm à visita medica e os trabalhos methodicos do Serviço de saúde.

— Sala de visita medica. Contigua á precedente e onde os doentes devem ser examinados individualmente (mobiliada com prateleiras, para os documentos sanitarios, armario para instrumentos, balança, craveira, leito de exame, lavabo).

— Sala de curativos. Provida deapparehos de esterilização, armario para material de curativos, mesa de curativos, suporte para soluções antisepticas).

— Gabinete do medico. Serve tambem de pequeno laboratorio e tem o armario para toxicos, que deverá ser fechado com chave.

— Posto prophylactico. Munido de todo o material para a prophylaxia anti-venerea e possuindo, affixadas de modo visível, as instruções precisas, concernentes a esse assumpto.

— Deposito de medicamentos. Com armarios para medicamentos e utensilios diversos.

— Banheiros.

— Vestiario dos doentes. Com numero de armarios iguaes ao de leitos.

— Deposito do material corrente.

— Quarto do sargento-enfermeiro.

— Quarto para feridos. Com accesso facil para receber e prestar os cuidados de urgencias a um homem victima de accidente, antes de ser transportado ao hospital.

— Refeitório. Servindo, ao mesmo tempo, de sala de leitura e de reunião.

— Installações sanitarias.

— Quarto de despejo.

b) Dependencias reservadas aos doentes. Sala para os doentes e feridos, quarto para tratamento de sargentos e, sempre que for possível, quarto de isolamento (não communicando com as demais dependencias reservadas aos doentes) para os que estiverem sendo observados, attingidos de doenças mal caracterizadas.

c) Dependencias reservadas aos enfermeiros. Compreendem: dormitórios para o pessoal de serviço, lavabo, sala para secar roupas e sala de reunião.

Quando não estiver de serviço, o pessoal da Formação Sanitaria Regimental (excepto o sargento-enfermeiro) é alojado em dependencias especiaes, no quartel.

d) Dependencias para desinfecções. Sempre que for possível, existirão dependencias completamente separadas para as desinfecções. Taes dependencias comprehendem: sala para objectos infectados, sala de desinfecção e sala dos objectos desinfectados. A sala para objectos infectados dará accesso para o pateo do quartel; a dos objectos desinfectados para o jardim da enfermaria. A desinfecção será feita por meio do formol ou, quando possível, por estufa a vapor (principalmente nas guarnições afastadas de hospital militar importante). Ao lado das dependencias, para desinfecções, existirão um forno para incinerar lixo e curativos usados, e um lavadouro de agua corrente. O material da enfermaria regimental é especializado e não pôde ser destinado a outro uso. Se o numero de leitos for augmentado temporariamente, por decisão do

Ministro da Guerra, os fornecimentos supplementares são tirados dos recursos do corpo e de novo restituídos, quando voltar o estado normal.

PESSOAL

Deveres e attribuições

Art. 170. O medico-chefe dirige e fiscaliza, sob a autoridade do commandante de corpo, tudo que concerne ao funcionamento e policia da enfermaria. Redige um regimento interno, que é submettido á approvação do commandante, antes de ser affixado na enfermaria.

Tem autoridade, não só sobre o pessoal da enfermaria, como sobre as praças em tratamento ou em convalescença na enfermaria e as que estacionem nas salas de espera e visita. O medico-chefe é responsavel, para com as autoridades competentes, por todo o material da enfermaria e o provisionamento do serviço de Saúde em campanha.

§ 1.º Tem os seguintes deveres:

1) Faz parte das commissões encarregadas de projectar novas installações ou modificações de dependencias da enfermaria.

2) Dirige a instrução technica do pessoal da Formação Sanitaria Regimental.

3) Fiscaliza rigorosamente o acondicionamento e guarda dos productos pharmaceuticos toxicos: Devem estes ser fechados a chave e trazerem rotulos regulamentares que os distingam facilmente.

Na enfermaria nenhuma garrafa propria para vinho ou agua mineral deverá ser empregada para conter outras substancias que não essas.

§ 2.º Os medicos subordinados concorrem para a execução do serviço na enfermaria, segundo as instruções que lhes dá o medico-chefe.

Dentre elles, o mais graduado ou mais antigo do posto substitue o medico-chefe, em todas as attribuições, em caso de licença ou doença.

§ 3.º O medico destacado dirige a enfermaria do destacamento. Tem, para com o commandante do destacamento, os mesmos deveres e attribuições que o medico-chefe para com o commandante do corpo. Corresponde-se com o medico-chefe, por intermedio do commandante do destacamento.

§ 4.º Ao sargento-enfermeiro cabe toda a escripturação que se relacione com o serviço medico e administração da enfermaria. Guarda a chave do armario que contém os medicamentos ordinarios e as soluções toxicas, diluidas, para os curativos communs. Não pôde fornecer medicamento algum sem ordem formal do medico. Compete-lhe a fiscalização do asseio dos homens e limpeza das dependencias da enfermaria, da conservação dos utensilios, manter a disciplina e boa ordem em todas as dependencias da enfermaria. Preside ás distribuições de medicamentos e alimentos aos doentes. É o monitor geral para a instrução do pessoal da Formação Sanitaria Regimental. Nos destacamentos, as funções de sargento-enfermeiro poderão ser exercidas por um cabo.

§ 5.º Os cabos-enfermeiros são empregados, por designação do medico-chefe, em assistencia aos doentes, preparação de tisanas e banhos, manutenção do asseio das dependencias da enfermaria e utensilios, nas marchas, manobras, exercicios de tiro, banhos collectivos e outros mysterios. Quer á noite, quer de dia, ha sempre presente na enfermaria um cabo-enfermeiro. Cabe-lhe administrar aos doentes, nas horas prescriptas, os remedios, e comunicar ao sargento-enfermeiro os casos fortuitos ou insolitos.

§ 6.º Os padroleiros regimentaes, fóra das horas de instrução, são utilizados como auxiliares dos cabos-enfermeiros, segundo instruções do medico-chefe. Recebem, para esse fim, instrução de enfermeiros regimentaes e contribuem para o serviço de dia.

EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Art. 171. a) Admissão dos doentes — Tão somente as praças são admittidas na enfermaria regimental. A baixa é concedida, em principio, na visita medica. Em caso de urgencia, o medico, chamado a ver um doente fóra da visita, pôde, se julgar necessario, fazel-o baixar á enfermaria. Durante a sua estada na enfermaria, os doentes não conservam os uniformes de instrução; estes são desinfectados, se ha necessidade, e, em seguida, guardados no vestiario. O medico-chefe deve entender-se com o commandante de corpo para que sejam dados á enfermaria vestuarios proprios para servir aos doentes quando baixados;

b) **Visita aos doentes da enfermaria** — A visita será feita diariamente, pela manhã, e renovada, á tarde, se houver ne-

cessidade. As prescrições de medicamentos são feitas para todo o dia e executadas pelo sargento-enfermeiro. O medico-chefe assiste á administração de medicamentos que apresentem algum perigo ou, se isso não for possível, dá instruções precisas, afim de que nenhum erro se possa produzir.

Quando houver doentes que necessitem de medicação especial que não possa ser feita com os recursos da tabella em vigor, o medico fará as receitas respectivas em uma mesma folha de papel, as quaes serão aviadas na pharmacia militar da respectiva guarnição.

Um cabo-enfermeiro, logo após a visita medica, levará á pharmacia da guarnição o receptuario que não possa ser aviado na enfermaria regimental; após a parada, irá buscar as alterações no hospital e, á tarde, conduzirá para esse estabelecimento as praças que tiverem baixado e de lá trará as que tiverem obtido alta.

c) *Alimentação dos doentes da enfermaria* — Finda a visita, o sargento-enfermeiro organiza o mappa do movimento do dia, de accordo com o modelo regulamentar, para constar da parte do medico, e faz o pedido das dietas, que deverá ser entregue á autoridade competente, depois de visado pelo fiscal.

Quanto ao regimen dietetico, o medico, ouvido o commandante, estabelecerá uma tabella apropriada para os casos especiaes; para os outros casos consistirá elle na ração habitual dos soldados, toda ou em parte.

d) *Cuidados de asseio a dar aos doentes* — A fiscalização dos cuidados de asseio tomados pelos doentes que se podem levantar cabe ao sargento-enfermeiro, que providencia tambem para que taes cuidados sejam dados aos doentes impossibilitados de se locomover. Um barbeiro assegura, regularmente, os cuidados da barba e cabellos aos doentes da enfermaria.

e) *Limpeza e conservação das dependencias da enfermaria* — O medico-chefe fiscaliza, rigorosamente, a limpeza e hygiene de todas as dependencias da enfermaria. Os pavimentos, impermeabilizados, devem permittir a lavagem com agua corrente. A varredura a secco é severamente interdita. Si, excepcionalmente, as paredes das salas de visita medica ou de doentes não forem pitadas a oleo, serão caiadas, pelo menos, duas vezes por anno. Os colchões, travessieiros e cobertores são batidos e expostos ao sol duas vezes por semana e desinfectados todas as vezes que for necessario.

A limpeza e hygiene da enfermaria farão objecto de regimento interno, estabelecido o assignado pelo medico-chefe.

Cabe a execução de taes serviços aos padoleiros regimentaes, dirigidos pelos cabos-enfermeiros e fiscalizados pelo sargento.

f) *Policia da enfermaria* — Os doentes da enfermaria estão sob a autoridade immediata do medico-chefe o do sargento-enfermeiro.

Este ultimo deve se oppor a toda communicação clandestina dos doentes com o exterior, á entrada, na enfermaria, de bebidas, comestiveis e medicamentos não permittidos. Impede que os doentes se dirijam para as outras dependencias do quartel. Quando se der uma evasão, elle a communica immediatamente ao official do dia e ao medico-chefe. Quando um militar, em tratamento na enfermaria, soffrer punição, esta não será effectivada enquanto não obtiver alta.

g) *Altas da enfermaria* — O medico, na visita matinal, prescreve as altas, por curados ou transferidos para o hospital, aos doentes que estiverem em condições de obter-as. A sahida desses doentes só se dará á tarde, após o jantar. Nos casos de transferencia ou baixa directa de doentes ao hospital, conforme as circumstancias, o medico póde fazel-os entrar nesse estabelecimento com urgencia, sem esperar a hora prescrita no periodo acima.

Antes da sahida dos doentes, o sargento-enfermeiro verifica, cuidadosamente, o estado das roupas e objectos que lhes foram confiados.

h) *Obitos occorridos no corpo* — Quando occorrer um obito no quartel, na enfermaria ou fóra, será verificado pelo medico-chefe.

As formalidades relativas ao estado civil cabem ao commandante. O commandante do corpo previne, por telegramma, a familia. O cadaver é recebido em deposito, no hospital militar ou enfermaria-hospital da guarnição, devendo o director desse estabelecimento enviar ao chefe do serviço de saude da região uma certidão do registo do obito. Si o cadaver não póde ser depositado no hospital, cabe ao commandante do corpo enviar a certidão de obito, por via hierarchica, ao chefe do serviço de saude da região. Nos casos de morte violenta, procede-se de accordo com as disposições em vigor. Em todos os casos, o medico-chefe do serviço endereça uma parte circumstanciada, sobre as causas do obito, aos chefes do serviço de saude da guarnição ou região.

DESPEZAS NORMAES E EXTRAORDINARIAS DA ENFERMARIA

Art. 172. Nenhuma despesa, normal ou accidental, póde ser determinada pelo medico-chefe do serviço, o qual não dispõe, para isso, de fundos.

As despesas normaes e extraordinarias são determinadas pelos seguintes órgãos:

a) Conselho Administrativo do corpo: alimentação dos doentes e convalescentes; illuminação da enfermaria; assucar para bebidas hygienicas; material de copa, limpeza e conservação; lavagem de roupa; mobiliario da enfermaria; material de expediente e registo;

b) Serviço de Saude (Laboratorio Chimico Pharmaceutico, Deposito de Material Sanitario): medicamentos, utensilios de pharmacia, reactivos, objectos e accessorios de curativos.

ADMINISTRAÇÃO DA ENFERMARIA REGIMENTAL

Art. 173. O Conselho Administrativo do corpo gere a Enfermaria regimental.

O medico-chefe do serviço é agente do Conselho.

§ 1.º O material e os medicamentos, de que são providas as enfermarias regimentaes, serão objecto de nomenclatura especial, approvada pelo ministro da Guerra e annexa ao presente regulamento.

O medico-chefe do serviço é responsavel pela conservação do material. Assignala ao Conselho Administrativo todas as deteriorações que se produzirem.

As reparações são executadas pelos cuidados dos corpos ou serviços competentes.

Os objectos inserviveis são assignalados, trimestralmente, em mappa, organizado pelo medico-chefe e enviado ao chefe do serviço de saude da região.

Para a descarga do material inservivel proceder-se-ha de accordo com o regulamento de administração.

§ 2.º O material da Formação Sanitaria Regimental é inscripto em um registo especial, escripturado sempre em dia, pelos cuidados do medico-chefe. O renovamento do material é assegurado por pedidos trimestraes dirigidos, na segunda quinzena do segundo mez de cada trimestre, por via hierarchica: ao Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, para os medicamentos, curativos, reactivos, utensilios e accessorios de pharmacia; aos Depositos de Material Sanitario, para os instrumentos de cirurgia, material sanitario e accessorios. Estes pedidos são feitos em tres vias, na ordem da nomenclatura precitada e nelles são assignaladas, ao mesmo tempo que as quantidades pedidas, as existentes. As minucias concernentes ao estabelecimento dos pedidos e recepção do material são annexadas á nomenclatura do material. Os pedidos extraordinarios são feitos do mesmo modo, mas, para cada objecto pedido, deve ser minuciosamente justificada a necessidade.

§ 3.º Quanto ao material do Serviço de Saude em campanha, destinado á instrucção, deve ser mantido em perfeito estado de conservação e examinado frequentemente pelo medico-chefe. Para esse, o pedido será acompanhado de uma parte sobre as causas que motivaram a deterioração.

§ 4.º As substancias que, no material de guerra, são susceptiveis de deterioração, serão usadas no serviço normal, antes de expirado o prazo em que ellas sejam julgadas inserviveis. Serão substituidas, no material precitado, mediante um pedido periodico ou extraordinario.

LIVROS DA ENFERMARIA REGIMENTAL

Art. 174. Nas enfermarias regimentaes cabe ao medico-chefe a escripturação dos seguintes livros e registos:

- 1º) Registo medico de aquartelamento;
- 2º) Registo medico de incorporação (tendo annexado, vacinacões e revaccinacões, obitos, reformas e baixas por doenças);
- 3º) Livro de visita medica;
- 4º) Livro de partes;
- 5º) Livro de entradas e sahidas de doentes tratados na enfermaria (tendo, annexo, o registo da estatistica);
- 6º) Livro de carga e descarga do material sanitario, organario e de mobilização;
- 7º) Registo de correspondencia.

BIBLIOTHECA DA ENFERMARIA REGIMENTAL

Art. 175. A enfermaria regimental possui uma biblioteca que comprehende:

Os regulamentos sobre o serviço de saude, sobre os regulamentos geraes dos corpos de tropa;

A nomenclatura do material do serviço de saúde em uso nos corpos de tropa;

As instruções e documentos relativos à estatística sanitária do Exército (documentos geracs e documentos concernentes ao corpo);

O registo-medico de aquartelamento;

Os documentos cravados da guarnição e da Região, relativos ao funcionamento local do Serviço de Saúde;

Os regulamentos e todos os documentos concernentes à instrução dos enfermeiros e padioleiros regimentaes, e outros.

INSTRUÇÕES TÉCNICA DOS ENFERMEIROS E PADIOLEIROS REGIMENTAES

Art. 176. A instrução técnica dos enfermeiros e padioleiros, que compõe a Formação Sanitária Regimental, é feita de accordo com os programmas em vigor.

CAPITULO VI

FORMAÇÕES SANITARIAS DIVISIONARIAS

DISPOSIÇÕES GERAES

Objecto do serviço

Art. 177. Em principio, cada Divisão de Infantaria dispõe de uma Formação Sanitária Divisionaria, sob a alta autoridade do Commandante da Região ou Circumscripção, por intermedio do Chefe do Serviço de Saúde da Região ou Circumscripção Militar.

Esse órgão tem por fim a instrução, em tempo de paz, dos homens de tropa destinados a ser, em tempo de guerra, enfermeiros, padioleiros e conductores nas Formações Sanitárias da Divisão.

Constitui-se-lhe, portanto, uma reserva apta para as funções que desempenhará em campanha.

§ 1.º. Compõe, tambem, a Formação Sanitária Divisionaria assegurar a prophylaxia das doenças epidemicas nas guarnições militares da Região ou Circumscripção.

§ 2.º. A formação Sanitária Divisionaria constitue, por seu pessoal e material, um órgão de exercicios e manobras do Serviço de Saúde para a instrução dos medicos do quadro activo e de reserva.

Recrutamento do effectivo

Art. 178. O effectivo da Formação Sanitária Divisionaria é recrutado entre os jovens soldados fornecidos pelos contingentes annuaes de conscriptos e por voluntariado e engajamento.

O Chefe do Serviço de Saúde da Região indicará, no momento da inspecção de incorporação dos conscriptos ou voluntarios, ao Serviço de Estado-Maior da Região, os homens a designar para a Formação Sanitária Divisionaria, levando em conta as necessidades assignaladas nos quadros e aptidões profissionais.

Além dos artifices e especialistas designados nos quadros, serão incorporados na Formação Sanitária Divisionaria: os enfermeiros de profissão, empregados da Saúde Publica, empregados de pharmacia e drogaria, alguns electricistas e outros.

Todos os homens designados devem saber ler e escrever e não ter soffrido condemnação.

§ 1.º. Os alistamentos voluntarios são feitos na Formação Sanitária Divisionaria, de accordo com as disposições em vigor.

Os voluntarios e engajados, ao fim de um anno, pelo menos, do serviço na Formação, podem, por meio de transferência, ser encarregados de funções analogas nos Hospitais Militares e vice-versa, de modo que os quadros subalternos do serviço de saúde estejam sempre aptos a desempenhar todos os encargos que lhes possam caber.

§ 2.º. Os homens destinados ao emprego de auxiliares de escripta serão escolhidos, no fim do periodo de instrução militar, na Formação, segundo os resultados de um exame de aptidão profissional, que comprehenderá:

a) prova de calligraphia;

b) prova de orthographia, redacção e contabilidade.

A classificação dos auxiliares de escripta é feita por uma commissão, nomeada pelo medico Chefe, da Formação Sanitária Divisionaria e por elle presidida.

Organização das Formações Sanitárias Divisionarias

Art. 179. As Formações Sanitárias Divisionarias são em numero de seis: 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Divisões de Infantaria e 1.ª e 2.ª Circumscripções Militares.

A sede das Formações é fixada pelo Ministro da Guerra. Será, em principio, na mesma localidade em que estiver o Hospital Militar mais importante do territorio da Divisão (ou Circumscripção).

Cada Formação Sanitária Divisionaria constitue uma unidade distincta, não só quanto à administração, como quanto ao Commando.

A graduação e hierarchia das praças são as mesmas dos Corpos de tropa.

Paraphrasis unico. O effectivo de cada Formação Sanitária Divisionaria é, em principio, o que se segue, podendo, entretanto, ser modificado pelo Ministro da Guerra, em circumstancias particulares:

a) 4 officiaes:

1 Medico-chefe, capitão medico.

1 Chefe do Destacamento do Grupo de Padioleiros Divisionario, 1.º tenente-medico.

1 Chefe do Destacamento de Ambulancia, 1.º Tenente-medico.

1 2.º Tenente contado.

b) 1 1.º Sargento, habilitado para instructor de tropa.

c) 5 segundos sargentos:

2 Furrieis (um para cada destacamento)

1 Enfermeiro (para o destacamento de Ambulancia).

2 Conductores (um para cada destacamento).

d) 3 Terceiros Sargentos:

2 Padioleiros (Destacamento do Grupo de Padioleiros Divisionario).

1 Enfermeiro-veterinario (Destacamento do G. P. D.).

e) 12 cabos:

2 Furrieis (um para cada destacamento).

2 Enfermeiros (para o Destacamento de Ambulancia).

4 Padioleiros (para o Destacamento do G. P. D.).

3 Conductores (2 para o G. P. D. e 1 para a Ambulancia).

1 Ferrador (para o G. P. D.).

f) 88 soldados e anseçadas:

4 Auxiliares de escripta (2 para cada destacamento).

3 Artifices (Ferreiro, Carpinteiro, Selleiro, Destacamento do G. P. D.).

10 Enfermeiros (Destacamento de Ambulancia).

39 Padioleiros (Destacamento do G. P. D.), sendo oito anseçadas.

2 Corneleiros (Destacamento do G. P. D.).

20 Conductores (18 para o G. P. D., e oito para a Ambulancia), sendo quatro anseçadas.

2 Motoristas (Destacamento do G. P. D.).

2 Ferradores (Destacamento do G. P. D.).

Promoção do pessoal

Art. 180. A promoção dos homens de tropa da Formação Sanitária Divisionaria será exclusivamente por concurso, nas mesmas condições e segundo as mesmas modalidades dos corpos de tropa.

FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO

Divisão em destacamentos. Utilização eventual

Art. 181. Cada Formação Sanitária Divisionaria se compõe de um Destacamento de Grupo de Padioleiros (G. P. D.) e de um Destacamento de Ambulancia.

O pessoal de cada um destes destacamentos é sufficiente, em caso de necessidade, para assegurar o serviço sanitario de rectaguarda de uma columna em operações no interior do Paiz, sem que seja preciso recorrer a uma mobilização parcial.

Paraphrasis unico. O Destacamento do Grupo de Padioleiros Divisionario assegura a prophylaxia das doenças epidemicas e executa todas as operações de saneamento necessarias à preservação da saúde das tropas nas guarnições.

Atribuições do medico-chefe da Formação Sanitária Divisionaria

Art. 182. O medico-chefe da Formação Sanitária Divisionaria tem todas as atribuições conferidas a um commandante de corpo de tropa pelos regulamentos em vigor.

Depende directamto do chefe de Serviço de Saude da Região e, com elle, corresponde-se, sem intermediario..

Publica um boletim diario.

§ 1.º Por intermedio do fiscal (medico mais antigo) e do contador, dirige e fiscaliza o que se segue e de que lhe cabe inteira responsabilidade:

- a) instrucção militar e technica dos recrutas da Formação Sanitaria Divisionaria;
- b) asseio e conservação das dependencias do aquartelamento;
- c) conservação do material e dos aprovisionamentos;
- d) alimentação dos homens de tropa;
- e) trabalhos de hygiene e prophylaxia realizados pelo Destacamento do Grupo de Padioleiros Divisionario.

§ 2.º Assegura, pessoalmente e sem intermediario, a escripturação dos registros do pessoal da Formação e do livro de punições.

Atribuições dos medicos-chefes de destacamentos

Art. 183. Os medicos-chefes dos Destacamentos do Grupo de Padioleiros Divisionario e de Ambulancia exercem as suas funções respectivas, sob a autoridade do medico-chefe da Formação Sanitaria Divisionaria e segundo o programma de instrucção estabelecido por este ultimo.

São responsaveis, para com o medico-chefe da Formação, por seu Destacamento, no que concerne á instrucção, policia e disciplina, bem assim pela conservação do material de instrucção dos respectivos Destacamentos.

Teem, sobre o pessoal, a mesma autoridade conferida pelos regulamentos aos commandantes de pelotões.

O mais antigo dos chefes de Destacamento exercerá as funções de fiscal da Formação Sanitaria Divisionaria, ao qual cabe auxiliar o medico-chefe da Formação, principalmente no que concerne á redacção do boletim, instrucção militar e technica dos homens, escalas de serviço de dia..

Atribuições do official contador

Art. 184. O official contador assegura, sob a autoridade e fiscalização do medico-chefe da Formação e do fiscal, o serviço de administração da Formação, de accordo com os regulamentos militares em vigor.

Incumbe-lhe, particularmente:

- a) a responsabilidade, para com o medico-chefe da Formação, pela conservação do material destinado á instrucção e commum aos dous Destacamentos, e, caso possua a Formação, do aprovisionamento de campanha;
- b) fiscalizar a boa qualidade, preparação e distribuição dos generos alimenticios;
- c) assegurar a limpeza e conservação das dependencias que não são destinadas exclusivamente a um dos dous Destacamentos.

Fachineiros são postos á sua disposição, pelo fiscal, para a execução deste serviço. Os homens para-fachina estão escolhidos entre os soldados cuja instrucção technica é menos sobrecarregada (conductores, etc.).

d) encarregar-se da instrucção administrativa do pessoal, dos dous Destacamentos, especializada nas funções de furrieis e auxiliares de escripta, segundo programma fixado pelo medico-chefe e de accordo com o emprego de tempo estabelecido pelos chefes de Destacamntos o aprovado pelo medico-chefe da Formação..

Instrucção do pessoal da Formação Sanitaria Divisionaria

Art. 185. A instrucção comprehende duas partes: a instrucção militar e a instrucção technica e profissional.

Instrucção militar

§ 1.º A instrucção militar dada aos homens de tropa da Formação Sanitaria Divisionaria é limitada á instrucção individual do soldado.

E' dada, sob a fiscalização do fiscal, pelo 1.º sargento da Formação.

Sua duração é de seis semanas. E' continuada durante o anno por exercicios militares, que terão lugar duas vezes por semana, sob a direcção do mesmo graduado..

Instrucção technica profissional

§ 2.º Começa logo que finaliza a instrucção militar.

Levando em conta a profissão, a capacidade ou aptidão e, em certa medida, o desideratum, o medico-chefe da Formação

Sanitaria Divisionaria designa, nominativamente, os homens a instruir para cada um dos empregos previstos, isto é:

- a) furrieis e auxiliares de escripta (contabilidade, escripturação, etc.);
- b, artifices: selleiro, carpinteiro, ferreiro, electricista, manipulador-radiographo, reparador de material de cirurgia;
- c) enfermeiros: enfermeiros de visita, enfermeiros de turmas cirurgica, serventes de laboratorios, ajudantes de farmacias, serventes para trabalhos de limpeza;
- d) padioleiros;
- e) conductores.

A instrucção é dada conforme o programma approved pela Directoria de Saude da Guerra e segundo desenvolvimento progressivo estabelecido pelo medico-chefe.

A instrucção comprehende uma parte commum, dada a todos os homens da Formação, e uma parte especial ou puramente technica, particular a cada emprego.

1.º instrucção commum. Deve ser dirigida com o maior cuidado e sera dada a todos os homens da formação, qualquer que seja a sua especialização durante todo o anno. Forma a base da preparação para o serviço de guerra.

Pormenorizada em manuaes especiaes, essa instrucção trata de seguinte:

- a) organização geral e funcionamento do Serviço de Saude, na paz e em campanha;
- b) cuidados a dar aos doentes e feridos;
- c) noções relativas ás manobras especiaes do Serviço de Saude;

2.º Instrucção especial. Alternando com a precedente, esta instrucção comprehende, segundo a especialização respectiva dos homens:

- a) contabilidade e escripturação dos registros do Serviço de Saude, em tempo de paz e em campanha;
- b) nomenclatura, conservação e reparação das diversas categorias do material do Serviço de Saude;
- c) livros de visita e receituário, pedidos; hygiene hospitalar; asepsia e antiseptia; pequena cirurgia; curativos; desinfectões, purificações de agua de bebida, serviço de farmacia;

d) manobras de padiolas, do carrinho porta-padiola, da artola, liteira, viatura e trens sanitarios; armar e desarmar barracas do Serviço de Saude; primeiros socorros no campo de batalha;

e) para os conductores, além de sua instrucção especial, instrucção tão completa quanto possivel de padioleiros auxiliares.

As partes desta instrucção que não possam ser dadas na Formação Sanitaria Divisionaria sel-o-hão no Hospital Militar vizinho, onde os homens farão um estagio, cuja duração será fixada pelo medico-chefe da Formação.

Taes estagios serão feitos principalmente pelos enfermeiros encarregados:

- a) da desinfectão e esterilização (funcionamento das estufas e outros aparelhos);
- b) de auxiliar o serviço na sala de operações;
- c) de auxiliar o serviço na farmacia;
- d) do lugar de enfermeiro de visita (um certo numero destes ultimos praticará em massagens e physiotherapia);
- e) do emprego de serventes de laboratorio de bacteriologia.

Os homens que exercem a profissão habitual de enfermeiros e os que manifestarem aptidão particular para este emprego, maxime dentre os engajados, serão designados para estagios mais prolongados no Hospital Militar, com o fim de se aperfeiçoarem na technica dos cuidados a dar aos doentes (doentes e socorros de urgencia).

Serão sujeitos, no fim deste estagio, a um exame, do qual, caso sejam aprovados, obterão o título de primeiro enfermeiro e terão uma insignia especial.

Graduados

§ 3.º O posto de 1.º sargento será occupado por sargento transferido de um corpo de tropa, portador de certificado de aptidão para commandar pelotão ou, pelo menos, declarado apto para exercer as funções de instructor.

As promoções a segundos e terceiros sargentos serão feitas, successivamente, após concurso, conforme os regulamentos em vigor nos corpos de tropa e segundo um programma composto de provas theoricas e praticas, organizado pela Directoria de Saude da Guerra, para cada especialidade.

Os cabos da Formação Sanitaria Divisionaria serão escolhidos entre os anspécadas e soldados que tenham feito um exame, conforme os regulamentos em vigor nos corpos de tropa e segundo um programma, para cada especialidade, estabelecido pela Directoria de Saude da Guerra.

Para os anspçados precader-se-ha de accordo com as disposições em vigor para os corpos de tropa.

Para os postos de cabos e de sargentos-enfermeiros e concorreção os homens que tenham feito o estagio para primeiro enfermeiro com successo.

Instrução especial dos cozinheiros e ajudantes de cozinheiro

§ 4.º Dentre os recrutas inscriptos para o emprego de enfermeiros, trabalhos de limpeza e outros, serão designados, cada anno, quatro homens para receber a instrução especial de cozinheiro e ajudante de cozinheiro.

Taes homens serão escolhidos, sempre que possivel, entre os que tenham exercido na vida civil a profissão de cozinheiro.

Farão estagio de tres mezes no Hospital Militar e, no fim desse periodo, os que tenham demonstrado aptidão para o emprego, prolongarão o estagio por mais tres mezes; se tiverem augmentado as suas habilitações, serão classificados como primeiros cozinheiros.

Os que não obtiverem essa classificação serão ajudantes de cozinha.

Essa instrução especial tem por fim formar, para o tempo de guerra, homens de tropa do Serviço de Saude capazes de assegurar, convenientemente, a preparação de alimentos para os doentes e feridos e serem destacados nas Formações Sanitarias em campanha.

Se, entre os homens com a instrução de cozinheiros, houver engajados, poderão estes, no fim do estagio, ser empregados como cozinheiros nos hospitais militares.

Exercícios e manobras

Art. 186. A formação sanitaria divisionaria executa os exercicios seguintes:

- a) exercicios isolados do Serviço de Saude;
- b) manobras de guarnição, com tropa;
- c) grandes manobras.

§ 1.º Os exercicios isolados do Serviço de Saude terão lugar desde que a instrução tecnica e profissional dos homens o permita e segundo uma progressão parallela a esta instrução.

Os exercicios são executados, no começo, por fracções dos destacamentos (exercicios de padiolas, armar e desarmar barracas, condução de viaturas e outros); em seguida por destacamentos separados (exercicios, fóra do quartel do Destacamento, do Corpo de Padioleiros Divisionarios e do Destacamento de Ambulancia); enfim, o medico-chefe organizará exercicios exteriores de toda a Formação, os dous destacamentos manobrando em ligação.

§ 2.º A Formação Sanitaria Divisionaria executa exercicios especiais com as Formações Sanitarias Regimentaes da Guarnição e com a tropa necessaria para realizá-los.

Taes exercicios são determinados pelo Commandante da Guarnição, por proposta do medico-chefe da Formação Sanitaria Divisionaria, feita por intermedio do Chefe do Serviço de Saude da Região.

§ 3.º Por occasião das grandes manobras, e conforme sua importancia, Formações Sanitarias Divisionarias funcionarão, de accordo com as disposições estabelecidas pelo Commando e propostas pelo Serviço de Saude.

§ 4.º Na Capital Federal, a Formação Sanitaria Divisionaria será posta á disposição da Escola de Applicação do Serviço de Saude para todos os exercicios, manobras e demonstrações de material destinados á instrução dos alumnos.

O medico-chefe dessa Formação será auxiliar do instructor de Serviço de Saude em Campanha, da Escola de Applicação do Serviço de Saude.

§ 5.º Os medicos das Formações Sanitarias Divisionarias participam dos trabalhos de resolução de themas de tactica sanitarias, extrahidos dos themas geraes dados pelo Estado-Maior do Exercito e da Região.

Serviço de prophylaxia e desinfecção

Art. 187. Quando, em uma guarnição situada no territorio da Divisão, o estado sanitario da tropa exigir medidas de prophylaxia e desinfecção, o chefe do Serviço de Saude da Região envia ao local o pessoal e material ambulante necessario.

Se houver necessidade de pesquisas bacteriologicas, o pessoal e material especializados são fornecidos pelo Hospital Militar e dirigidos pelo bacteriologista do hospital. O pessoal comprehenderá, tanto quanto possivel, os homens da tropa da Formação Sanitaria Divisionaria que fazem estagio no laboratorio do hospital.

Os trabalhos de desinfecção propriamente ditos, feitos em consequencia das pesquisas bacteriologicas, são praticados pelo pessoal e com o material especializados da Formação Sanitaria Divisionaria, sob a chefia do chefe do Destacamento do Grupo de Padioleiros Divisionario.

A direcção geral dos trabalhos de prophylaxia cabe ao bacteriologista, durante o tempo em que estiver presente no local. Se o bacteriologista deixar a guarnição, antes de terminarem os trabalhos de desinfecção, esta é dirigida pelo Chefe do Destacamento do Grupo de Padioleiros Divisionario.

Serviço da Guarnição

Art. 188. O pessoal da Formação Sanitaria Divisionaria toma parte, do mesmo modo que o dos corpos de tropa, no serviço medico da guarnição, segundo escala estabelecida pelo Chefe do Serviço de Saude da Guarnição.

MATERIAL

Nomenclatura summaria do material da Formação

Art. 189. A Formação Sanitaria Divisionaria é provida do material necessario para o serviço corrente, para exercicios e manobras e para a parte da instrução do pessoal que deve ser dada com seus proprios recursos.

Esse material fica a cargo do official contador e sob a vigilancia e responsabilidade do medico-chefe.

O material especialmente destinado á instrução, aos exercicios e serviços correntes se compõe de 24 viaturas:

a) para o Destacamento do Grupo de Padioleiros Divisionarios — 18 viaturas, sendo:

- 4 viaturas para feridos,
- 2 viaturas para carrinhos porta-padiolas,
- 2 viaturas de material sanitario,
- 2 viaturas de material de abrigo,
- 1 viatura para bagagens,
- 1 carro-cosinha,
- 2 viaturas automoveis para feridos,
- 1 viatura de desinfecção (material de desinfecção e desinsectização),
- 1 estufa a vapor, locomovel.

Estas viaturas necessitam de 36 animaes de tracção.

b) para o destacamento de Ambulancia — 6 viaturas, sendo:

- 2 viaturas para o material medico,
- 1 viatura para o material de abrigo,
- 1 viatura de material para leitos,
- 1 viatura de bagagens,
- 1 viatura de material de cosinha.

Estas viaturas necessitam de 14 animaes de tracção.

A Formação Sanitaria Divisionaria tem mais 6 animaes de sella e 6 cargueiros.

Substituição do material

Art. 190. O material consumido ou deteriorado será substituido por meio de pedidos trimestraes dirigidos, segundo os casos, ao Deposito Central ou Depositos Regionaes de Material Sanitario.

Esses pedidos são encaminhados por via hierarchica e devem sempre ser acompanhados de justificação minuciosa das perdas, avarias ou outras causas que necessitem a substituição pedida.

Disposições diversas

Enfermaria da Formação

Art. 191. Para todos os pormenores de serviço, não mencionados no presente capitulo, o funcionamento da Formação Sanitaria Divisionaria se faz segundo as mesmas disposições consignadas para o serviço de saude nos corpos de tropa.

Em particular, a dependencia prevista para a enfermaria, e cuja importancia é proporcionada ao effectivo normal da unidade, é analoga e funciona de accordo com os preceitos contidos no capitulo que trata do serviço de saude nos corpos de tropa.

Documentos

Art. 192. Além dos documentos periodicos que fornecem os medicos-chefes nos corpos de tropa, o medico-chefe da

Formação Sanitaria Divisionaria dirige ao chefe do Serviço de Saude da Região os seguintes:

a) o mappa semanal, onde são consignados o effectivo presente ou ausente, os factos principaes sobrevindos na semana (transferencias, permissões, movimentos diversos);

b) relatorio mensal, comprehendendo tres partes: 1ª, mappa nosologico e estatistico da Formação; 2ª, instrucção do pessoal; 3ª, trabalhos realizados, de prophylaxia;

c) pedido trimestral de material acompanhado da justificação;

d) relatorio geral annual, comprehendendo tres partes: 1ª, mappa nosologico e estatistico annual da unidade; 2ª, instrucção do pessoal, observações geraes e desiderata a satisfazer; 3ª, trabalhos realizados de prophylaxia.

Os relatorios annuaes e pedidos trimestraes são remettidos até o dia 5 do mez seguinte. O relatorio annual é remettido na mesma data que a estatistica annual dos corpos de tropa.

Os relatorios mensaes e annuaes são enviados em lugar dos mapps nosologicos e estatísticos mensaes e annuaes dos corpos de tropa.

Devem conter, entretanto, os mesmos quadros e informações que estes ultimos

CAPITULO VII

HOSPITAES MILITARES

Dos hospitaes e seus fins

Art. 193. Os hospitaes militares são destinados ao tratamento dos officiaes e praças do Exercito, attingidos de doenças ou ferimentos, que não possam ser tratados nas enfermarias regimentaes.

Art. 194. Serão tambem tratados, nos hospitaes militares, os militares ou assemelhados, pertencentes aos diversos serviços de uma guarnição, bem como os Funcionarios civis do Ministerio da Guerra.

Divisão dos hospitaes militares

Art. 195. Os hospitaes militares se dividem em: Hospital Central do Exercito; hospitaes de 1ª, 2ª e 3ª classes e enfermarias-hospitaes; de destino especial: sanatorios militares; depositos de convalescentes; hospitaes de isolamento; hospitaes de aguas mineraes e estações balnearias.

Paragrapho unico. A classificação dos hospitaes militares depende da zona militar em que estão localizados e a cuja tropa estão adstrictos; assim, haverá:

Um «Hospital Central do Exercito» (H. C. E.), na Capital Federal, adstricto a todo o Exercito;

Hospitaes de 1ª classe ou divisionarios, nas sedes de commando de divisões do Exercito, adstrictos á tropa da divisão e respectivas regiões;

Hospitaes de 2ª classe ou regionaes, nas guarnições sedes de commando de região ou circumscripção militar, adstrictos á cada região ou circumscripção;

Hospitaes de 3ª classe ou de guarnição, nas guarnições em que houver parada effectiva de mais de um corpo de tropa;

Enfermarias-hospitaes nas guarnições de um só corpo de tropa, devendo hospitalizar não só os doentes dessa unidade que deveriam ser tratados na enfermaria regimental respectiva, como os que só podem ser tratados em hospital.

Art. 196. Os sanatorios militares serão creados especialmente para o tratamento dos militares doentes que necessitam de mudança de clima ou de cura de ar; os depositos de convalescentes, para os que, sahindo curados dos hospitaes, não puderem logo entrar em serviço activo e necessitam, por algum tempo, de repouso e cuidados hygienicos.

Paragrapho unico. Em principio deverá existir um deposito de convalescentes em cada região militar ou divisão do Exercito.

Art. 197. Os hospitaes de isolamento serão temporarios, creados especialmente nas occasiões de epidemias, de accordo com as necessidades decorrentes da intensidade do mal.

Art. 198. Os hospitaes de Aguas Mineraes serão creados junto ás fontes de aguas mineraes e destinam-se ao tratamento dos militares julgados precisados de uso daquellas aguas.

Paragrapho unico. O tratamento desses doentes poderá ser feito nos estabelecimentos particulares que explorem as diversas fontes de aguas, por contractos celebrados pelo Ministerio da Guerra com os respectivos proprietarios.

Art. 199. As estações balnearias serão creadas em pontos do littoral, com o fim de tratar, pelos banhos de mar, os militares debilitados, necessitados de estimular o organismo, os convalescentes, etc., podendo o Governo celebrar, com os estabelecimentos particulares, contractos analogos aos previstos para os hospitaes de aguas mineraes.

Art. 200. As enfermarias regimentaes, que são uma dependencia de todos os corpos de tropa, destinadas a tratar os casos de indisposições ligeiras, não pertencem á categoria dos hospitaes militares; a sua administração é regida pelas respectivas unidades, embora a execução de seus serviços seja moldada pelo presente regulamento, no que lhes for adaptavel.

§ 1.º Nas fortalezas, estabelecimentos de ensino, fabricas, arsenaes, etc., haverá enfermarias da categoria das regimentaes.

§ 2.º Os corpos de tropa, isolados em uma guarnição, não terão enfermaria regimental.

Art. 201. As enfermarias-hospitaes serão installadas em edificio completamente separado do quartel e serão dotadas de recursos proprios para hospitalizar os militares da unidade, affectados de qualquer doença.

§ 1.º As enfermarias-hospitaes pertencem á categoria dos hospitaes militares e funcionarão de accordo com as disposições deste regulamento, no que lhes for adaptavel.

§ 2.º O seu Conselho Administrativo será constituido pelo medico-chefe, seus auxiliares e o pharmaceutico.

Art. 202. As enfermarias-hospitaes terão dotação orçamentaria especial.

Organização dos hospitaes

Art. 203. O serviço dos hospitaes será dividido em duas secções: technica e administrativa.

Secção technica

Art. 204. A secção technica comprehende o serviço essencialmente profissional e se divide em duas outras secções: medica e cirurgica, as quaes terão o numero de enfermarias necessario ao tratamento dos doentes, na preparação do effectivo da tropa a que deverão servir, e devidamente preparadas com todo o conforto hygienico.

§ 1.º Além das enfermarias, haverá mais, em todos os hospitaes, para os serviços profissionais: um posto medico; um arsenal cirurgico, com salas para operações, curativos e esterelização; gabinete odontologico; pharmacia, com secção de chimica; depositos de medicamentos; biblioteca.

§ 2.º Nos hospitaes Central e de 1ª e 2ª classes, haverá gabinetes de physiotherapia, odontologia, microscopia clinica, medico-legal, os quaes serão installados de accordo com os recursos dos respectivos Conselhos Administrativos.

Art. 205. Além das enfermarias de clinica medica e cirurgica, os hospitaes deverão ter outras, especiais, para syphiliticos e venereos, doentes da pelle, ophthalmologia, otorrino-laryngologia, observação de doenças mentaes e outra qualquer doença, desde que disponham de recursos e locais apropriados.

§ 1.º Em todos os hospitaes deverão existir enfermarias separadas para tratamento dos officiaes, sargentos e presos, e para isolamento de doenças epidemicas e contagiosas.

§ 2.º Cada enfermaria terá no maximo 30 leitos, dispondo de todos os utensilios e moveis apropriados a cada uma, inclusive para as roupas de uso dos doentes, remedios e o necessario para a visita medica.

§ 3.º Nos hospitaes deverá haver sempre uma enfermaria de reserva, destinada a receber os doentes de outra que tiver, por qualquer motivo, de soffrer desinfectação, pintura, reparos, etc.

§ 4.º Além das dependencias necessarias para o funcionamento dos serviços acima discriminados, haverá mais accommodações destinadas á directoria, medico e pharmaceutico de dia, secretaria, portaria, almoxarifado, cozinha, despensa, corpo de guarda, arrecadação geral da roupa e utensilios que ainda não estiverem em uso, desinfectação de roupa, refeitórios da guarda, serventes e enfermeiros, etc.

§ 5.º Haverá tambem uma sala para necropsias e um necroterio.

§ 6.º Os hospitaes militares, além das dependencias especiais para a installação dos serviços acima mencionados, poderão ter mais as seguintes, conforme seus recursos e necessidades: pavilhão especial com o competente arsenal cirurgico e salas para operações asepticas e septicas, para curativos, etc.; gabinetes para o vice-director e chefes de clinica; portaria com salas para os trabalhos e dependencias para o alojamento do respectivo pessoal; dependencias para officinas de carpinteiro, marceneiro, empalhador, serralha e trabalhos

acessorios; lavanderia mecanica com osapparelhoss necessarios, a qual será annexado um deposito de roupas, destinadas ao uso das enfermarias; pavilhões para alojamento das irmãs de caridade, enfermeiros e serventes.

Secção administrativa

Art. 206. A secção administrativa dos hospitais comprehende: a secretaria, o almoxarifado e a portaria.

Art. 207. O almoxarifado comprehende todos os serviços concernentes á administração economica do hospital, arrecadação e guarda material, generos, roupas, utensilios, fardamento, etc.

Art. 208. A portaria comprehende o serviço de entrada e saída de doentes, empregados, visitantes, etc., e policia do portão.

PESSOAL

Art. 209. O pessoal para os serviços technicos dos hospitais, segundo a categoria destes, será o seguinte:

Hospital Central

- 1) um director, coronel medico;
- 2) um vice-director, tenente-coronel medico;
- 3) dois chefes de clinica, um de clinica medica, outro de clinica cirurgica, maiores medicos;
- 4) um chefe do pavilhão de isolamento, maior medico;
- 5) um chefe do serviço de physiotherapia, maior ou capitão medico;
- 6) um encarregado da pharmacia, official superior pharmaceutico;
- 7) para chefes e auxiliares dos serviços clinicos das enfermarias, tantos capitães e subalternos medicos, quantos forem necessarios;
- 8) dous dentistas para o serviço de odontologia;
- 9) dous capitães ou primeiros tenentes medicos para auxiliares do serviço de physiotherapia e um especialista para hydrotherapia e maçagens;
- 10) quatro pharmaceuticos militares, para auxiliarem o serviço pharmaceutico, e dous officiaes de pharmacia (pharmaceuticos diplomados ou praticos);
- 11) pessoal auxiliar, enfermeiros de 1ª, 2ª e 3ª classes, em numero sufficiente, conforme as necessidades do hospital.

Hospitais de 1ª classe

- 12) um director, tenente-coronel medico;
- 13) um vice-director, maior medico;
- 14) dous chefes de clinica, capitães;
- 15) capitães e subalternos medicos para chefes e auxiliares das enfermarias e diversos serviços, em numero correspondente ás necessidades;
- 16) um encarregado da pharmacia, capitão pharmaceutico;
- 17) primeiro tenentes pharmaceuticos, para auxiliares do serviço pharmaceutico, em numero correspondente ás necessidades;
- 18) um dentista, para encarregado do gabinete odontologico;
- 19) pessoal auxiliar, assim distribuido: um enfermeiro-mór com a graduação de sargento-ajudante; enfermeiros de 1ª, 2ª e 3ª classes, em numero correspondente ás necessidades do hospital.

Hospitais de 2ª classe

- 20) um director, maior medico;
- 21) dous chefes de clinica, capitães medicos;
- 22) capitães ou subalternos medicos, para chefes ou auxiliares de enfermarias e serviços technicos, em numero variavel, dependendo das enfermarias e outros serviços do hospital;
- 23) um encarregado da pharmacia, capitão pharmaceutico;
- 24) subalternos, pharmaceuticos, em numero variavel, para auxiliares do serviço pharmaceutico;
- 25) um dentista encarregado do gabinete odontologico;
- 26) pessoal auxiliar: um enfermeiro-mór, com graduação de sargento-ajudante; enfermeiros de 1ª, 2ª e 3ª classes, em numero correspondente ás necessidades do serviço.

Hospitais de 3ª classe

- 27) um director, maior medico;
- 28) capitães ou subalternos medicos, encarregados das

enfermarias e serviços technicos, em numero dependente das necessidades do serviço;

29) um capitão pharmaceutico, encarregado da pharmacia;

30) um 1º ou 2º tenente pharmaceutico, auxiliar da pharmacia;

31) um encarregado do gabinete odontologico;

32) pessoal auxiliar: um enfermeiro-mór, enfermeiro de 1ª classe; enfermeiros de 2ª e 3ª classes, em numero variavel.

Art. 210. As enfermarias-hospitais, que servem a um só corpo de tropa, serão dirigidas pelo medico da unidade e terão um pharmaceutico, além do pessoal auxiliar da formação sanitaria regimental da unidade.

Art. 211. Com excepção do director e vice-director do Hospital Central do Exercito, os directores e vice-directores dos demais hospitais e os chefes de clinica terão a seu cargo uma enfermaria ou gabinete de serviço technico.

Hospital Central do Exercito

Secretaria

- 1) um secretario, official de administração;
- 2) oito sargentos auxiliares de escripta, dos quaes um será encarregado da bibliotheca e archivista e outro, protocolista e auxiliar da bibliotheca.

Para o almoxarifado

- 3) um almoxarife, 1º tenente contador;
- 4) um auxiliar, 2º tenente contador;
- 5) quatro sargentos contadores;
- 6) uma zeladora da arrecadação geral, irmã de caridade;
- 7) duas zeladoras da despesa, irmãs de caridade;
- 8) uma zeladora da cosinha, irmã de caridade.

Para a portaria

- 9) um porteiro;
- 10) um ajudante de porteiro;
- 11) um roupeiro do fardamento dos doentes.

Para o pavilhão de operações

- 12) um conservador do arsenal cirurgico, enfermeiro de 1ª classe;
- 13) um enfermeiro do arsenal cirurgico, enfermeiro de 2ª classe.

Para o gabinete de physiotherapia

- 14) um electricista, que eservirá tambem para os demais serviços de força e luz do hospital;
- 15) um ajudante de electricista, que será tambem photographo.

Para a lavanderia mechanica

- 16) uma zeladora, irmã de caridade;
- 17) um machinista;
- 18) um foguista.

Para diversos serviços

- 19) irmãs de caridade, em numero sufficiente, sendo uma superiora e as demais zeladoras das enfermarias e diversos serviços;
- 20) um cozinheiro chefe;
- 21) um ajudante de cozinheiro;
- 22) um jardineiro;
- 23) um motorista para viatura de transporte de doentes;
- 24) um ajudante de motorista;
- 25) um barbeiro;
- 26) um cocheiro;
- 27) dous carroceiros;
- 28) serventes em numero correspondente ás necessidades do hospital, sendo tres para cada enfermaria, oito radiotelegrafistas, etc.

HOSPITAIS DE 1ª CLASSE

Secretaria

- 29) tres sargentos auxiliares de escripta.

Almoxarifado

- 30) um almoxarife, 1º tenente contador;
31) um auxiliar, sargento contador.

Portaria

- 32) um porteiro..

Diversos serviços

- 33) um electricista;
34) um motorista, para a viatura de transporte de doentes.
35) um cozinheiro;
36) um ajudante de cozinheiro;
37) serventes em numero correspondente ás necessidades do hospital.

HOSPITAES DE 2ª CLASSE**Secretaria**

- 38) dous sargentos auxiliares de escripta.

Almoxarifado

- 39) um almoxarife, 2º tenente contador;
40) um auxiliar, sargento contador.

Portaria

- 41) um porteiro..

Diversos serviços

- 42) um electricista;
43) um motorista, para a viatura de transporte de doentes;
44) um cozinheiro;
45) um ajudante de cozinheiro;
46) serventes em numero variavel, correspondente ás necessidades do serviço do hospital.

HOSPITAES DE 3ª CLASSE

- 47) um sargento auxiliar de escripta;
48) um almoxarife, 2º tenente contador;
49) um auxiliar, sargento contador;
50) um cozinheiro;
51) um ajudante de cozinheiro;
52) serventes em numero variavel, conforme as necessidades do hospital.

Art. 212. As enfermarias-hospitais das guarnições de um só corpo de tropa terão o seguinte pessoal, para o serviço administrativo: um sargento auxiliar de escripta; um sargento contador, um cozinheiro e o pessoal da formação sanitaria regimental.

Art. 213. O Sanatorio Militar, depositos de convalescentes e hospitais de isolamento terão pessoal tecnico e administrativo conforme as necessidades dos respectivos serviços.

NOMEAÇÕES

Art. 214. Os directores, vice-directores, chefes de clinica e demais officiaes para o serviço tecnico dos hospitais e enfermarias serão nomeados por portaria do ministro da Guerra, mediante proposta do director de Saude.

Art. 215. O porteiro, o ajudante do porteiro, o tecnico-especialista de maçagens e hydrotherapia, o electricista, o machinista das lavanderias, os officiaes da pharmacia e os continuos serão nomeados por portaria do ministro da Guerra, mediante proposta do director do hospital, encaminhada, pelas canaes competentes, para a Directoria de Saude da Guerra.

Paragrapho unico. As nomeações do porteiro, do ajudante do porteiro, dos continuos e serventes, serão reguladas pelas disposições em vigor.

Art. 216. Os empregados civis: roupeiro, ajudante de electricista, motorista, ajudante de motorista, foguista, cozinheiro, cocheiro, jardineiro, carroceiro, barbeiro e servente serão nomeados por portaria do director do hospital.

Art. 217. As nomeações dos empregados dos hospitais serão reguladas por instruções especiaes approvadas pelo ministro da Guerra.

Art. 218. Os enfermeiros dos hospitais militares constituirão um unico quadro de enfermeiros militares.

A distribuição numerica será feita conforme as necessidades do serviço, por proposta do director de Saude da Guerra ao ministro: as classificações e transferencia pelo referido director.

Paragrapho unico. Anualmente e tendo em vista as necessidades do serviço, será fixado pelo ministro, mediante proposta do director de Saude, o numero dos enfermeiros de cada hospital.

Art. 219. Os enfermeiros serão divididos em três classes, com as seguintes graduações:

- Enfermeiros de 1ª classe — Primeiros sargentos;
Enfermeiros de 2ª classe — Segundos sargentos;
Enfermeiros de 3ª classe — Terceiros sargentos.

Art. 220. Além dos enfermeiros que estabelece o artigo anterior, haverá em cada hospital, um enfermeiro-mór; os do H. C. E. e dos hospitais de primeira e segunda classes terão a graduação de sargento-ajudante; os dos hospitais de 3ª classe serão enfermeiros de 1ª classe.

Art. 221. A entrada para o quadro de enfermeiros será no posto de enfermeiro de 3ª classe, mediante concurso, realizado no H. C. E., e nos hospitais de 1ª classe, obedecendo-se rigorosamente a ordem da classificação final dos candidatos.

Paragrapho unico. Em igualdade de condições, terão preferencia os enfermeiros, em serviço ou reservistas, das formações sanitarias divisionarias e regimentaes.

Art. 222. As nomeações de enfermeiro-mór do H. C. E., e enfermeiros de 1ª e 2ª classes serão por promoção dos da classe immediatamente inferior, na proporção de dous terços por merecimento e um terço por antiguidade.

§ 1.º A antiguidade a attender é a da nomeação para o quadro de enfermeiros, adoptando-se, em igualdade de datas, a ordem da inclusão naquella quadro.

§ 2.º São condições de merecimento:

- espírito de disciplina, boa conducta militar e civil;
- nítida comprehensão dos deveres, competencia, zelo, dedicação e assiduidade no serviço;
- serviços de guerra e cabal desempenho de commissões importantes pela sua natureza;
- gráo de approvação no concurso em que foi habilitado.

Art. 223. Os enfermeiros do quadro são subordinados à Directoria de Saude da Guerra, sendo competencia desta repartição a escripturação dos assentamentos e todos os assumptos a elles relativos.

Art. 224. Os enfermeiros militares servirão pelo prazo de dous annos, podendo obter engajamentos, mediante requerimento, por prazos successivos de dous annos, até aos 44 annos de idade, desde que satisfaçam ás condições de boa conducta, tudo a juizo do director de Saude da Guerra.

Art. 225. Os enfermeiros militares poderão ser transferidos de um para outro hospital, a pedido ou por exigência do serviço.

Art. 226. Os enfermeiros do H. C. E., nomeados em virtude do decreto n. 8.647, de 31 de março de 1911, gozarão das vantagens que lhes foram concedidas, ficando os nomeados posteriormente sujeitos ás disposições da nova regulamentação do quadro de enfermeiros militares.

Art. 227. Os enfermeiros têm todas as regalias inherentes aos seus postos, com todos os direitos respectivos, estando, tambem, sujeitos ás mesmas penalidades applicaveis aos sargentos de tropa, dentro das disposições do regulamento disciplinar e do Código Penal Militar.

Art. 228. O concurso para a admissão no quadro de enfermeiros será regulado por instruções especiaes, organisadas pela Directoria de Saude da Guerra e approvadas pelo ministro da Guerra.

Art. 229. Os funcionarios e empregados civis dos hospitais, cujos cargos passam a ser desempenhados por militares, serão mantidos em suas funções, devendo as vagas serem preenchidas pelos militares, conforme a discriminação feita pelo presente regulamento.

Art. 230. A esses funcionarios e empregados civis serão garantidos todos os direitos adquiridos e conferidos por lei, sendo-lhes applicaveis todas as disposições regulamentares concernentes aos de categoria correspondente da Secretaria da Guerra.

SUBSTITUIÇÕES

Art. 231. Os directores do Hospital Central do Exército e dos hospitais de 1ª classe serão substituídos em seus impedimentos, pelo vice-director; este, pelo chefe de clinica mais antigo em posto; o chefe de clinica, pelo chefe de enfermaria ou substituto, de modo que fique sempre em hierarchia militar; o chefe de serviço de physiotherapia e o encarregado da

pharmacia, pelo auxiliar respectivo que lhe fôr immediato em hierarchia militar.

Quando as outras substituições, o director providenciara, de accordo com os interesses do serviço.

Art. 232. Nos hospitais de 2ª e 3ª classes, o director será substituído, em seus impedimentos, pelo chefe de clinica mais antigo em posto, providenciando-se, para outras substituições, de accordo com a hierarchia militar.

ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DO PESSOAL

ATTRIBUIÇÕES E DEVERES DO PESSOAL TÉCNICO

Do Director

Art. 233. O director é o principal responsavel pelo bom funcionamento do serviço tecnico, administrativo e hygienico do hospital e pela exacta observancia dos regulamentos, ordens geraes do Exército e especiaes relativas ao serviço de saude e as prescriptas por este regulamento.

Art. 234. O director do H. C. E., é subordinado directamente ao director de Saude da Guerra e os dos hospitais de 1ª, 2ª e 3ª classes aos respectivos chefes do serviço de saude regionaes, com os quaes se correspondem sobre assumptos technicos, administrativos e disciplinares.

Art. 235. O director do hospital militar poderá so responder directamente com as autoridades militares e civis em caso especiaes que não dependam propriamente da intervenção da autoridade militar superior, como nas providencias a tomar para funeraes e pericias medico-legaes, devendo, posteriormente, levar taes casos ao conhecimento do chefe do serviço de saude regional.

Art. 236. O director do hospital tem todos os deveres geraes e attribuições administrativas e disciplinares do commandante de corpo de tropa em relação a todo o pessoal, militar ou civil, submettido á sua direcção e aos militares em tratamento, de posto inferior ao seu. O director do enfermaria-hospital tem os deveres geraes e attribuições administrativas e disciplinares de commandante de companhia.

Art. 237. Incumbe-lhe mais:

1) Inspeccionar diariamente, como entender conveniente, todos os trabalhos administrativos e technicos, providenciando sobre qualquer irregularidade que observar ou sobre as modificações que julgar necessario adoptar, para qualquer execução do serviço.

2) Cuidar especialmente das precauções a serem tomadas contra a propagação de doenças transmissiveis, em tratamento no hospital; informar-se do estado dos doentes graves, visita-do-os em seus leitos, quando julgar opportuno, e providenciar em relação aos que estiverem em perigo de vida, para que sejam avisadas, sempre que fôr possível, as unidades a que pertencerem e as respectivas familias.

3) Ter sempre em vista a eventualidade de uma epidemia, esforçando-se para que o hospital esteja devidamente aparelhado para enfrentar-a.

4) Mandar proceder com urgencia ás diversas pericias medico-legaes nos doentes deixados ao hospital, que se tornem necessarias para acautelar interesses da justiça militar ou futuros direitos dos proprios doentes, mandando inscrever, em livro especial, os resultados dessas pericias e remetendo á autoridade competente os autos respectivos, para conveniente processo.

5) Providenciar junto ás autoridades competentes para que sejam submettidos á inspecção de saude, pelas respectivas juntas, os militares em tratamento no hospital, que forem reconhecidos incapazes definitivamente para o serviço militar ou necessitem de mudança do clima, convalescença em sanatórios, estações balnearias ou de aguas mineraes; e os que forem julgados incapazes temporariamente e desejarem tratar-se fóra do hospital.

6) Providenciar sobre a transferencia immediata dos doentes, que, em conferencia medica, forem julgados precisar urgentemente dessa medida, fazendo as devidas communicações.

7) Inspeccionar o aproveitamento de todo o pessoal tecnico, devendo reunir quinzenalmente para conferencia, em dia que designar, todos os chefes e auxiliares do serviço tecnico, inclusive os internos, afim de tratar de questões scientificas referentes á medicina militar e, particularmente, á clinica do hospital, pratica e applicação dos regulamentos militares, etc., devendo estas conferencias ser registradas em livro de actas e cabendo ao director fazer a critica dos trabalhos apresentados em cada uma.

8) Praticar ou mandar praticar necropsias e outros trabalhos anatomicos de imprescindivel necessidade para o inter-

esse da sciencia e esclarecimento de diagnostico, devendo ser registrado, em livro proprio, o resultado das necropsias, sempre precedendo da observação clinica, tudo communicando á autoridade competente.

9) Comunicar á autoridade tecnica e militar competente o apparecimento ou frequencia de doenças capazes de produzirem enfraquecimentos, debilidade do organismo dos soldados, para que sejam tomadas as necessarias providencias quanto á descoberta da causa de semelhantes males.

10) Remetter á autoridade competente, no fim de cada mez e anno, o mappa nosologico dos doentes tratados nesses periodos, acompanhado das considerações scientificas indispensaveis ao esclarecimento da etiologia e prophylaxia das doenças transmissiveis; e annualmente, o mappa do instrumental cirurgico e um relatorio circunstanciado sobre a administração a seu cargo, indicando as principaes necessidades relativas á hygiene e serviços hospitalares e as providencias que julgar opportunas.

11) Organizar o horario para a visitação dos doentes por pessoas estranhas ao estabelecimento, o qual será dado á publicidade, depois de approvado pela autoridade militar competente.

12) Providenciar nos casos omissos, conforme o seu criterio e disposições regulamentares relativas a casos analogos, no que fôr adaptavel ao hospital.

13) Dar mensalmente ao chefe do serviço tecnico, a quem estiver directamente subordinado, uma parte relativa á hygiene e principaes alterações do serviço e pessoal do hospital, consignando o movimento dos doentes durante esse periodo, devendo esta parte, em tempo de epidemia, ser dada em periodos mais curtos e, conforme as circunstancias, até mesmo diariamente.

14. Impôr penas aos empregados civis por meio de multas de um a oito dias do ordenado para as transgressões leves; de 15 dias, um mez e mesmo demissão do cargo, si a falta assim o exigir, procedendo neste ultimo caso, quando se tratar de um empregado civil de nomeação do ministro, de accordo com as disposições em vigor.

Do vice-director

Art. 238. O vice-director dos hospitais é o fiscal administrativo e do pessoal, o auxiliar immediato e substituto do director, a quem serve de intermediario na transmissão de ordens, cuja execução fiscalizará; as suas ordens são sempre em nome do Director, como demonstração patente da unidade de direcção.

Art. 239. Além das attribuições e deveres geraes dos fiscaes de corpo de tropa, cabe-lhe mais:

1) Fiscalizar diaria e minuciosamente todos os serviços e dependencias do estabelecimento, providenciando para que os serviços se executem de accordo com o horario estabelecido e os regulamentos em vigor, bem como sobre qualquer irregularidade ou alteração encontrada.

2) Examinar, com o medico de dia e o almoxarife, a qualidade e quantidade dos generos alimenticios por occasião do seu recebimento, torando as providencias que julgar convenientes sobre faltas ou irregularidades.

3) Mandar affixar na secretaria, portaria e sala do medico de dia, uma relação da residencia de todos os officiaes e funcionarios do hospital, effectivos e addictos, e bem assim, nas diversas dependencias e enfermarias, quadros com as attribuições e deveres do pessoal, destinados ao respectivo serviço.

Art. 240. Nos hospitais de 2ª e 3ª classes, o Director accumulará as suas funções com as attribuições conferidas ao vice-director dos de 1ª classe.

Dos chefes de clinica

Art. 241. Nos hospitais de 1ª e 2ª classes haverá dois chefes de clinica, um da secção medica e outro da secção cirurgica.

Art. 242. Os chefes de clinica superintenderão o serviço tecnico e administrativo das enfermarias e demais serviços da respectiva secção ficando-lhes directamente subordinados os encarregados das respectivas enfermarias ou serviços.

Art. 243. Compete, aos chefes de clinica:

1) Visitar diariamente todas as enfermarias de sua secção, acompanhando a visita medica de uma dellas.

2) Aconselhar aos facultativos respectivos as medidas julgadas convenientes para o bom andamento do serviço clinico, boa ordem e hygiene da enfermaria, bem como a conve-

niencia de conferencias para os casos de importancia e responsabilidade.

3) Designar os medicos que deverão fazer parte das conferencias clinicas solicitadas pelos encarregados das enfermarias para os doentes graves ou que necessitem inspecção pelas Juntas Militares de Saude; da conferencia fará parte o medico requisitante, reunindo-se todos sob a presidencia do chefe de clinica e lavrando-se, na papeleta, o parecer que será assignado por todos.

4) Fiscalizar o serviço de escripturação das papeletas e dos livros de registo das observações clinicas, entradas e saídas dos doentes e receituário, providenciando sobre qualquer irregularidade encontrada.

5) Verificar os mappas das dietas relativas ás enfermarias da sua secção, confrontando-os com as papeletas e livros de entradas e saídas.

6) Visar os pedidos feitos pelos clinicos e encarregados de outros serviços, pertencentes á secção, os quaes serão submettidos ao director, depois de averiguada a necessidade dos objectos pedidos.

7) Reunir diariamente, após as visitas medicas e demais serviços, os facultativos da secção, afim de tomar conhecimento de todas as occurrencias technicas e administrativas e solicitar do director as providencias necessarias principalmente nos seguintes casos:

a) doenças revestidas de caracter grave, que ponham em risco a vida dos doentes;

b) sempre que afflurem doentes em numero consideravel, com symptomas que façam recear o desenvolvimento de doenças epidemicas ou contagiosas;

c) sempre que tiver de praticar alguma operação importante, principalmente nos casos de duvida sobre a sua precisa indicação ou discordancia de opiniões entre o clinico assistente e os seus collegas ouvidos em conferencia.

8) Comunicar ao director os casos de doenças graves que houver nas enfermarias da secção e os que exigirem cuidados especiais, solicitando-lhe as providencias necessarias, sendo de tudo scientificado o medico de dia.

9) Transferir os doentes de uma enfermaria para outra, quando solicitado pelos respectivos clinicos, conforme a natureza das doenças ou necessidade de tratamentos especiais, bem como determinar a ida dos doentes aos diversos gabinetes de especialidades medicas, nos casos julgados necessarios.

10) Organizar mensalmente o mappa nosologico de todas as enfermarias da respectiva secção, para confecção do mappa geral do hospital.

11) Enviar annualmente ao director um relatorio dos serviços technicos da secção, no qual fará as considerações scientificas que julgar opportunas.

12) Providenciar junto ao medico da enfermaria todas as vezes que verificar um tratamento mal dirigido ou contraindicado, que comprometta a vida do doente, sem pretender impôr doutrinas ou systemas medicos; havendo discordancia entre a sua opinião e a do medico da enfermaria, designará uma conferencia medica para decidir do caso, cujo parecer será logo levado ao conhecimento do director.

13) Velar para que não sejam retidos no hospital os militares cuja cura esteja completa e lhes permita voltar ás suas unidades, informando-se cuidadosamente do medico da enfermaria sobre aquellos cujo estado obrigue a demora prolongada no hospital, afim de mensalmente informar o director das causas dessas demoras.

14) Fiscalizar os livros de carga e descarga do material das respectivas enfermarias, do que são responsaveis as irmãs de caridade zeladoras ou os enfermeiros.

15) Fiscalizar a instrucção technica dada pelos chefes das enfermarias aos soldados das Formações Sanitarias Regimentaes e Divisionarias, vindos para estagios de aperfeiçoamento no hospital.

Art. 244. O chefe de clinica cirurgica, além dessas attribuições geraes, terá mais as seguintes:

1) Dirigir o serviço do pavilhão ou sala de operações, tendo sob sua responsabilidade a carga do instrumental cirurgico, aparelhos e accessorios alli existentes.

2) Determinar os dias certos para as intervenções cirurgicas communs e ter sempre o serviço preparado para attender, em qualquer momento, ás operações de urgencia.

3) Verificar o aproveitamento dos medicos da secção, providenciando do melhor modo para que se exercitem na pratica das intervenções operatorias, applicação de curativos e aparelhos e todos os misteres da clinica cirurgica.

4) Inspeccionar o instrumental de cirurgia, a cargo das enfermarias sob a responsabilidade dos respectivos clinicos,

e o destinado ao Posto Medico e ao serviço do medico de dia, sob a responsabilidade do enfermeiro-mór.

5) Ter o maior cuidado para que não seja utilizado objecto algum do arsenal cirurgico, sem a devida autorização e documento legal.

Art. 245. Os chefes de clinica visitarão as enfermarias das suas secções, fóra das horas do expediente, sempre que houver doentes graves e todas as vezes que a julgar conveniente.

4. Dos chefes das enfermarias

Art. 246. Os chefes de enfermaria são subordinados directamente aos chefes de clinica das respectivas secções, com quem se entendem sobre todas as questões technicas, administrativas e disciplinares da enfermaria.

§ 1.º São encarregados do tratamento dos doentes e responsaveis pelo bom funcionamento de todo o serviço, hygiene e disciplina da enfermaria.

§ 2.º Os chefes das enfermarias, de clinicas especiais poderão ser officiaes superiores, de reconhecida competencia na especialidade.

Art. 247. Compete especialmente aos chefes das enfermarias:

1) Fazer diariamente as visitas aos doentes da enfermaria, sendo os de estado grave visitados novamente a qualquer hora do dia ou da noite, conforme as necessidades, registrando, nas papeletas de cada doente, as dietas e todas as prescripções medicas.

2) Dar aos enfermeiros, irmãs zeladoras e internos as instrucções necessarias para o conveniente tratamento dos doentes, fiscalizando diariamente a sua execução, bem como a de todos os serviços da enfermaria.

3) Comunicar, por escripto, ao chefe de clinica, os casos graves que se apresentem na enfermaria e os que exigem cuidados especiais, afim de serem levados ao conhecimento do medico de dia, bem como aquellos em que a vida do doente corra perigo, para serem prevenidos, telegraphicamente, os corpos a que pertencem e as familias, sempre que for possível.

4) Examinar detidamente todo doente entrado, registrando sempre a observação clinica e a marcha da doença no livro de observações, onde lançará o diagnostico, logo que esteja firmado, o qual só será escripto na papeleta do doente, por occasião da alta.

5) Requisitar todos os exames propedenticos especiais necessarios ao esclarecimento do diagnostico.

6) Escripturnar ou fazer escripturar pelo interno ou enfermeiro, no livro de entradas e saídas dos doentes, as prescripções dieteticas diarias.

7) Transcrever por extenso no livro do receituário todas as fórmulas registradas nas papeletas dos doentes, bem como as prescripções para a sua applicação, devendo o livro ser logo remettido á pharmacia.

8) Conferir, e em seguida rubricar, o mappa diario das dietas organizado pelas irmãs zeladoras (onde as houver) ou enfermeiros, de accordo com as papeletas dos doentes, afim de ser enviado ao almoxarifado.

9) Examinar as medicações prescriptas e verificar si estão sendo administradas de accordo com as suas indicações.

10) Assistir com frequencia á distribuição das dietas aos doentes, observando o seu preparo e providenciando sobre qualquer irregularidade que encontrar.

11) Requisitar, na papeleta, conferencia medica para os doentes, expondo com clareza os motivos nos casos seguintes: doenças de natureza insidiosa ou grave, diagnostico duvidoso, doenças mentaes, necessidade de transferencia de hospital para mudança de clima, tratamento fóra do hospital, tratamento especial em estações balnearias ou de aguas mineraes, casos incuraveis que motivem baixa ou reforma, enfim, para todos os casos em que houver necessidade de inspecção pelas Juntas Militares de Saude.

12) Solicitar do chefe de clinica a transferencia dos doentes para outra enfermaria, conforme a natureza da doença ou a necessidade de tratamento especial; a ida dos doentes aos gabinetes de especialistas, para os tratamentos respectivos.

13) Dar alta aos restabelecidos, aos que tiverem de ser transferidos ou licenciados por ordem superior e aos fallecidos, declarando na papeleta e nos respectivos livros de observação clinica e de entradas e saídas, o motivo da alta, datando e assignando.

14) Indicar, na papeleta, afim de serem transcriptas no boletim de alta, as informações que, em determinados casos, devem ser levadas ao conhecimento do medico do corpo.

15) Requisitar a transferência da praça para o Depósito de Convalescentes nos casos em que houver necessidade de longa convalescença.

16) Requisitar a transferência dos doentes para enfermarias ou hospitais de destino especial, nos casos de doenças transmissíveis ou mentaes e nos em que a pratica tenha demonstrado a utilidade dessa providencia.

17) Comunicar ao chefe de clinica respectivo todas as circumstancias graves que se apresentem na enfermaria, e notadamente as que despertem suspeitas de epidemias ou frequencia de estados de debilidade e outros, apparecidos em militares vindos da mesma procedencia e cujas causas locais precisam ser pesquisadas, para que se tomem as providencias necessarias.

18) Requisitar a necropsia, quando for indispensavel para o esclarecimento de diagnostico duvidoso, e nella tomar parte.

19) Requisitar em tempo as pericias medico-legaes, nos casos em que haja necessidade de se acautelar os interesses da justiça militar ou futuros direitos dos proprios doentes.

20) Verificar com attenção e frequentemente a carga do instrumental, material sanitario e todos os artigos da enfermaria e tel-a escripturada em condições de servir para conferencia.

21) Designar, nas papelotas, quaes os doentes que precisam de passeios hygienicos no pateo interno ou jardim do hospital, afim de ser scientificado o medido de dia.

22) Organizar mensalmente o mappa nosologico dos doentes tratados na enfermaria e envial-o ao chefe de clinica, com as considerações scientificas que forem opportunas.

23) Coomunicar mensalmente ao chefe de clinica os nomes dos doentes, cujo estado exige tratamento prolongado na enfermaria, requisitando, de tres em tres mezes, uma conferencia medica para os doentes obrigados a permanencia prolongada no hospital.

24) Submetter ao chefe de clinica as propostas para preenchimento dos logares da enfermaria e, bem assim, das transferencias do pessoal em serviço, que julgar necessarias.

25) Inspeccionar diariamente todas as dependencias das enfermarias, afim de verificar si estão sendo observadas as determinações regulamentares, relativas á boa ordem, disciplina e hygiene, providenciando ou requisitando providencias, sempre que encontrar qualquer falta ou irregularidade.

26) Punir o pessoal em serviço na enfermaria e os doentes, levando em conta o seu estado, de accordo com a competencia para applicação de penas disciplinares, conferida aos commandantes de companhia.

27) Fazer os curativos e todas as applicações que não possam ou não devam ser executadas pelos internos e enfermeiros.

28) Providenciar para que seja assegurado aos doentes o direito de receber soccorros moraes do culto religioso que professam; não consentindo, porém, que a celebração dos officios religiosos seja realizada no recinto da enfermaria.

29) Mandar affixar na enfermaria, para conhecimento dos doentes, quadros contendo instruções ampliativas das prescrições relativas á policia interna, disciplina e hygiene da enfermaria, consignando tambem o modo mais pratico de ser assegurado aos doentes os direitos aos officios de sua religião.

30) Dar aos soldados das Formações Sanitarias Regimentaes e Divisionarias, em estagio, o complemento da instrução tecnica que precisam.

Do chefe do serviço de physiotherapia

Art. 248. O chefe do serviço de physiotherapia entenda-se com o director, por intermedio do vice-director.

Art. 249. Ao chefe do gabinete de physiotherapia compete:

1) Superintender todos os serviços de photo-electro-mecano-hydrotherapia e radiologia, velando pela completa e perfeita execução dos trabalhos technicos, boa ordem, asseio e conservação do material e aparelhos e respectivos gabinetes.

2) Distribuir os auxiliares medicos pelos differentes serviços de accordo com suas aptidões especiaes, incumbindo-se pessoalmente da execução de uma das partes da especialidade.

3) Inspeccionar diariamente todas as dependencias e instalações do serviço, esforçando-se por que esteja aparelhado para satisfazer as requisições feitas em função dos fins a que se destina.

4) Solicitar do director as providencias necessarias sobre faltas ou irregularidades, requisitando os reparos, substituições ou aquisições de aparelhos e quaesquer outros recursos.

5) Organizar o horario para o funcionamento dos diversos serviços a seu cargo, o qual será submettido á approvação do director, nelle estabelecendo dias certos para os doentes externos de modo a não serem prejudicados os internados do hospital;

6) Inspeccionar a escripturação do livro matricula dos doentes, do registro da frequencia e applicações technicas e do de carga e descarga do instrumental e material sob sua responsabilidade, conforme os modelos adoptados;

7) Extrahir trimestralmente mappas demonstrativos dos respectivos registros desses livros, afim de serem entregues ao director, discriminando, separadamente, por mez e por serviço, o movimento dos doentes internos e externos, tratados ou examinados durante o trimestre;

8) Apresentar ao director os dados necessarios para a confecção do relatorio annual, relativos ao movimento e principais necessidades do respectivo serviço;

9) Matricular no serviço somente os doentes externos que se apresentem com ordem do director, evitando qualquer abuso quanto ao tratamento de pessoas que não tem direito a esses serviços;

10) Organizar instruções especiaes, regulando os pormenores para o funcionamento dos diversos serviços, as quaes serão affixadas nos diversos gabinetes, depois de approvadas pelo director.

Dos auxiliares do serviço de physiotherapia

Art. 250. Aos auxiliares deste serviço incumbem:

1º, executar todos os trabalhos technicos relativos á parte da especialidade, que lhes for designada pelo chefe do serviço, bem como a escripturação respectiva;

2º, fazer as applicações nos doentes que lhe forem designados, obedecendo ás indicações dos medicos assistentes, as quaes devem ser especificadas por escripto, visto como a estes pertence a responsabilidade do resultado do tratamento, salvo contra indicação;

3º, fazer as applicações de accordo com as suas proprias indicações, nos casos em que os doentes não tragam nenhuma outra, por escripto, dos seus clinicos assistentes.

Art. 251. Ao tecnico especialista da secção de hydrotherapia e magagens compete comparecer diariamente ao gabinete, incumbindo-se dos serviços concernentes a essas especialidades e executando as applicações, de accordo com as instruções do medico encarregado do serviço de physiotherapia ou seus auxiliares.

Do encarregado da pharmacia

Art. 252. O encarregado da pharmacia é o responsável pelo serviço pharmaceutico do hospital, sob a autoridade do director, com quem se entende por intermedio do vice-director.

Art. 253. Compete-lhe especialmente:

1º, dirigir todos os os trabalhos da pharmacia e fiscalizar o serviço de seus subordinados, sendo responsavel pelo bom funcionamento do serviço e acondicionamento e conservação dos medicamentos, drogas e utensilios da carga e bem assim pelo asseio e boa ordem em todas as dependencias da pharmacia;

2º, fiscalizar minuciosamente todos os serviços technicos e administrativos da pharmacia, principalmente no que concerne á preparação do receitauario, providenciando para que as formulas sejam cuidadosamente rotuladas e aviadas com pontualidade, bem como quanto ao que se refere ás analyses chimicas;

3º, ter sempre a pharmacia provida de drogas e medicamentos necessarios e do material especial da pharmacia, para poder ser aviado, com promptidão, o receitauario e executadas as analyses chimicas, fazendo para isso os pedidos com regularidade e em quantidade sufficiente para attender as necessidades do serviço e tendo em vista o movimento hospitalar e o receitauario da guarnição;

4º, ter sob sua guarda os alcaloides e outras substancias toxicas, pelas quaes ficará responsavel em sua ausencia a pharmaceutico de dia;

5º, requisitar, por vales, do amoxarifado os artigos que forem precisos para o serviço, substituindo-os no fim do mez por um pedido geral;

6º, fazer os pedidos de medicamentos (do H. C. E., quinzenalmente e dos outros, trimestralmente), os quaes, depois de visados pelo vice-director, serão rubricados pelo director; e bem assim pedidos extranumerarios, que deverão ser justificados;

7º, fazer parte da comissão de abertura e exame de todos os medicamentos e material especial de farmacia entrados, procedendo-se de accordo com as disposições em vigor;

8º, ter, para a respectiva escripturação, além do livro de carga e descarga de medicamentos e demais artigos, um outro, para pedidos trimestraes, conforme os modelos adoptados;

9º, participar por escripto e com urgencia, ao director, no caso do L. C. P. M. deixar de fornecer algum artigo ou fornecel-o em desacordo com o pedido;

10, conferir as prescripções aviadas com o receituário das enfermarias e examinar a confecção e acondicionamento, antes de serem entregues ao enfermeiro, fazendo corrigir qualquer irregularidade encontrada, o que se realizará na presença do profissional que se incumbiu da manipulação;

11, dar ao vice-director os esclarecimentos para a escala de serviço de dia, mandando affixar uma cópia na farmacia e outra no posto medico, depois de approvada pelo director;

12, comunicar a falta de comparecimento ao serviço de qualquer dos seus auxiliares, sobre os quaes tem acção disciplinar, bem como qualquer occorrença ou irregularidade que não dependa de sua solução;

13, não permittir na farmacia o ingresso de pessoas estranhas, principalmente, nas salas de manipulação e de chimia;

14, não consentir que os serventes sejam incumbidos de qualquer trabalho de manipulação, nem mesmo aviamento de medicamentos já confeccionados;

15, ter sempre em dia a escripturação da farmacia;

16, levar ao conhecimento do director qualquer falta, no preenchimento de formalidades regulamentares, observada nos livros do receituário ou relativamente a questões suscitadas sobre dosagem de medicamentos e que não foram convenientemente accordadas com os respectivos clinicos;

17, remetter, por intermedio do director, á Directoria de Saude da Guerra, no principio de cada anno, o mappa de carga e descarga dos medicamentos e utensilios da farmacia, existentes, recebidos e conferidos no anno anterior, tudo extrahido do respectivo livro, sendo este mappa conferido e rubricado pelo director;

18, enviar annualmente ao director os dados necessarios para o relatório dessa autoridade;

19, não inutilizar os medicamentos e demais artigos em máo estado, sem que sejam preenchidas as formalidades em vigor.

Art. 254. O encarregado da farmacia dirigirá e fiscalizará todas as analyses chimicas de medicamentos, aguas de bebida, ensaios sobre substancias alimentares, analyses parciais, toxicologicas, etc., que forem mandados praticar pela secção de chimica da farmacia, por ordem do director, e destinados ao serviço do hospital e da guarnição.

Art. 255. Nos casos de substituição definitiva do encarregado da farmacia, será encerrada a escripturação, depois de conveniente balanço, datado e assignado, por ambos — o antigo e o novo encarregado — e rubricado pelo director.

Paraphrasis unico. O pharmaceutico, que recebe a farmacia, abrirá novo mappa, consignando na primeira casa do carga: «Recebido do meu antecessor».

Art. 256. Aos pharmaceuticos auxiliares compete:

1, executar todos os trabalhos de manipulação das prescripções pharmaceuticas dos receituários das enfermarias e da guarnição, analyses, etc., conforme a distribuição feita pelo encarregado da farmacia, sendo auxiliados nos serviços de pequena responsabilidade, pelos officiaes de farmacia;

2, concorrer a todos os serviços de escala que lhes competirem, de accordo com as disposições deste regulamento;

3, não permittir que os serventes se incumbam de qualquer trabalho de manipulação, nem mesmo de entrega de medicamentos officinaes;

4, entender-se com o encarregado da farmacia sobre qualquer duvida que tiverem no desempenho de seus deveres profissionais e administrativos;

5, declarar por escripto, embaixo do receituário das enfermarias, quando deixar de aviar qualquer fórmula pharmaceutica, por falta de algum medicamento, datando e assignando; quando se tratar de receituário da guarnição, procederão do mesmo modo na receita, devolvendo-a si esta contiver apenas a fórmula não despachada, e, no caso contrario, farão a declaração em papel separado, que remetterão á pessoa interessada, ficando a receita na farmacia como documento da descarga dos medicamentos que forem fornecidos;

6, não alterar de forma alguma qualquer fórmula prescripta quer quanto á dosagem, quando lhe parecer exaggerada, quer quanto á substituição do medicamento prescripto, quando não houver na farmacia, devendo submeter o facto im-

mediatamente á consideração do encarregado da farmacia, e, directamente, ao clinico que a tiver receitado;

7, dar conhecimento ao chefe da clinica de pertencimento a enfermaria, na ausencia daquelles, e quando o chefe da clinica não puder resolver o caso, communicar-o ao director;

8, participar ao director, quando o director resolver, sobre o seu criterio, assumindo a responsabilidade da providencia tomada, no caso de ausencia das autoridades mencionadas nos numeros anteriores; nesta ultima hypothese, um e outro farão consignar o facto na parte diaria do serviço e no livro de receituário; para sciencia do clinico autor da receita e do director e, quando a occorrença se der com um pharmaceutico, que não for o de dia, dará conhecimento a este, para referencia na parte diaria do serviço.

Do encarregado do gabinete de odontologia

Art. 257 O encarregado e o auxiliar do gabinete de odontologia são subordinados directamente ao chefe de clinica cirurgica, com quem se entenderão sobre todas as questões technicas, administrativas e disciplinares do gabinete.

Art. 258. Ao encarregado do gabinete incumbem:

1, superintender todo o serviço tecnico do gabinete, velando pela boa ordem, asseio e conservação de todo o instrumental e material existentes, levando ao conhecimento do chefe de clinica cirurgica qualquer falta ou irregularidade observada no serviço;

2, executar os respectivos trabalhos profissionais nos doentes do hospital, attendendo tambem aos officiaes, praças, empregados civis do Ministerio da Guerra, em serviço na guarnição, e ás pessoas de suas familias com direito a esse serviço, tudo de accordo com o regulamento em vigor para o serviço odontologico do Exército;

3, registrar em livro proprio a observação clinica e o diagramma da bocca de todos os doentes matriculados, consignando os trabalhos executados; escripturar o livro de frequencia dos clientes e o de carga e descarga do instrumental e material do gabinete;

4, ter sob sua responsabilidade a carga de todo o instrumental, apparelhos e material do gabinete, enviando annualmente ao director, pelos tramites legais, o respectivo mappa;

5º, enviar mensalmente um mappa do movimento clinico diario com a estatistica dos trabalhos realizados; e, annualmente, o movimento geral do gabinete durante esse periodo e os dados necessarios para o relatório do director;

6º, providenciar para que o gabinete esteja sempre aparelhado para attender ao serviço clinico, fazendo, em épocas regulares, os pedidos do material e medicamentos necessarios, de accordo com as tabelas do regulamento em vigor para o serviço odontologico do Exército, e solicitando a substituição do que estiver inutilizado.

7º, organizar o horario para o serviço clinico, discriminando horas separadas para o serviço interno do hospital e externo da guarnição, o qual será affixado no gabinete, para conhecimento dos interessados, depois de approvado pelo director;

8º, organizar instrucções para o funcionamento do serviço, as quaes, depois de approvadas pelo director, serão affixadas no gabinete.

Art. 259. Ao auxiliar do gabinete odontologico compete auxiliar todo o serviço, de accordo com o encarregado do gabinete, cabendo-lhe no minimo, um periodo de quatro horas para o serviço clinico, sendo, na ausencia do encarregado, responsavel por todo o funcionamento do gabinete.

Dos internos

Art. 260. No Hospital Central e nos de 1ª e 2ª classes serão admittidos como internos, mediante concurso, alumnos do curso de medicina, das faculdades officiaes ou officialmente reconhecidas, constituindo duas classes: os effectivos e os extra-numerarios.

Paraphrasis unico. Os internos serão alumnos do 5º e 6º annos, destinados a auxiliar technicamente os diversos serviços do hospital, e terão honras de aspirante a official medico.

Art. 261. Aos internos compete:

1º, acompanhar a visita medica do chefe da enfermaria para que for designado, examinando os doentes, antes da visita, para prestar ao clinico as necessarias informações;

2º, auxiliar o clinico da enfermaria em todas as phases do tratamento dos doentes, velando pelos que estiverem em estado grave e pelos operados, anotando todas as alterações;

observadas para que sejam levadas ao conhecimento do clinico;

3º, informar ao medico de dia, na ausencia do clinico da enfermaria, qualquer alteração no estado dos doentes e que exija immediata intervenção medica;

4º, incumbir-se da escripturação das observações clinicas dos doentes, dos quadros thermographicos, etc., tudo de accordo com as instruções do chefe da enfermaria;

5º, fiscalizar o serviço dos enfermeiros e auxiliar o clinico em tudo que se prende á hygiene e policia da enfermaria.

Art. 262. Os internos extra-numerarios auxiliarão o serviço clinico do hospital e substituirão os effectivos em seus impedimentos, cabendo-lhes, nestas condições, todas as vantagens destes.

Dos enfermeiros

Art. 263. Os enfermeiros são auxiliares dos encarregados das enfermarias e serviços clinicos, a que estão directamente subordinados, cabendo-lhes, em vista de sua permanencia effectiva no hospital, a observancia ininterrupta das ordens relativas ao tratamento dos doentes, á sua hygiene e disciplina da enfermaria.

Do enfermeiro-mór

Art. 264. Cumpre-lhe especialmente:

1) Dirigir os demais enfermeiros e verificar si cumprem exactamente os seus deveres.

2) Assistir sempre que possa, ás visitas nas enfermarias em que houver doentes graves e á distribuição das dietas na cozinha, indigando dos doentes si houve falta ou troca de alimentos na occasião da entrega, afim de providenciar a respeito.

3) Organizar as escalas para o serviço de plantão dos enfermeiros de dia ao hospital ou pavilhões e serventes de vigilancia nocturna e ronda das enfermarias, as quacs serão submettidas á approvação do vice-director.

4) Apresentar ao medico de dia, depois das visitas medicas, o mappa do movimento das enfermarias, com a declaração do numero de leitos vagos em cada uma.

5) Percorrer com frequencia as enfermarias, afim de prover ás necessidades dos doentes, verificando as distribuições de remedios e dietas e a execução dos curativos, levando ao conhecimento do clinico ou do medico de dia as irregularidades que observar.

6) Zelar pelo asseio e boa ordem de todo o estabelecimento, communicando ao vice-director qualquer irregularidade que encontrar.

7) Passar, depois de fechado o hospital, revista geral, afim de verificar si estão presentes no estabelecimento todos os funcionarios subalternos não licenciados e a postos os enfermeiros de dia e os serventes de plantão nocturno.

8) Communicar immediatamente ao medico de dia qualquer occorrença que se der no hospital.

Art. 265. Nos hospitais onde não houver irmãs de caridade, caberão mais ao enfermeiro-mór os seguintes deveres:

1) Receber do almoxarife a roupa e utensilios necessarios ao serviço das enfermarias, passando de tudo recibo, e entregar-lhe as roupas já servidas ou inutilizadas, para serem substituidas por outras lavadas ou em bom estado.

2) Entregar aos enfermeiros as roupas ou utensilios necessarios ás enfermarias, devendo ter um livro rubricado pelo director para lançamento não só das roupas e objectos recebidos de accordo com o numero precedente, como também do que fór entregue aos enfermeiros, de quem exigirá recibo, que será passado no mesmo livro.

3) Organizar e assignar o mappa geral das dietas, (modelo adoptado), segundo as parciaes das enfermarias, o qual será conferido pelo almoxarife e rubricado pelo director, sendo o almoxarife e o enfermeiro-mór responsaveis por qualquer engano relativo á qualidade, quantidade ou numero das dietas.

Art. 266. Nos hospitais onde não houver porteiro, o enfermeiro-mór acumulará suas funções com as desse funcionario, cabendo-lhe todas as attribuições e deveres que são conferidos no presente regulamento ao serviço de portaria.

Art. 267. O enfermeiro-mór será responsavel pelo extravio de objectos a seu cargo e pelas faltas commettidas pelos subordinados, si dellas não der logo parte.

Dos enfermeiros das enfermarias

Art. 268. Todos os enfermeiros são subordinados ao enfermeiro-mór e os das enfermarias directamente aos respecti-

vos clinicos; á irmã zeladora e aos internos, elles também tem subordinação.

Art. 269. Cumpre-lhes:

1) Receber e accomodar convenientemente os doentes entrados para a enfermaria, fornecendo-lhes immediatamente roupa do hospital, e arrecadando na mesma occasião o fardamento pra ser entregue ao roupeiro ou a quem suas vezes fizer.

2) Arrecadar também qualquer importancia em dinheiro ou valores de outra especie, que por ventura não o tenham sido na portaria, afim de serem entregues ao almoxarife, mediante recibo, sendo tudo escripturado na papeleta do doente.

3) Acompanhar os clinicos, por occasião das visitas, executando fielmente as suas ordens e instruções relativas ao tratamento dos doentes, limpeza e policia das enfermarias, communicando á irmã zeladora, ao chefe da enfermaria e, na sua ausencia, ao medico de dia e ao enfermeiro-mór, qualquer irregularidade ou falta, observada no serviço.

4) Organizar, após a visita, o mappa do movimento da respectiva enfermaria para entregal-o ao enfermeiro-mór.

5) Tomar as seguintes providencias, quando fallecer qualquer doente: prevenir immediatamente, ao medico de dia e ao porteiro, ao qual serão entregues as papeletas para os devidas declarações; mandar remover o cadaver para o necrotério e, depois disto, fazer retirar a roupa de cama, para ser lavada, e o colchão e travesseiros para serem passados pela estufa.

6) Fazer recolher as roupas que tenham servido aos doentes de doenças contagiosas, que tenham fallecido ou sido transferidos, afim de serem desinfectadas e, depois, lavadas.

7º, fazer incinerar os colchões e travesseiros em lugar conveniente, assignando a irmã zeladora uma guia, por ella redigida e visada pelo clinico da enfermaria, para que o director solicite a descarga; este documento, assim legalizado, será levado immediatamente ao secretario, afim de ser lavrado o termo respectivo na escripturação do almoxarife;

8º, impedir que os doentes recebam de fóra, ou das pessoas que os visitarem, qualquer alimento, fructa ou doce, desde que não haja expressa permissão, consignada na respectiva papeleta, pelo clinico da enfermaria, sendo o enfermeiro e os doentes responsabilizados pela transgressão desta disposição;

9º, informar, por escripto, ao porteiro, os nomes dos doentes, cujo estado permittir visitação de pessoas estranhas, de accordo com a ordem do clinico da enfermaria;

10. manter a maior vigilancia durante as horas destinadas á visitação dos doentes, impedindo que sejam perturbados o silencio e a ordem no recinto da enfermaria, levando á presença do medico de dia qualquer pessoa que se portar inconvenientemente, de modo desrespeitoso ou attentatorio á moral.

Art. 270. Nos hospitais, em que não houver irmãs de caridade, os enfermeiros terão mais a seu cargo as attribuições das irmãs zeladoras das enfermarias, consignadas no presente regulamento, devendo o enfermeiro-mór desempenhar as referentes á irmã superiora.

Art. 271. Os enfermeiros são inseparaveis das enfermarias, não se podendo ausentar para as refeições ou outro motivo, sem que fique em seu lugar a irmã zeladora ou o ajudante de enfermeiro.

Art. 272. Os ajudantes de enfermeiros auxiliarão aos enfermeiros em suas obrigações e terão todos os seus deveres e attribuições, quando servirem sózinhos em uma enfermaria.

Do enfermeiro do arsenal cirurgico e sala de operações

Art. 273. No H. C. E., o enfermeiro do arsenal cirurgico e sala de operações fica subordinado directamente ao chefe de clinica cirurgica, ao conservador do arsenal cirurgico e ao enfermeiro-mór; nos demais hospitais, elle será o conservador do arsenal cirurgico e sala de operações, cabendo-lhe as attribuições e os deveres deste funcionario.

Art. 274. Incumbe-lhe:

1º, auxiliar todos os serviços de operações, curativos, e esterilizações que se effectuarem nas salas de operações e esterilização;

2º, auxiliar o conservador do arsenal cirurgico, de accordo com as instruções que receber do chefe de clinica cirurgica, bem como na escripturação do livro respectivo de carga e descarga do material e instrumental e do registro das operações;

3º, organizar, de accordo com as instruções que receber, as relações mensaes dos referidos serviços, afim de serem submettidas á consideração do director.

Do secretario

Art. 275. O secretario, immediatamente subordinado ao director, superintende e fiscaliza todos os trabalhos da secretaria, propondo ao director as providencias que lhe pareçam mais convenientes para a boa marcha e regularidade dos serviços de escripturação.

Cumpra-lhe:

1º, distribuir, dirigir e fiscalizar os serviços a cargo da secretaria, mantendo a ordem e a regularidade necessarias;

2º, fiscalizar a escripturação das demais dependencias do hospital, entendendo-se pessoalmente com os respectivos encarregados ou chefes sobre qualquer engano ou irregularidade encontrados e levando ao conhecimento do director os casos que exijam de solução desta autoridade;

3º, preparar os despachos da correspondencia recebida, de accordo com as indicações do director, e organizar as minutas dos officios e informações;

4º, rever todo o expediente diario, antes de submettel-o á assignatura do director;

5º, propor ao director a distribuição dos auxiliares de escripta da secretaria, de accordo com as conveniencias do serviço;

6º, empossar, em nome do director, os funcionarios e empregados, quando isto lhe fôr ordenado;

7º, dar por escripto e assignar quaesquer informações que forem autorizadas pelo director, bem como assignar as certidões passadas em virtude de despacho das autoridades competentes, sendo tudo visado pelo director do hospital;

8º, rubricar os pedidos de artigos de expediente para a secretaria e demais dependencias do hospital, fiscalizando a sua distribuição;

9º, prestar todos os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitados pelas autoridades e funcionarios de categoria do hospital, só fornecendo dados ou informações a pessoas estranhas por ordem do director;

10, providenciar para que seja mantido por todos os empregados da secretaria o mais rigoroso sigillo na correspondencia official relativa a questões de segredo medico ou outras que affectem legitimos interesses das partes ou do serviço.

11) Colher os elementos para os trabalhos de estatistica de todos os serviços technicos e administrativos do hospital, organizar os dados para o boletim, submettendo-os á apreciação do director.

12) Fornecer ao director os elementos necessarios para a confecção do relatorio annual.

13) Verificar, diariamente, o ponto dos funcionarios civis e empregados e submettel-os em seguida ao encerramento por parte do director.

14) Responder, perante o director, pela disciplina, ordem e regularidade do serviço a seu cargo, levando ao seu conhecimento qualquer falta commettida por seus subordinados, sob pena de se tornar o principal responsavel pelas consequências das infracções.

15) Conferir e assignar as altas, antes de submettel-as á consideração do medico de dia, providenciando para que esses documentos contemham todos os esclarecimentos necessarios á escripturação do official ou praça nas suas unidades ou estabelecimentos.

16) Conferir e authenticar as cópias de documentos e certidões passadas na secretaria.

17. Dirigir a escripturação das cadernetas dos officiaes em serviço no hospital e organizar as relações de alterações dos mesmos para serem enviadas trimestralmente á repartição competente.

18) Organizar os protoiollos do expediente do hospital e os dados necessarios ao relatorio annual.

Do archivista e bibliothecario

Art. 276. Um dos auxiliares de escripta da secretaria será o archivista e bibliothecario, competindo-lhe nestas funções:

1) Conservar em boa ordem, sob sua guarda e immediata responsabilidade, todos os livros e documentos existentes no archivo e na bibliotheca.

2) Organizar o catalogo dos livros e documentos, discriminando estes ultimos segundo a procedencia, de modo a poder satisfazer promptamente qualquer pedido.

3) Fornecer a todo o estabelecimento os livros e documentos e mais impressos necessarios á escripturação geral, assim como os artigos de expediente, para o que fará os pedidos necessarios, de accordo com as tabellas em vigor.

4) Cuidar da conservação dos livros e documentos da bibliotheca e do archivo, solicitando as providencias necessarias para evitar qualquer deterioração ou extravio.

Art. 277. O archivista-bibliothecario terá um servente para auxiliar-o no serviço.

Dos auxiliares de escripta

Art. 278. Aos auxiliares de escripta cumpre executar fielmente todos os trabalhos que lhes forem designados pelo secretario, sendo responsavel pela sua exactidão e corrección.

Dos continuos

Art. 279. Os continuos da directoria e da secretaria se incumbirão da fiscalização da limpeza e asseio das dependencias, moveis e utensilios e da vigilancia do serviço dos serventes, durante as horas do expediente, cumprindo as demais determinações que lhes forem feitas.

Paragraphe unico. Os continuos não concorrerão na escala da vigilancia nocturna.

Do almoxarife

Art. 280. O almoxarife é o auxiliar do director e do vice-director, em tudo o que fôr concernente á administração e economia do hospital, sendo o principal responsavel pela arrecadação e boa guarda dos generos, roupas, utensilios, fardamento e quaesquer outros objectos que lhe forem confiados.

Art. 281. Ao almoxarife compete:

1) Ter a carga de todo o material que receber, sendo a escripturação dos respectivos livros feita no almoxarifado sob sua directa responsabilidade.

2) Organizar o mappa de todo o material a seu cargo, com a declaração do estado em que se achar, o qual será enviado annualmente á Directoria de Saude da Guerra para os devidos fins.

3) Receber, mensalmente, da repartição competente, a dotação orçamentaria para as despesas miudas e as importancias das folhas de pagamento dos officiaes e empregados do hospital; e, do conselho administrativo, um quantitativo para as despesas de prompto pagamento.

4) Receber os volumes destinados ás diversas dependencias do hospital.

4) Prestar, mensalmente, conta das despesas que fizer, acompanhando-as dos respectivos documentos, não lhe devendo ser levada em conta nenhuma despesa feita sem ordem do Director.

6) Fazer, com o maximo cuidado e criteriosa previsão, os pedidos de viveres, roupas e utensilios necessarios aos fornecimentos de todas as dependencias do hospital, de modo que fique sempre em deposito uma quantidade de reserva para qualquer emergencia.

7) Effectuar o pagamento de vencimentos do pessoal do hospital, fazendo as necessarias communicações para a publicação em boletim.

8) Assistir, com o vice-director e o medico de dia, ao recebimento dos generos alimenticios de deposito e de consumo diario, podendo, neste serviço, fazer-se representar pelo seu auxiliar.

9) Dar ao auxiliar do almoxarife as instruções necessarias para o bom desempenho de suas obrigações, fazendo-lhe, mensalmente, um supprimento em dinheiro, arbitrado pelo conselho administrativo, para as despesas urgentes, em sua ausencia, tomando-lhe contas mensalmente.

10) Receber os generos alimenticios somente depois de examinados e julgados de boa qualidade pelo vice-director e medico de dia; os demais artigos, roupas e utensilios, depois do parecer da commissão constituida para examinal-os.

11) Assistir ao balanço quinzenal da arrecadação dos generos, que será effectuado pelo vice-director, tendo á vista os documentos da carga e da descarga.

12) Requisitar a substituição do material que estiver em mau estado, o qual só poderá ser dado em consumo depois de julgado inservivel por uma commissão, nomeada de accordo com as disposições em vigor sobre exame e consumo.

13) Fornecer os necessarios elementos para o lançamento das despesas de generos alimenticios e outros artigos, que servirão para a conferencia do conselho administrativo.

14) Receber do porteiro o dinheiro e valores trazidos pelos doentes, conservando-os em seu poder até que obtenham alta.

15) Dar ao medico de dia uma relação com o resumo dos generos a entrarem no dia seguinte, para a confecção das dic-

las, do rancho das praças da guarda e dos empregados, afim de que elle possa fazer a necessaria conferencia.

16) Solicitar dos funcionarios do hospital, que tiverem sob sua guarda ou responsabilidade qualquer material, as informações necessarias para a conferencia de sua carga e respectiva escripturação.

17) Ter a seu cargo a escripturação do pret das praças e das despesas feitas com o tratamento e dietas dos officiaes, afim de receber o hospital a respectiva indemnização.

Art. 282. Nos hospitales, em que não houver irmãs de caridade, os serviços da despensa e cozinha ficarão a cargo do almoxarife, cabendo-lhe mais:

1) Fazer a aquisição dos generos alimenticios para as dietas e rações, conforme o mappa geral que lhe tiver apresentado, de vespera, o enfermeiro-mór, devendo conferil-o e pôr-lhe o visto.

2) Fiscalizar, com o maior cuidado, o serviço da cozinha e da despensa e manter o maior asseio possivel em todas as dependencias a seu cargo.

Do auxiliar do almoxarife

Art. 283. Ao auxiliar do almoxarife cumpre:

1) Effectuar os serviços que lhe forem ordenados pelo almoxarife, de tudo prestando contas mensalmente.

2) Coadjuvar na inspecção do asseio e boa ordem das dependencias do almoxarife e substituil-o em seus impedimentos ou ausencias temporarias.

3) Executar as ordens e instrucções do director, vice-director e almoxarife, respondendo por qualquer falta no cumprimento e desempenho de seus deveres.

4) Comparecer, diariamente, na despensa, á hora do recebimento dos generos de consumo diario, afim de attender ao medico de dia na compra do que fôr necessario para substituir os rejeitados ou supprir faltas.

Art. 284. Nos hospitales, em que não houver irmãs de caridade, cabe ao auxiliar do almoxarife velar pelo completo asseio e ordem da despensa e de todos os seus utensilios, providenciando para que os generos sejam bem acondicionados, principalmente os de facil deterioração.

Paragrapho unico. Terá a mesma fiscalização do artigo precedente sobre o asseio e o serviço da cozinha.

Do conservador do arsenal cirurgico

Art. 285. No Hospital Central do Exercito haverá um conservador do arsenal cirurgico, subordinado directamente ao chefe de clinica cirurgica e que terá a responsabilidade de todo o material e instrumental cirurgico do arsenal.

Art. 286. Compete-lhe:

1) Manter o maximo asseio e hygiene em todas as dependencias do pavilhão de operações e arsenal cirurgico.

2) Ter a seu cargo a escripturação dos livros de carga e descarga do material e instrumental, pertencentes ao pavilhão e arsenal cirurgicos, e o do movimento de operações e curativos ali praticados.

3) Executar o serviço de esterilização do instrumental cirurgico e peças de curativos, destinados ás operações e aos curativos, sendo responsavel pelo funcionamento das estufas, autoclaves, etc.

4) Preparar todo o material, roupa, etc., necessarios para as intervenções cirurgicas e curativas.

5) Entregar, mediante recibo, o material ou instrumental que fôr pedido pelos clinicos do serviço, para serem empregados fóra do pavilhão de operações.

6) Ter sempre prompto o material necessario para as operações ou curativos de urgencia a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 287. O conservador do arsenal cirurgico tem, em relação a todo o material e instrumental cirurgicos, as mesmas responsabilidades, attribuições e deveres do almoxarife do hospital.

Art. 288. Nos hospitales, em que não houver conservador do arsenal cirurgico, as funções deste cargo competem ao enfermeiro do arsenal cirurgico e sala de operações.

Do porteiro

Art. 289. Ao porteiro incumbe:

1) Receber os doentes que baixarem ao hospital e registal-os no livro competente, por ordem numerica, extrahindo as papeletas com a mesma numeração e de conformidade com os documentos fornecidos officialmente por quem de direito.

2) Não receber doente algum sem essa formalidade, salvo casos urgentes, previstos no Regulamento, e com autorização do medico de dia.

3) Arrecadar os dinheiros e valores que trouxerem os doentes e entregal-os, mediante recibo, ao almoxarife, registando tudo na papeleta e no livro de entradas, lendo, em voz alta, o registo, para conhecimento do doente.

4) Restituir aos doentes por occasião da alta, os valores recebidos, mediante recibo, passado na propria papeleta.

5) Scientificar ao secretario, nos casos de obito, para que elle providencie sobre o recolhimento do dinheiro á Contabilidade da Guerra ou á Delegacia Fiscal do Estado; quanto aos demais valores, entregal-os-lhe o secretario á autoridade civil competente, tudo mediante um termo, organizado na secretaria, fazendo o porteiro as devidas notas no livro.

6) Não permittir a entrada ás pessoas estranhas ao hospital, fóra dos dias e horas destinados á visitação dos doentes, sem licença da Directoria do hospital e do medico de dia.

7) Não consentir que as visitas levem aos doentes alimentos de qualquer especie ou objectos prohibidos, devendo existir, na portaria, um quadro contendo essa disposição escripta em caracteres bem visiveis, para conhecimento dos interessados.

8) Extrahir as altas, de accordo com as papeletas apresentadas pelos enfermeiros e devidamente legalizadas pelos clinicos das enfermarias, enviando tudo á secretaria, para conferencia e assignatura do medico de dia.

9) Só permittir a saída dos doentes que tiverem alta ou licença do Director, não consentindo, tambem, que saiam, sem licença, os empregados do hospital.

10) Requisitar dos enfermeiros os esclarecimentos de que necessitar, relativamente aos assumptos que se prendem ao serviço da portaria, para informar as pessoas interessadas pelos doentes.

11) Entregar ás praças que acompanharem os doentes as praças graduadas ou simples, que tiverem alta, tudo mediante declaração escripta e assignada por aquelles, em livro proprio e depois da ceia, salvo caso urgente ou especial e autorização do medico de dia.

12) Enviar ao secretario, ás primeiras horas do expediente, uma relação dos feridos entrados e dos doentes que baixaram extraordinariamente sem documento legal.

13) Fazer, por escripto, e expedir pelas praças que acompanham doentes ou de dia ao hospital, um aviso dos doentes em condições de alta e que não podem sair no mesmo dia, pela necessidade de providencias especiaes a serem tomadas pelas respectivas unidade de tropa.

14) Organizar, em duplicata, a relação nominal dos doentes tratados durante o mez, com declaração das baixas e altas e todas as observações que possam influir para a organização do respectivo pret, de modo que o hospital receba as indemnizações devidas.

15) Organizar, diariamente, em tres vias, um mappa do movimento de entradas e saídas dos doentes, que ficará tambem registado na portaria, assignando-o e submittendo-o á consideração e ao visto do Director, sendo uma das vias destinada á Directoria de Saude da Guerra ou, nas Regiões, ao Chefe do Serviço de Saude da Região e outra ás repartições competentes do Departamento Nacional de Saude Publica.

16) Organizar, mensalmente, em tres vias, o mappa do movimento dos doentes entrados e saídos, assignando-o e submittendo-o á consideração do Director.

17) Entender-se com o secretario ou outra autoridade qualquer do hospital sobre duvidas que encontrar no desempenho dos seus deveres, pedindo-lhes os esclarecimentos de que necessitar e fornecendo os que lhe forem solicitados;

18) fechar o hospital ao toque de recolher, o abrindo, ao clarear do dia, salvo ordem do medico de dia, afim de receber doentes.

Do ajudante de porteiro

Art. 290. Cumpre ao ajudante de porteiro:

1º auxiliar o porteiro no serviço e na escripturação da portaria e executar as instrucções que delle receba;

2º concorrer na escala de serviços nocturnos da portaria, observando as obrigações que cabem ao porteiro neste serviço.

Art. 291. Nos hospitales onde não houver ajudante de porteiro, o director designará para substituir o porteiro, em seus impedimentos, um empregado com habilitações.

Do roupeiro de fardamento

Art. 292. Ao roupeiro de fardamento compete:

1º ter sob sua responsabilidade a arrecadação respectiva e os fardamentos dos doentes nella depositados, os quaes se-

não escripturados em livro especial e constarão de um rol, que será fixado no fardamento guardado;

2º, só receber as roupas dos doentes para guardal-as na arrecadação, depois de verificar que passaram pela estufa de desinfecção;

3º, entregar ao enfermeiro as roupas dos doentes que tiverem tido alta, mediante um talão do rol correspondente;

4º, conferir sempre toda a roupa e peças do fardamento que receber, ficando responsável por qualquer extraviio e sujeito à indemnização;

5º, zelar pela estufa de desinfecção, sob a fiscalização do machinista;

6º, só se ausentar do hospital com licença do director e conhecimento do porteiro, apresentando quem o substitua, com sua responsabilidade, do que dará conhecimento ao medico de dia;

7º, concorrer com o porteiro e o ajudante na escala dos serviços nocturnos da portaria.

Art. 293. Nos hospitais onde não houver roupeiro, as suas funções serão desempenhadas pelo sargento contador.

Da irmã superiora

Art. 296. Compete á irmã superiora:

1º, superintender e fiscalizar todos os serviços a cargo das irmãs de caridade, entendendo-se com o director sobre os assumptos em que tiver duvidas;

2º, designar, com approvação do director, as irmãs de caridade para os serviços que lhes competem, de accordo com o presente Regulamento;

3º, inspecionar os serventes das enfermarias, no que concerne ao tratamento dos doentes, administração dos remedios, distribuição das dietas, policia e limpeza do recinto;

4º, ter um livro de carga e descarga dos objectos e artigos requisitados do almoxarifado, para serem distribuidos ou usados ou opuscul ou para o que se der por bem;

5º, ser responsavel pelas roupas e demais utensilios que faltarem á sua carga e tambem pelos extraviios ou faltas provenientes de descuido ou desidia de seus subordinados;

6º, organizar a escala de ronda nocturna das irmãs, a qual será submettida á approvação do director.

Art. 297. Nos hospitais onde não houver irmãs de caridade, o enfermeiro-mór accumulará as attribuições conferidas á irmã superiora.

Das irmãs zeladoras das enfermarias

Art. 298. Compete ás irmãs zeladoras:

1º, acompanhar as visitas medicas das enfermarias e fiscalizar o serviço dos enfermeiros e serventes, verificando se os medicamentos são convenientemente applicados e os curativos feitos de accordo com as indicações dos clinicos;

2º, distribuir as dietas pelos doentes nas horas regulamentares, tendo todo o cuidado para que não se dê falta alguma e impedindo que os doentes permutem, entre si, partes de suas dietas ou as guardem, para consumir nos intervallos das refeições;

3º, zelar pelo asseio, hygiene, boa ordem e silencio no recinto da enfermaria, sendo auxiliadas pelo enfermeiro e serventes;

4º, providenciar para que sejam recebidos e accommodados, convenientemente sem demora, os doentes entrados na enfermaria, ficando responsaveis pela fiel execução dessa disposição;

5º, organizar o mappa das dietas da enfermaria para ser entregue á irmã da despensa, depois de conferido e visado pelo clinico, sendo responsaveis por qualquer engano que houver;

6º, receber da irmã superiora toda a roupa e utensilios necessarios aos serviços das enfermarias, passando recibo e escripturando no livro competente;

7º, entregar a roupa servida á irmã encarregada da lavandaria, para ser substituida por outra limpa, mediante rol;

8º, requisitar, por intermedio da irmã superiora, tudo quanto necessitar ser substituido, por inutilizado;

9º, exercer a maior vigilancia durante as horas de visitação aos doentes das enfermarias, de modo a ser mantida a ordem e conservado o silencio no recinto, impedindo que os doentes recebam alimentos, fructas ou doces trazidos de fora;

10, providenciar, de accordo com as indicações dos clinicos, sobre os cuidados de hygiene corporal dos doentes e asseio das camas;

11, providenciar sobre qualquer falta ou irregularidade verificadas no serviço, dando parte escripta ao respectivo clinico;

12, respeitar as crencas religiosas dos doentes, providenciando para que sejam assegurados, individualmente, aos que o solicitarem, os officios de suas religiões;

13, não se ausentar da enfermaria sem que esteja presente o enfermeiro, de modo a ficar quem preside nos casos de necessidade urgente;

Art. 299. Nos hospitais em que não ha irmãs de caridade, essas attribuições e deveres são conferidos aos enfermeiros das enfermarias.

Das irmãs da despensa

Art. 300. Compete ás irmãs de despensa:

1º, conservar em completo asseio e ordem a despensa e todos os seus utensilios e bem acondicionados os generos, principalmente os de facil deterioração;

2º, entregar, diariamente, á irmã da cozinha, todos os generos e artigos necessarios ao preparo das dietas dos doentes e rancho das praças da guarda e empregados, o que será feito por conta, peso e medida;

3º, organizar o mappa geral das dietas, segundo os parciaes, das enfermarias, submettendo-o á assignatura da irmã superiora e á fiscalização do vice-director e entregando-o á assignatura do director, acompanhado do respectivo desdobramento;

4º, receber, por intermedio da irmã superiora, todos os utensilios que necessitar e pelos quaes será responsavel.

Da irmã da cozinha

Art. 301. Compete á irmã da cozinha:

1º, zelar pela mais completa ordem e asseio em todas as dependencias da cozinha, vasilhame e demais utensilios;

2º, receber, em presença do medico de dia, todos os artigos, necessarios ao preparo das dietas e rancho dos empregados e praças da guarda, o que será por conta, peso e medida;

3º, fazer preparar pelo cozinheiro e serventes as dietas e rações, com todo o asseio e presteza, afim de estarem promptas ás horas das refeições respectivas;

4º, distribuir as dietas confeccionadas ás irmãs das enfermarias; as rações das praças da guarda e empregados subalternos, aos serventes (copeiros), incumbidos destes serviços, tudo na presença do medico de dia e da irmã superiora;

5º, requisitar, por intermedio da irmã superiora, todos os utensilios e demais recursos que necessitar para o bom andamento do serviço, pelos quaes ficará responsavel, devendo conservar tudo em ordem e completo asseio.

Art. 302. As irmãs da despensa e da cozinha terão, para auxiliar-as, o numero de serventes necessarios aos diversos serviços, a juizo do director.

Da irmã zeladora da arrecadação geral do almoxarifado

Art. 303. A irmã zeladora da arrecadação geral do almoxarifado, que terá auxiliar-a um servente de sua confiança e do almoxarifado, competente:

1º, zelar pela arrecadação e boa guarda das roupas, utensilios e quaisquer outros objectos que lhe forem confiados;

2º, ter conhecimento exacto de tudo que existir na arrecadação, fazendo a escripturação do livro-mappa, de accordo com o modelo adoptado, o qual será conferido e confrontado, semestralmente, com o livro-carga;

3º, fazer entrega, mediante recibo, do que constar dos pedidos legalizados com o "De-se", despachado pelo director.

Da irmã zeladora da lavandaria

Art. 304. A irmã zeladora da lavandaria compete:

1º, dirigir e fiscalizar todos os trabalhos da lavandaria mecanica, tendo, como auxiliares, as engommadeiras e serventes que lhe são subordinados;

2º, entender-se com o machinista ou o foguista todas as vezes que o serviço da lavandaria o solicitar;

3º, receber e entregar, mediante rol, as roupas do hospital ou de qualquer outra procedencia, que, com autorização legal, tenha de ser preparada na lavandaria, escripturando tudo em livros especiaes, sob sua guarda e responsabilidade;

4º, organizar, mensalmente, em duplicata, de accordo com a escripturação dos livros citados, as relações, em conjunto, do movimento geral dos trabalhos executados, e, em triplicata, separadamente as que se referirem ás roupas do hospital e de outras procedencias;

5º, ter em deposito, separadas por enfermarias, roupas preparadas, para attender a qualquer emergencia ou necessidade urgente do serviço;

6º, concertar, com o auxilio das engommadeiras, as peças de roupa que possam ser aproveitadas para uso dos doentes;

7º, não receber roupa alguma para ser preparada sem documento, seja do hospital ou de qualquer outra procedência;

8º, solicitar todos os elementos de que necessitar para o perfeito desempenho de suas attribuições, attendendo a qualquer esclarecimento sobre o seu serviço, quando estes forem requisitados;

9º, prestar ao director, vice-director e demais autoridades do hospital as informações que lhe forem pedidas;

10, fiscalizar a passagem pela estufa dos fardamentos e roupa do corpo dos doentes entradas antes de serem essas peças recolhidas á arrecadação.

Dos padioleiros

Art. 305. No Hospital Central do Exército haverá oito serventes designados ao serviço de recebimento e transporte de doentes de uma para outra dependencia; nos de 1ª, 2ª e 3ª classes este numero variará conforme o numero de enfermarias existentes e as distancias.

Art. 306. Compete aos padioleiros:

1º, permanecerem junto á portaria, quando de serviço, sob as ordens do medico de dia, afim de conduzir os doentes que o necessitarem para as enfermarias e outras dependencias do hospital;

2º, comparecerem, nos dias marcados, ás aulas praticas da instrucção de padioleiros.

Art. 307. Os padioleiros deverão saber ler e escrever, estarão sempre uniformizados durante as horas do serviço, quer diurno, quer nocturno, e serão obrigados á frequencia das aulas do curso de padioleiros, cuja instrucção será ministrada por um medico, designado pelo director.

Do electricista

Art. 308. O electricista será um tecnico, com habilitações comprovadas por exame prévio, na occasião da admissão, exame mandado proceder pelo director e presidido pelo chefe do serviço de physiotherapia.

Art. 309. Cumpre ao electricista:

1º, incumbir-se do funcionamento e da conservação de todos osapparelhos do gabinete de physiotherapia, bem como da inspecção, conservação e reparo dos apparelhos e installações de força e luz electrica do hospital;

2º, entender-se com o chefe do gabinete de physiotherapia sobre qualquer falta, irregularidade ou desarranjo dos apparelhos e installações e sobre o auxilio de que necessitar para o desempenho de seus deveres.

Do ajudante do electricista

Art. 310. O ajudante do electricista será o auxiliar do electricista, de quem receberá as instrucções para os respectivos trabalhos, podendo substituí-lo com licença do director e responsabilidade assumida pelo electricista.

Do machinista

Art. 311. O machinista fica subordinado ao vice-director, a quem pedirá os recursos para o desempenho de seus deveres.

Art. 312. Cumpre ao machinista:

1º, cuidar de todos os machinismos do hospital e demais apparelhos, bem como da estufa;

2º, ausentar-se do hospital somente com licença do director, deixando sempre quem posse responder pelo serviço e communicando ao medico de dia a hora da saída.

Do foguista

Art. 313. O foguista é o auxiliar do machinista em todos os seus trabalhos, ficando-lhe directamente subordinado e delle recebendo as ordens e instrucções para os diversos serviços a seu cargo.

Do cozinheiro

Art. 314. O cozinheiro, que deverá saber ler e escrever, receberá ordens da irmã zeladora da cozinha, a qual lhe fornecerá os generos e as instrucções especiaes para o preparo das dietas, auxiliando-a o cozinheiro em todos os serviços da cozinha.

Paraphrasso unico. Nos hospitais em que não houver irmãs de caridade, o cozinheiro terá também as attribuições e deveres especificados, neste regulamento, para a irmã zeladora da cozinha.

Dos serventes copeiros

Art. 315. Os serventes que servirem de copeiros receberão separadamente os alimentos para o rancho dos internos, officiaes, praças e empregados subalternos nas horas determinadas pelo vice-director.

Do jardineiro

Art. 316. Incumbe ao jardineiro a construcção de jardins, segundo as instrucções que receber, o trato e conservação das plantas, arvores de sombra e flores, tendo, como auxiliares, o servente-ajudante e os serventes capinadores e requisitando do vice-director os recursos necessarios para o perfeito desempenho dos trabalhos.

Do motorista

Art. 317. O motorista e seu ajudante serão profissionais habilitados e portadores da carteira respectiva.

Art. 318. Cumpre ao motorista:

1º, zelar pelos automoveis que existem no hospital, para os diversos serviços determinados pelo director, guiar-os nos serviços externos, tendo o maior cuidado na observancia das posturas municipaes ou policiaes quanto á direcção pela cidade, etc.;

2º, executar cuidadosamente as instrucções que receber do medico de dia e do porteiro ou seu ajudante, relativamente ao serviço da conducção de doentes;

3º, dar immediatamente parte a quem de direito de qualquer occorrença durante o serviço, accidente ou desarranjo havidos nos carros, sendo responsavel pelas faltas que commetter, bem como o seu ajudante, quando as não participar logo.

Do ajudante do motorista

Art. 319. O ajudante do motorista auxiliará o motorista em suas obrigações e o substituirá nos impedimentos, cabendo-lhe, nestes casos, os deveres e attribuições do motorista e ficando responsavel pelas faltas que commetter.

Do cocheiro, carroceiro e serventes tratadores de animaes

Art. 320. O cocheiro é o encarregado geral de todos os serviços relativos á cocheira, baias, vehiculos de tracção animal e respectivos animaes, tendo, como auxiliares, os carroceiros e serventes tratadores de animaes; deve saber ler e escrever.

Art. 321. Cumpre ao cocheiro:

1º, ser responsavel pelo completo asseio da cocheira, baias e pelos vehiculos de tracção animal, pertencentes ao hospital, bem como os respectivos animaes;

2º, guiar os carros de transporte de doentes e feridos em serviço exclusivo do hospital, não podendo fazer uso dos vehiculos ou de qualquer animal, nem permittir que outrem o faça, sem ordem do director;

3º, observar as mesmas determinações e instrucções, assignadas neste regulamento, para o motorista e relativos ao serviço de conducção de doentes.

Art. 322. Os carroceiros se encarregarão dos trabalhos que tiverem de ser executados com os carros, de accordo com as ordens e instrucções que receberem, sendo preferidos para tais cargos os que souberem ler e escrever; auxiliarão o cocheiro em suas obrigações.

Art. 323. Os serventes tratadores de animaes, subordinados ao cocheiro, são também incumbidos da limpeza da cocheira, carros e carroças, executando os trabalhos de accordo com as instrucções que receberem, sendo preferidos os que souberem ler e escrever e revolarem aptidões especiaes.

Dos serventes

Art. 324. Os serventes serão reservistas do Exército, que demonstrarem ter boa conducta e saibam ler e escrever, ficando sujeitos ás leis militares.

Art. 325. Os serventes serão nomeados pelo director e distribuidos pelas enfermarias e demais serviços technicos e administrativos do hospital, cabendo-lhes executar os trabalhos

lhos respectivos, de accordo com as instrucções que receberem das autoridades ou funcionarios a que estiverem subordinados.

Art. 326. Os serventes, como os demais empregados, só poderão sair do hospital com licença do director e sciencia do medico de dia.

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Serviço interno diario

Art. 327. O serviço interno diario tem por fim assegurar assistência ininterrupta aos doentes e vigilância continua aos demais serviços administrativos e de policia interna do hospital.

Art. 328. Conforme a categoria do hospital, será escalado, para o serviço diario, o seguinte pessoal:

Hospital Central do Exército;

Um medico de dia;

Um pharmaceutico de dia;

Um interno de dia;

Um enfermeiro de dia ao Posto Medico;

Enfermeiros de dia aos pavilhões;

Um porteiro de dia;

Dous padoleiros de dia;

Uma irmã de caridade, de ronda nocturna;

Serventes necessarios para a vigilância nocturna das pa-

vilhões e enfermarias.

Hospitais de 1ª e 2ª classes;

Um medico de dia;

Um pharmaceutico de dia;

Um interno de dia;

Um enfermeiro de dia ao hospital;

Serventes necessarios para a vigilância nocturna das en-

fermarias;

Irma de caridade, de ronda nocturna, onde houver.

Hospitais de 3ª classe:

Um enfermeiro de dia ao hospital;

Serventes necessarios para a vigilância nocturna das en-

fermarias.

Art. 329. Todo o pessoal do serviço diario permanecerá uniformizado e será inseparavel do estabelecimento ou dependencia do serviço, durante o tempo dos respectivos plantões.

Art. 330. O pessoal escalado para o serviço interno diario não poderá eximir-se das suas obrigações no serviço commum das enfermarias ou demais dependencias do serviço tecnico ou administrativo do hospital.

Paraphrasis unico. Todo o pessoal do serviço de dia fica subordinado ao medico de dia, a quem se deve apresentar, na occasião de entrar em serviço.

Art. 331. Quando nos hospitais não se puder constituir, mesmo com concurso dos medicos da guarnição, as escalas de serviço de medico de dia e de pharmaceutico de dia, no minimo com cinco medicos e tres pharmaceuticos, o serviço passará a ser feito pelo enfermeiro de dia, no que for compativel com as suas attribuições, ficando de sobre-aviso um medico e um pharmaceutico, escalados diariamente, os quaes deverão comparecer promptamente ao hospital para attender a qualquer caso urgente ou extraordinario, sendo obrigatoria uma visita á noite para assistir aos doentes entrados.

Art. 332. Concorrerão ás escalas do serviço de dia todos os medicos dos postos de capitão e subalternos, em serviço no hospital e, si necessario, os primeiros tenentes medicos em serviço na guarnição; todos os pharmaceuticos, capitães e subalternos, em serviço na respectiva pharmacia.

Art. 333. O medico e o pharmaceutico de dia tem direito á alimentação e dormida em aposento separado, por conta do hospital.

Paraphrasis unico. Os demais funcionarios de dia terão alimentação e leito, fornecidos pelo hospital.

Medico de dia

Art. 334. O medico de dia assegurará a perfeita execução do serviço tecnico e administrativo do hospital e o exacto cumprimento das disposições deste regulamento; é o responsavel pela ordem, policia e asseio do estabelecimento, não podendo, porém, intervir directamente nas dependencias e locais pertencentes ao serviço tecnico, quando estiverem presentes os respectivos encarregados ou seus substitutos legaes.

Paraphrasis unico. Na ausencia do director, do vice-director e dos chefes de clinica, o medico de dia providenciara

nos casos urgentes, podendo tomar medidas da alçada dessas autoridades, fazendo as necessarias communicações.

Art. 335. Cumpre-lhe especialmente:

1º, apresentar-se ao director, vice-director e chefes de clinica, logo que esteja desembaracado de qualquer serviço tecnico urgente;

2º, receber o serviço do seu antecessor, á hora marcada, informando-se das occorrencias havidas nas 24 horas anteriores e ordens especiais sobre o serviço;

3º, percorrer, logo que possa, todas as dependencias do hospital, verificando si estão devidamente assoiadas e em ordem e si o pessoal subalterno de serviço está presente em seus lugares.

4º, inspecionar frequentemente a enfermaria de presos, a guarda do hospital, e as demais enfermarias e dependencias do estabelecimento, providenciando immediatamente sobre qualquer falta ou irregularidade que encontrar;

5º, receber os doentes que baixarem ao hospital, examinando-os cuidadosamente; e designar-lhe a enfermaria, prevendo a medicação e dieta reclamada pelo seu estado;

6º, não receber doente algum, sem documento official, salvo caso de doença grave ou ferimento que reclame cuidados immediatos, mencionando o facto na parte de serviço, afim de serem tomadas as devidas providencias;

7º, prestar, fóra das horas de visita, os soccorros de que necessitarem os doentes, a que sobrevierem accidentes, o observar os que forem recommendados pelos chefes de clinica ou encarregados das enfermarias, podendo modificar o tratamento, si para tal houver indicação, explicando, porém, na papeleta, os motivos da alteração;

8º, examinar, com o almoxarife ou auxiliar do almoxarife, os generos entrados para o consumo diario, verificar a preparação e qualidade das dietas; assistir, na cozinha, á distribuição ás enfermarias e, pelo menos numa das enfermarias, á distribuição das mesmas dietas pelos doentes;

9º, observar si os medicamentos e curativos são convenientemente applicados, dando aos enfermeiros os necessarios esclarecimentos, todas as vezes que elles tiverem duvidas.

10, verificar os obitos, declarando, na papeleta, o dia e a hora do fallecimento e a causa-mortis, providenciando sobre qualquer desinfecção, quando houver necessidade; pelo que, deverá comparecer sempre, na respectiva enfermaria;

11, assignar as actas, confrontando-as com as papeletas;

12, verificar o estado dos doentes que tiverem alta, na occasião de sua sahida do hospital, inquirindo si tem alguma allegação a fazer e suspendendo as altas dos que ainda estejam doentes ou tenham soffrido alguma intercorrência no espaço de tempo decorrido da assignatura da alta á sahida do doente.

13, não permittir que os doentes que baixam, principalmente os presos, levem consigo, para as enfermarias, instrumentos com que possam damnificá-las — armas, artigos de fumante, petrechos de jogo, etc. — podendo prender, á ordem do director, qualquer doente ou empregado que commetter faltas;

14, fiscalizar, com o maximo interesse, o modo por que os empregados se apresentam ao serviço, impedindo que estejam descalços ou mal uniformizados;

15, assistir á revista dos enfermeiros e serventes, recommendando aos do serviço de ronda nocturna os cuidados e o modo especial de fazerem esse serviço, sem perturbar o silencio das enfermarias e o sono dos doentes;

16, rondar e fazer rondar, durante a noite, as sentinellas de guarda, verificando si estão em seus postos, segundo a escala, o mesmo fazendo em relação aos enfermeiros e serventes de ronda ás enfermarias, dando parte de qualquer irregularidade observada e providenciando immediatamente em caso de falta grave.

17, não permittir a sahida de nenhum enfermeiro, empregado ou servente, sem a licença escripta do director; não lhe cabe, porém, a attribuição de conceder taes licenças, a não ser em caso de necessidade urgente e uma vez que verifique serem justas as allegações apresentadas e quando tiver bom comportamento o empregado interessado; ao dar esta concessão, deverá o medico de dia mencioná-la na parte de serviço;

18, responder pelos objectos existentes na sala e dormitório do medico de dia;

19, dar, ao director, parte escripta e circumstanciada do serviço, mencionando o movimento dos doentes do hospital durante as 24 horas de seu plantão, o numero de doentes pre-

sas, os entradas feridas, os fallecimentos, as horas de saída e o regresso das viaturas do hospital).

Art. 336. O medico de dia terá, como auxiliares directos, no serviço, o pharmaceutico e o interno de dia, o enfermeiro-mór e o enfermeiro de dia ao posto medico.

Pharmaceutico de dia

Art. 337. Ao pharmaceutico de dia, além dos trabalhos que lhe cabem no serviço commun da pharmacia e dos que lhe forem indicados pelo respectivo encarregado, cumpre mais:

1º, apresentar ao director, vice-director, encarregado da pharmacia e medico de dia, logo que iniciar o serviço;

2º) Executar com promptidão as prescripções pharmaceuticas formuladas pelo medico de dia para attender aos doentes entrados e, extraordinariamente, aos em tratamento no hospital, bem como as do receituário da guarnição.

3º) Tomar, na ausencia do encarregado da pharmacia, todas as medidas que forem necessarias para assegurar a boa marcha do serviço e mencionadas neste regulamento, solicitando ao medico de dia as que escaparem á sua alçada.

4º) Fazer o desdobramento do receituário geral do dia e dar uma parte do que occorrer durante as 24 horas do serviço, mencionando o movimento do receituário, por enfermarias e externo.

Art. 338. O pharmaceutico de dia terá, para auxiliar-o, um official da pharmacia, que fará o serviço de dia, por esta organizada pelo vice-director.

Interno de dia

Art. 339. O interno de dia será obrigado a permanecer no hospital durante as 24 horas do serviço, pelo que não se poderá ausentar, nem mesmo para frequencia nas aulas; o interno auxiliará o medico de dia em todas as phases do seu serviço tecnico e administrativo, bem como no exame e distribuição dos doentes entrados e soccorros medico-cirurgicos que for necessario applicar, não só aos doentes entrados, como aos em tratamento no hospital.

Enfermeiro de dia ao posto medico

Art. 340. Cumpre-lhe:

1) Permanecer e pernoitar no posto medico, de modo a attender ao medico de dia, auxiliando-o em todo o serviço.

2) Levar á presença do medico de dia os doentes entrados, acompanhados das respectivas papeletas, depois de despachados na portaria, e conduzi-los para as enfermarias que lhes forem designadas.

3) Levar á presença do medico de dia as praças que tiverem alta, depois de preenchidas as devidas formalidades na portaria.

4) Levar ao medico de dia, para seu conhecimento, as licenças para sahir dos empregados subalternos do hospital, depois de assignadas pelo director.

Enfermeiro de dia ao pavilhão

Art. 341. Nos hospitais em que existirem pavilhões isolados, com duas ou mais enfermarias cada um, haverá um enfermeiro de dia em cada pavilhão.

Art. 342. Cumpre ao enfermeiro de dia aos pavilhões:

1º) Permanecer nos pavilhões durante todo o tempo que estiver de plantão, só podendo afastar-se para as refeições e comunicações ao medico de dia.

2º) Receber dos enfermeiros das enfermarias do pavilhão as instruções escriptas, contendo os cuidados a serem dispensados aos doentes e demais ordens expedidas pelos respectivos clinicos, communicando-lhes, por escripto, o resultado do serviço executado.

3º) Prestar aos doentes das enfermarias os cuidados determinados nas instruções e os prescriptos pelo medico de dia.

4º) Comunicar promptamente ao medico de dia qualquer accidente ou occorrença sobrevidos aos doentes das enfermarias do pavilhão ou qualquer alteração da ordem.

5º) Fiscalizar os serventes de ronda nocturna, de modo que estejam vigilantes no serviço.

6º) Executar os serviços das enfermarias e os de assistência aos doentes entrados e já existentes, conforme estabelece este regulamento nas attribuições dos enfermeiros das enfermarias.

Art. 343. Nos hospitais em que não houver pavilhões isolados, o enfermeiro de dia acumulará as funções especificadas neste regulamento para os enfermeiros de dia ao posto medico e aos pavilhões.

Porteiro de dia

Art. 344. A escala do serviço de dia e portaria será organizada entre o porteiro, o seu ajudante e o roupeiro do fardamento.

Art. 345. O porteiro de dia, durante o seu plantão, executará todos os serviços que cabem ao porteiro, de accordo com este regulamento, cabendo-lhe mais:

1) Fechar o hospital, ao toque de recolher, e abrir-o ao clarear do dia.

2) Não abrir o portão durante a noite, sinão para receber doentes ou autoridades, occasiões unicas em que poderá permitir o ingresso dos empregados licenciados e retardatarios, do que dará sciencia ao medico de dia.

Art. 346. Nos hospitais onde não houver ajudante de porteiro, o serviço da portaria será feito, durante a noite, pelo enfermeiro de dia.

Podoleiros de dia

Art. 347. Haverá nos hospitais, conforme a movimentação ou mais podoleiros que ficarão de plantão junto á portaria e serão escalados diariamente para o serviço de condução de doentes que não podem andar.

Paragrapho unico. Nos hospitais, em que não houver podoleiros, este serviço será executado pelos serventes de dia.

Irmãs de caridade de ronda nocturna

Art. 348. Diariamente, será escalada, pela irmã superiora, uma irmã para a ronda nocturna do estabelecimento, durante as horas estipuladas no regulamento, cabendo-lhe percorrer os pavilhões e enfermarias, afim de verificar o serviço dos enfermeiros de dia e serventes de ronda nocturna, e estar prompta para prestar ao medico de dia os auxilios materiais dependentes dos serviços de que estão encarregadas as irmãs zeladoras.

Serventes de vigilância nocturna

Art. 349. A escala dos serventes de vigilância e ronda nocturna dos pavilhões e enfermarias será organizada pelo enfermeiro-mór e approvada pelo vice-director.

Paragrapho unico. A ella, concorrerão todos os serventes do hospital, cujo serviço nocturno será feito, quando possível, em 2 quartos, conforme o horario estabelecido pelo Director.

Art. 350. Cabe ao servente de ronda nocturna percorrer as enfermarias e dependencias do pavilhão, não consentindo que nenhum doente perturbe o silencio ou o sono de seus camaradas, communicando, ao enfermeiro de dia ao pavilhão, qualquer occorrença, alteração de ordem ou agravação no estado dos doentes, etc.; deverá, outrossim, verificar si todos os doentes repousam e a causa por que qualquer delles deixe de dormir, para communicar ao enfermeiro de dia.

Paragrapho unico. Os serventes de ronda nocturna deverão fazer o serviço uniformizados e asseados, procurando evitar ruido, por parte delles proprios, bem como perturbação do silencio nas enfermarias.

Rancho

Art. 351. Os internos, enfermeiro-mór, enfermeiros, serventes e demais empregados, obrigados, pela natureza do serviço, a permanecer durante o dia no hospital, terão alimentação preparada no estabelecimento e igual á ração de praça de prel, sem direito, porém, a receber-a em dinheiro.

Paragrapho unico. Os casados, com excepção dos internos, que provarem este estado e a condição de residencia na proximidade do hospital, poderão ser desarranchados, recebendo, em dinheiro, no fim de mez, o valor da ração.

Art. 352. Os officiaes, quando em serviço de dia ou promptidão, terão direito, gratuitamente, a uma ração correspondente á dieta mais forte, com os respectivos extraordinarios; aos demais officiaes é permitido arranchar, mediante indemnização ao cofre do hospital das despesas com isso occasionadas.

Art. 353. Os empregados escalados para o serviço de dia ou plantão, que os impossibilita de se afastarem do hospital, serão alimentados, nos dias de serviço, por conta das economias do rancho, cabendo-lhes uma ração de praça.

Art. 354. Aos officiaes e enfermeiros é facultado melhorar, á sua custa, a tabella de generos para as refeições, sendo, pelo almoxarife, descontadas de seus vencimentos as quantias que tiverem de contribuir para tal fim, as quaes serão recolhidas ao cofre do Conselho.

Art. 355. As refeições dos officiaes, enfermeiros e empregados serão distribuídas ás horas marcadas em tabella de distribuição pelo Director.

Art. 356. O rancho dos enfermeiros será distribuído ao mesmo tempo que o dos empregados e serventes, porém em salas ou mesas separadas, conforme as installações do hospital.

Art. 357. Não se abonarão aos enfermeiros e empregados as rações atrasadas, que, por qualquer eventualidade, deixarem de ser fornecidas no devido tempo.

Art. 358. O medico de dia fiscalizará a qualidade e quantidade das rações distribuídas aos enfermeiros e empregados, examinando a amostra da refeição prompta.

Revistas diárias

Art. 359. Diariamente, haverá uma dos enfermeiros e empregados do hospital, que se effectuará ás 21 horas. A revista será passada pelo enfermeiro-mór que fará a chamada dos enfermeiros e empregados e lerá o boletim do hospital. O medico de dia assistirá á revista, dando as instrucções escriptas ao pessoal escalado para o serviço de ronda e vigilância das enfermarias. O pessoal é obrigado a comparecer á revista uniformizado e calçado. Depois da revista, o enfermeiro-mór communicará ao medico de dia as faltas verificadas, entregando-lhe os pernoites. Os enfermeiros e empregados licenciados para pernoitar fora do hospital serão nessa occasião apresentados ao medico de dia, afim de sahir. O medico de dia mencionará, na sua parte de serviço, o nome dos empregados e enfermeiros que não compareceram á revista.

Boletim do hospital

Art. 360. Nos hospitais, será, diariamente, publicado um boletim, assignado pelo director e contendo as suas determinações, de fôrça do serviço, resumo das ordens superiores que interessam ao hospital e movimento de entradas e saídas de doentes, tudo de accordo com analogas disposições referentes ao boletim nos corpos de tropa.

SERVÇOS GERAES

Admissão de doentes

Art. 361. Serão admittidos a tratamento nos hospitais militares:

- a) os officiaes e praças, em serviço activo no Exército e da Armada;
- b) os alumnos dos institutos militares de ensino e internos dos hospitais militares;
- c) os officiaes e praças das demais corporações militares ou militarizadas da Republica;
- d) os funcionarios e empregados civis do Ministerio da Guerra;
- e) os officiaes reformados do Exército e Armada, e os da Reserva;
- f) os funcionarios das demais ministerios.

§ 1.º Os militares do Exército activo baixarão aos hospitais pelas unidades, estabelecimentos ou repartições a que pertencerem.

§ 2.º Os officiaes da Reserva, os das corporações militares ou militarizadas e os funcionarios civis dos outros ministerios necessitam de prévia autorização do Ministerio da Guerra para baixarem aos hospitais.

§ 3.º Os officiaes reformados baixarão pelo Departamento do Pessoal da Guerra — na Capital Federal, e pelos quartéis generaes — nas regiões ou guarnições.

§ 4.º Os officiaes do Exército e Armada, em tratamento nos hospitais militares, estejam ou não em gozo de licença para tratamento de saúde, descontarão, para o hospital, a gratificação de seus postos; as praças, a etapa e gratificação, sendo os descontos pagos ao hospital pela Contabilidade da Guerra, ou, nos Estados, pelas Delegacias Fiscaes.

§ 5.º A indemnização do tratamento dos officiaes da Reserva, reformados de terra e mar, membros das corporações militares ou militarizadas e funcionarios civis do Ministerio da Guerra e demais ministerios será feita mediante uma tabella de diarias, organizada pela Directoria de Saude da Guerra e approvada pelo ministro, na qual se estabelecerão preços diferentes, conforme a categoria da enfermaria, em que o doente for tratado — de officiaes, sargentos, praças — conforme a natureza do tratamento medico ou cirurgico.

Recebimento de doentes

Art. 362. O recebimento de doentes nos hospitais militares obedecerá á seguinte norma:

a) o doente que baixar ao hospital, será recebido na portaria, onde se examinará a legalidade da baixa que o doente apresenta, extrahindo-se, ali, a respectiva papelota, na qual serão registradas as declarações de ordem tecnica ou administrativa relativas ao doente e contidas no documento da baixa, declarando-se, tambem, as quantias em dinheiro e outros valores entregues para serem guardadas, mediante recibo, pelo almoxarife;

b) o porteiro apprehenderá as armas, objectos de uso prohibido, petrechos de jogo, bebidas ou alimentos que o doente traga em seu poder, tudo declarando na papelota;

c) o doente será então levado a presença do medico de dia que lhe designará a enfermaria conforme o caso, prestando-lhe os cuidados medicos necessarios e marcando a dieta que será das mais fideias, salvo casos especiaes.

Depois será o doente internado na enfermaria de accordo com as prescrições do Regimento Interno dos Hospitais Militares.

Art. 363. Os doentes presos serão acompanhados pela escolta até á respectiva enfermaria onde serão recolhidos, em presença do commandante da guarda.

Art. 364. Nenhum doente será admittido a tratamento no hospital, sem a apresentação de documento legal de baixa, passado pelas autoridades competentes; só em casos graves, que necessitem intervenção immediata, poderá o medico de dia fazer baixar pelo hospital um doente que se apresenta sem a baixa, providenciando para que seja avinda a unidade a que pertencer, mencionando o facto e justificando-o na parte de serviço.

Alta dos doentes

Art. 365. A alta de doentes obedecerá, nos hospitais militares, ás seguintes disposições:

a) os doentes, em tratamento nos hospitais militares, terão alta pelos seguintes motivos: curado, a pedido, transferencia, incapacidade physica, fallecimento e evasão;

b) quanto o doente está em condições de ter alta, por um daquelles motivos, o medico da enfermaria assinará a respectiva papelota, declarando o motivo da alta e mencionando, tambem, as informações de ordem tecnica que se necessite levar ao conhecimento do medico da unidade a que pertencer o doente; igualmente, assignará e encerrará a respectiva observação clinica, registrada no livro competente, completando-a nessa occasião;

c) as papelotas dos que tiverem alta, devidamente legalizadas, serão logo levadas, pelos enfermeiros, para a portaria, por onde serão extrahidos os boletins de alta, sendo tudo enviado a secretaria, para a conferencia e assignatura do medico de dia;

d) o porteiro expedirá um aviso, por escripto, ás unidades, por intermedio das praças que acompanham doentes ou de dia ao hospital, na occasião em que forem buscadas altações, mencionando as praças que tiverem alta, para que as unidades providenciem a respeito;

e) as praças, cujas unidades não as possam mandar buscar no mesmo dia em que receberam o aviso da alta, só a terão no dia seguinte ao do aviso;

f) os sargentos com alta poderão sair do hospital, antes da ultima refeição, si o quizerem, desde que a alta já esteja processada, apresentando-se ao medico de dia;

g) os officiaes com alta irão á presença do medico de dia, para que este verifique as condições em que se acham e receba as reclamações ou allegações, que tenham a fazer.

Art. 366. O medico de dia poderá suspender qualquer alta, desde que verifique não estar ainda o doente curado ou quando sobrevier alguma intervenção entre o momento da alta e o da saída do hospital, communicando á unidade e mencionando o facto na parte de serviço.

Art. 367. Os militares em tratamento nos hospitais poderão continual-o em casa de suas familias, mediante licença concedida pelos commandantes de região ou autoridade competente, após inspecção de saúde pela Junta local, que arbitrará o prazo necessario.

§ 1.º A licença poderá ser requerida pelo doente ou pessoa da familia directamente interessada, sendo neste ultimo caso indispensavel uma declaração de consentimento do doente, quando tiver seu livre arbitrio.

§ 2.º Tais licenças só serão concedidas quando não se trate de doença contagiosa e mediante declaração escripta do doente ou parente interessado, attestando que foram informados pelo hospital dos inconvenientes ou perigos que esse medida poderá acarretar para o doente e assimem inteira.

responsabilidade das consequências, pelo que deverão provar que dispõem de recursos para realizar o respectivo tratamento fora do hospital.

§ 3.º O director do hospital adiará a saída do doente nos casos em que o transporte immediato poder acarretar perigo de vida.

§ 4.º Os doentes licenciados, para continuar o tratamento em casa de sua familia, não terão direito á assistencia medica militar gratuita.

Art. 368. Poderão ter alta a pedido: o official do Exército que, estando no gozo de licença para tratamento de saúde e tendo voluntariamente baixado ao hospital, deseje continuar o tratamento fora; os asilados, reformados, funcionarios ou empregados civis do Ministerio da Guerra, que tenham baixado voluntariamente, bem como os membros de corporações militares ou militarizadas e funcionarios dos demais ministerios.

Art. 369. As altas por transferencia serão dadas quando o doente necessitar de mudança de clima, uso de aguas ou banhos de mar, para seu tratamento, ou quando o hospital não dispuzer dos necessarios recursos, para certos tratamentos, o que motivará a transferencia dos doentes para um hospital de categoria superior; em qualquer dos casos referidos pelo presente artigo, haverá no hospital, uma conferencia medica, solicitando o director, da autoridade militar competente, a necessaria transferencia do doente.

§ 1.º A alta por transferencia importa em alta definitiva do hospital. Quando o doente terminar o tratamento no estabelecimento para onde foi transferido, terá alta directamente para a sua unidade, para o que o director providenciara junto da autoridade militar competente. Exceptuam-se os doentes que forem transferidos para hospitais civis de isolamento ou de alienados, os quaes, terminado o tratamento especial, voltarão ao hospital militar, afim de ter alta para o corpo.

§ 2.º A saída de doentes transferidos do hospital será individual ou colectiva, devendo sempre ser acompanhados por enfermeiro ou, na falta deste, por empregado com capacidade para desempenhar tal missão, levando a guia de transferencia, em sobrecarta fechada, a qual, no caso de haver mais de um doente com o mesmo destino, será uma unica para todos. Em caso de necessidade, além do enfermeiro, irão outros empregados do hospital.

§ 3.º A guia de transferencia deverá conter os nomes dos doentes, com os respectivos diagnosticos e indicações especiais sobre o estado de cada um, levando todos o seu boletim de alta conforme o modelo adoptado.

§ 4.º Com os doentes transferidos serão observadas todas as formalidades administrativas estabelecidas para os curados. Receberão na portaria as joias, valores ou dinheiro entregues e serão examinados pelo medico de dia, antes da saída. Daquelles, cujo estado mental ou de doença não permittir serem os portadores dos valores e dinheiro entregues, serão esses objectos conduzidos pelo enfermeiro, que os entregará na portaria do hospital de destino, tudo conforme os preceitos deste regulamento.

§ 5.º O enfermeiro, que acompanhar doentes com alta por transferencia, receberá, na occasião da partida, os medicamentos e peças de curativos, necessarios aos doentes e que lhes são abonados pelas enfermarias onde estiveram em tratamento. Si a viagem for de um só dia, os doentes receberão as dietas em espécie ou dinheiro e vencerão pelo hospital de onde sahiram; si o trajeto durar varios dias, todas as despesas são, ainda, a cargo do estabelecimento de partida.

§ 6.º Os doentes transferidos serão recebidos nos hospitais de destino, com as mesmas formalidades estabelecidas para os doentes entrados. O enfermeiro e empregados que acompanharem os doentes transferidos regressarão ao ponto de partida logo que terminem a missão, salvo ordem superior ou casos em que convenha aproveitar esse regresso para o acompanhamento de outros doentes para o primitivo hospital.

§ 7.º O enfermeiro comunicará, em um e em outro hospital, todas as occorrendias havidas durante a viagem, sendo responsabilizado pelas que dependerem de faltas suas. Em caso de evasão de algum doente, o enfermeiro fará comunicação urgente á autoridade militar mais proxima, quando possível, e aos hospitais de origem e destino do doente, para que o facto seja levado ao conhecimento do corpo a que o enfermo pertence.

§ 8.º O director do hospital avisará, com antecedencia, ao hospital de destino o dia e a hora da partida e o provavel da chegada, afim de que o segundo possa providenciar sobre o recebimento e accommodação dos doentes.

Art. 370. Quando o doente fallecer, terá alta por fallecimento, fazendo-se as competentes declarações no livro da enfermaria. O cadaver será removido para o necrotério, immediatamente, dando o porteiro sciencia ao secretario, para que

se providencie quanto ao destino a dar ao dinheiro ou outros valores ao morto pertencentes e que estejam sob a guarda do almoxarife ou forem encontrados em seu poder, e fazendo as necessarias communicações á unidade e á familia, si esta ultima providencia for possível.

Art. 371. A alta por incapacidade physica terá lugar quando o doente for julgado, em inspecção de saúde, incapaz para o serviço do Exército e estiver em condições de sahir do hospital, afim de ter baixa do serviço na unidade a que pertencer.

Paragrapho unico. O doente, julgado incapaz para o serviço do Exército, com declaração de não poder prover á sua subsistencia e que, allegando causa de serviço, tenha requerido asylo, só terá alta quando for despachado o requerimento, salvo si o seu estado permittir que possa aguardar a solução na unidade.

Serviço das enfermarias

Art. 372. O funcionamento do serviço das enfermarias será feito de accordo com as prescrições do Regimento Interno dos Hospitais Militares.

Posto Medico

Art. 373. Nos hospitais militares haverá um posto medico, destinado a attender, por meio de consultas e curativos, aos doentes externos e pessoas de suas familias legitimas.

Paragrapho unico. Os gabinetes de consultas das diversas especialidades clinicas serão installados em salas especiais, conforme os recursos do hospital.

Art. 374. Terão direito aos serviços do posto medico os militares de terra e mar, os funcionarios civis dos Ministerios da Guerra e da Marinha e as pessoas de suas familias.

Paragrapho unico. As pessoas de familia, com direito a esse serviço, são: esposa, filhas solteiras ou viúvas, filhos menores, mãe viúva ou solteira, irmãos menores e irmãs solteiras ou viúvas, parentes estes sustentados pelo official, funcionario ou praça.

Art. 375. O serviço do posto medico será feito sómente com os medicos do hospital e no proprio posto, sem prejuizo do serviço propriamente hospitalar.

Art. 376. No Hospital Central do Exército, o serviço do posto medico ficará reduzido aos casos urgentes, visto existir, na Capital Federal, a Policlínica Militar, destinada a tal serviço.

Gabinete de physiotherapia

Art. 377. Os serviços de physiotherapia abrangem os do photo-electro-mecano-hydrotherapia e radiologia.

Art. 378. De accordo com os recursos do hospital, cada uma dessas partes do gabinete de physiotherapia poderá constituir secção especial com installações proprias.

§ 1.º Os chefes do serviço e auxiliares technicos terão a seu cargo uma das secções, sendo designado o numero de serventes necessarios ao serviço.

§ 2.º No serviço de mechano-hydrotherapia, poderá ser admittida, no lugar de um servente, uma enfermeira com a mesma diaria, para attender ás senhoras.

Art. 379. O serviço de hydrotherapia e massagens do Hospital Central do Exército constituirá uma secção, que será entregue a especialista de reconhecida competencia.

Gabinete de odontologia

Art. 380. O serviço do gabinete odontologico será feito de accordo com as prescrições estabelecidas para o Posto Medico, no que lhe for applicavel, observando-se as instrucções para o serviço odontologico do Exército.

Art. 381. O gabinete odontologico destina-se ao tratamento dos doentes do hospital e attenderá ás pessoas estranhas que tiverem direito a esse serviço, em dias e horas especiais, marcadas no horario organizado pelo Director.

Art. 382. O tratamento dos doentes internados no hospital será feito fora das horas do serviço clinico das enfermarias e organizado de modo a que sejam attendidos com presteza no gabinete, afim de não prejudicar o tratamento na enfermaria.

Serviço medico-legal

Art. 383. O serviço medico-legal dos hospitais militares tem por fim a execução dos exames periciais medico-legaes militares.

Art. 384. A direcção do serviço ficará a cargo do chefe de clínica medica, a quem compete a designação dos peritos para os diversos exames periciaes, que serão presididos por elle.

Paragrapho unico. O serviço medico-legal do Hospital Central do Exercito ficará sob a direcção do professor da cadeira de medicina legal militar da Escola de Applicação do Serviço de Saude.

Art. 385. Os peritos para o exame de corpo de delicto sanidade, necropsias e outros serão designados entre os medicos do hospital, aproveitando-se a competencia especial de cada um, conforme a natureza da pericia.

Paragrapho unico. Os autos desses exames serão feitos de accordo com o formulario do regulamento processual criminal militar, podendo ser designado para escrivão um official de qualquer dos quadros do Corpo de Saude, em serviço no hospital.

Art. 386. Todo doente, que baixou ferido e não traga declaração official da casualidade do accidente, será submettido a exame de corpo de delicto, devendo, por isso, o medico de dia fazer immediatamente a descripção pormenorizada das lesões apresentadas e estado do ferido.

§ 1.º Será necropsiado todo cadaver entrado, que não traga declaração official da causa-mortis.

§ 2.º Todos os autos de corpo de delicto, exame de sanidade e necropsia serão enviados directamente ás respectivas unidades ou estabelecimentos.

Art. 387. O ferido, que antes de 30 dias estiver curado ou esgotar esse prazo sem o estar ainda, será submettido a exame de sanidade, em que, no segundo caso, se declarará a razão da demora da cura.

Art. 388. Os exames medico-legaes das lesões corporaes e as necropsias serão feitos, tanto quanto possível, segundo as instrucções especiaes respectivas.

Art. 389. As analyses chimicas periciaes serão praticadas na secção de chimica do serviço pharmaceutico do hospital.

Serviço pharmaceutico

Art. 390. O serviço pharmaceutico comprehenderá o da manipulação do receitauario das enfermarias do hospital e da guarnição militar, em cuja sede estiver localizado, e uma secção de chimica.

Paragrapho unico. A pharmacia do Hospital Central do Exercito só attenderá ao receitauario das enfermarias do mesmo hospital.

Art. 391. O receitaurio será aviado sómente com os medicamentos constantes da tabella approvada para o Exercito.

Paragrapho unico. Em casos de urgencia ou necessidade especial, o director do hospital poderá autorizar a compra de medicamentos não comprehendidos na tabella, por conta do Conselho Administrativo.

Art. 392. O receitaurio das enfermarias devera ser aviado e expedido com a maior brevidade possível, tendo preferencia sobre o da guarnição, salvo casos de extrema urgencia, devidamente provada.

Art. 393. Depois de aviado o receitaurio das enfermarias, o pharmaceutico de dia attenderá ao receitaurio extraordinario do hospital e, tambem, ao da guarnição.

Art. 394. De accordo com a legislação em vigor, é vedado aos pharmaceuticos militares, effectivos, ou adjuntos, bem como aos officiaes de pharmacia, quando diplomados, terem pharmacia sua ou por sua conta.

Art. 395. Annexa ao serviço pharmaceutico dos hospitales, haverá uma secção de chimica, para analyses de medicamentos, drogas, substancias alimentares, aguas potaveis, exames clinicos periciaes medico-legaes e analyses de chimica toxicologica e biologica.

§ 1.º Essas analyses serão registadas em livro proprio, consignando-se, para cada uma, o motivo do exame, resultados obtidos e conclusões formuladas.

§ 2.º Os exames, analyses, etc., serão praticados mediante ordem do director, sendo extrahidos boletins com os respectivos resultados, que serão enviados aos requisitantes.

§ 3.º As contas do receitaurio e das analyses indemnizaveis serão extrahidas, de accordo com os preços das facturas e tabellas em vigor e, depois de registadas em livro especial expedidas pelos caueos competentes para a conveniente indemnização.

Gabinete de pesquisas clinicas

Art. 396. Nos hospitales militares haverá um gabinete destinado ás pesquisas de bacteriologia clinica, necessarias á clu-

idação de diagnóstico e outros exames de microscopia, propedeutica e de laboratorio.

Paragrapho unico. O director designará um dos medicos do hospital para encarregado do gabinete, sem prejuizo de sua funcção.

Art. 397. No gabinete poderão ser feitos exames para os doentes militares não internados no hospital, mediante indemnização de accordo com a tabella approvada para o Laboratorio Militar de Bacteriologia.

Paragrapho unico. O producto dessas indemnizações será applicado na conservação e melhoramento do gabinete.

Art. 398. Haverá um livro proprio para o registo dos exames praticados, procedendo-se de modo analogo ao estabelecido para as analyses chimicas.

Art. 399. Nos hospitales militares de 1.ª e 2.ª classes, além do material necessario para o funcionamento do gabinete, haverá um laboratorio portatil de bacteriologia, acondicionado de modo a poder ser transportado rapidamente e funcionar em qualquer guarnição.

Art. 400. O laboratorio portatil será posto á disposição da Formação Sanitaria Divisionaria, por ordem do chefe do serviço de saude da região, quando a formação tiver de realizar serviços de prophylaxia em qualquer guarnição da região ou para acompanhá-la em expedições no interior do paiz.

Art. 401. O director do hospital designará o bacteriologista para acompanhar o laboratorio portatil.

Fornecimento de olhos, fundas herniarias, mulletas e aparelhos orthopedicos

Art. 402. O fornecimento de olhos, fundas herniarias, meias elasticas e outros objectos da mesma natureza só será feito gratuitamente para as praças do Exercito activo: para os demais doentes, esse fornecimento se fará mediante indemnização.

§ 1.º Aos militares do Exercito activo, em tratamento nos hospitales só serão fornecidas fundas herniarias quando houver uma contra-indicação transitoria, que impeça a intervenção cirurgica immediata.

§ 2.º Quando os militares soffrerem operações mutiladoras, motivadas por accidente ou doenças adquiridas em consequencia do serviço, lhes serão fornecidas gratuitamente mulletas e outros aparelhos orthopedicos, julgados indispensaveis para corrigir a mutilação e que sejam capazes de lhes permittir prover á sua subsistencia.

Art. 403. O fornecimento de olhos, fundas, meias elasticas, etc., será feito pelo hospital com autorização do director e por pedido do medico encarregado da enfermaria, providenciando-se sobre a descarga desses artigos.

§ 1.º O fornecimento de mulletas será feito pelo Depósito Central de Material Sanitario, mediante pedido do director do hospital e autorização do director de saude.

§ 2.º O fornecimento de aparelhos orthopedicos, para correção de mutilações, será feito pelo Depósito Central de Material Sanitario, mediante pedido da director do hospital ao director de saude e autorização do ministro.

§ 3.º No caso do doente ter direito ao fornecimento gratuito do aparelho, se deverá declarar no pedido não só esta circumstancia, mas tambem si será o unico capaz de corrigir a mutilação, de modo que o doente possa prover a sua subsistencia.

§ 4.º O fornecimento por indemnização será feito sómente para os militares e funcionarios do Ministerio da Guerra, sendo os descontos feitos em folha, de accordo com as disposições em vigor.

§ 5.º Os doentes, nas condições especificadas no art. 402 e seu § 2.º, só terão direito gratuitamente ao primeiro fornecimento de cada aparelho ou artigo, sendo as substituições por indemnização.

Conselho Administrativo

Art. 404. O Conselho Administrativo dos hospitales militares será composto e funcionará de accordo com as disposições de Regulamento de Administração dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares.

Secretario

Art. 405. A secretaria do hospital terá a seu cargo toda a escripturação do estabelecimento: o recebimento, preparo e expedição da correspondencia official do director, protocolo da correspondencia recebida e a da execução; escripturação das cadernetas dos officiaes do Corpo de S. de em serviço no hospital; registo de doentes e escriptura de assentamentos dos funcionarios e empregados do hospital.

confecção das relações de transferências e de inspecção dos doentes; conferencia e registro das altas; arquivo dos documentos pertencentes ao hospital e substituição dos demais; relação dos doentes, operações, etc.; trabalhos de estatísticas de todos os serviços; certidões, cópias, buscas, relações de serviços; relações de alterações dos officiaes em serviço no hospital; escripturação do boletim diario; bibliotheca.

Art. 406. Nos hospitais de 1.^a e 2.^a classes, o mais graduado dos auxiliares de escripta da secretaria desempenhará também as funções, especificadas neste regulamento, para o secretario.

Paraphrasis unico. Nos hospitais de 3.^a classe todo o serviço da secretaria ficará a cargo do auxiliar de escripta da secretaria.

Almoxarifado

Art. 407. O almoxarifado tem a seu cargo todo o serviço concernente á administração e economia do estabelecimento e á guarda e conservação de todo o material (roupa, utensilios, instrumental, etc.), pertencente ao hospital.

Art. 408. Todas as dependencias relativas a depositos de roupas e material, rouparia do fardamento, dispensa, cozinha e lavanderia ficarão sob a jurisdicção do almoxarifado.

Art. 409. O serviço será feito como preceitua este regulamento, nas attribuições de cada funcionario, devendo ficar no hospital, fóra das horas do serviço commum, um empregado para attender a qualquer necessidade urgente.

Art. 410. O almoxarifado tem também a seu cargo o serviço de contabilidade, comprehendendo: a confecção das folhas de pagamento dos officiaes, funcionarios e empregados do hospital; conferencia e desdobramento dos mappas diarios, geraes e parciaes; escripturação dos livros de carga e descarga do almoxarifado, arsenal cirurgico e demais gabinetes e serviços technicos e administrativos do hospital; escripturação dos livros de receita e despesa do Conselho Administrativo; confecção dos pret de indemnização pelo tratamento das praças; organização das contas de despesas com o tratamento dos officiaes doentes; conferencia e processo das contas do Conselho Administrativo; organização dos balanços mensaes e annual do Conselho Administrativo e confecção de todo e qualquer papel concernente ao serviço de contabilidade.

Art. 411. O serviço de lavagem das roupas será feito pela lavanderia mecanica, quando existir, ou por contracto.

Paraphrasis unico. Na lavanderia mecanica poderão ser lavadas roupas de outras corporações militares, mediante autorização da autoridade militar competente e indemnização pecuniaria de accordo com a tabella organizada pelo director.

Art. 412. O serviço de preparação das dietas poderá ser feito por contracto com particular, desde que haja conveniência para o hospital e possa ser exercida a mais completa fiscalização, não só sobre a qualidade dos generos alimenticios empregados, como sobre a confecção das dietas e serviços respectivos.

Portaria

Art. 413. A portaria comprehende os serviços de entrada e sahida dos doentes, empregados, visitantes, etc. e a policia do portão.

Art. 414. As prescripções relativas ás formalidades a preencher com as baixas e altas dos doentes já foram descriptas em outro capitulo, devendo a portaria fiscalizar a entrada e sahida dos empregados e pessoas estranhas, tendo em consideração que:

a) nenhum funcionario civil, empregado ou doente em tratamento poderá sair do hospital sem licença escripta do director e permissão do medico de dia, quem cabe fiscalizar a hora da entrada e da sahida, de accordo com a licença;

b) os empregados que não estiverem escalados para o serviço diario não poderão sair depois da terminação do serviço ordinario e, também, mediante licença do director;

c) nenhuma pessoa estranha poderá dirigir-se a qualquer dependencia do hospital, sem licença do medico de dia.

Art. 415. A portaria não poderá prestar informações sobre o estado dos doentes ou sobre o serviço privado do hospital a nenhuma pessoa estranha, salvo por ordem do medico de dia ou dos clinicos das enfermarias.

Art. 416. A portaria velará para que os funcionarios, enfermeiros e empregados do hospital não introduzam clandestinamente comestiveis, bebidas, medicamentos e outros objectos de uso prohibido aos doentes, assim como exercer vigilancia sobre todas as pessoas que saírem, de

modo a evitar que sejam retirados alimentos ou qualquer material pertencentes ao hospital.

Paraphrasis unico. Qualquer irregularidade neste sentido será levada ao conhecimento do medico de dia.

Art. 417. Quando, em um hospital, houver varias portas de entrada, uma unica ficará aberta e destinada a portaria, afim de se tornar mais facil, ao porteiro, a fiscalização.

Policia e vigilancia do serviço

Art. 418. Os doentes em tratamento nos hospitais militares ficam sujeitos á autoridade immediata do director, que tem sobre elles e sobre todo o pessoal, em serviço no estabelecimento, as attribuições disciplinares do commandante do corpo.

Art. 419. Todos os funcionarios e empregados civis dos hospitais ficam sujeitos á disciplina militar, sendo as suas faltas punidas de accordo com o regulamento disciplinar para o Exército.

Prescripções dos clinicos das enfermarias, não só quanto ao tratamento, como também quanto á boa ordem do estabelecimento; qualquer queixa que tenham contra os enfermeiros ou serventes deverão ser formuladas ao medico chefe da enfermaria.

Art. 421. Aos doentes é prohibida a entrada na cozinha, despensa, pharmacia, rouparia e outras dependencias accessorias e, bem assim, nas enfermarias em que não estejam internados.

Paraphrasis unico. A ida dos doentes aos serviços das clinicas especiaes será regulada, em horario, pelo director, de modo a evitar agglomeração e demora de doentes fóra de suas enfermarias.

Art. 422. Os doentes, que commetterem transgressões disciplinares e outras relativas ao serviço da enfermaria e do hospital, especificadas neste regulamento, serão passiveis de penas, applicadas pelo chefe da enfermaria, medico de dia ou director, conforme a respectiva competencia, de accordo com o regulamento disciplinar, devendo sempre ser levado em conta o estado do doente.

§ 1.^o Haverá um xadrez para a prisão de doentes e, como castigo, poderá ser prescripta também dieta mais fraca, mencionando-se na papelleta, a razão de tal procedimento.

§ 2.^o Todos os castigos applicados serão levados ao conhecimento do director.

§ 3.^o Por occasião da alta, o hospital communicará aos corpos ou estabelecimentos, a que pertencerem os doentes, o mau comportamento e as faltas daquelles que, devido a seu estado, não foram castigados no hospital, afim de o serem nas unidades; aos que foram castigados, acompanhará uma communicação da falta e punição soffrida, para que tal alteração conste dos respectivos assentamentos.

§ 4.^o O director communicará, pelos canaes competentes, aos commandantes de região ou chefes de repartição, a que estejam subordinados, as faltas dos officiaes de graduacção maior que a sua, quando em tratamento no hospital.

Art. 423. Os doentes das enfermarias são individualmente responsaveis por estragos que fizerem voluntariamente nas installações ou material do hospital; serão collectivamente responsaveis por qualquer damno causado, quando os autores não puderem ser descobertos.

Paraphrasis unico. Além das punições disciplinares, os doentes responsaveis por estragos ficam sujeitos á indemnização feita em folha, de accordo com as ordens em vigor e o prejuizo causado.

Art. 424. No corpo da guarda, haverá um xadrez para a prisão de empregados do hospital.

Evasão de doentes

Art. 425. Quando um doente se evadir do hospital, o medico de dia communicará o facto immediatamente ao director e á unidade ou estabelecimento a que pertença o doente; o director dará conhecimento do occorrença á autoridade militar a que estiver o hospital subordinado, por intermedio do seu chefe tecnico.

Art. 426. Immediatamente, será aberto um inquerito no hospital, para apurar os responsaveis pela fuga, os objectos, roupas, etc., pertencentes ao hospital, á unidade ou estabelecimento, que o doente tenha levado ou deixado, e todas as circunstancias que cercaram o facto; o inquerito será remetido á autoridade militar competente, por via hierarchica, providenciando o director, acerca dos responsaveis do hospital.

Art. 427. No caso de extravio de roupas e objectos pertencentes ao hospital, o leve os pelo exilido, o director mandará fazer as respectivas descargas, conforme as disposições

em vigor, os objectos pertencentes á unidade ou estabelecimento, deixados pelo evadido, serão arrolados e remetidos ao commandante ou chefe respectivo; os objectos em valores pertencentes ao evadido, serão também arrolados e enviados á unidade ou estabelecimento, a que pertencer.

Doentes presos

Art. 428. Haverá em todos os hospitais uma enfermaria para os militares presos, disposta com todas as precauções de segurança (janelas guardadas de grades de ferro, etc.) e de modo que não se prejudiquem as necessárias condições de hygiene.

Art. 429. Nesta enfermaria, serão tratados os presos, excluídos militares sentenciados, militares por sentenciar e os presos preventivamente.

Paragrapho unico. Os presos disciplinares serão tratados nas enfermarias comuns visto não ser contado, para o cumprimento da punição, o tempo que passam no hospital.

Art. 430. A enfermaria dos presos será guardada pelas sentinelas necessarias.

Art. 431. Quando o hospital não dispuzer de dependências especiaes para tratamento de officiaes e sargentos presos, elles serão tratados nas respectivas enfermarias, com sentinella á vista.

Art. 432. Os doentes presos não poderão ter comunicação com os outros doentes; não terão direito a passeios no pátio do hospital, nem a receber visitas.

Art. 433. Os doentes presos, que, para necessidade de tratamento em gabinetes, houverem de sair da enfermaria, serão escoltados por praças da guarda e, nas saídas do hospital em serviço de justiça ou outro qualquer motivo, por praças requisitadas á unidade a que pertencerem.

Paragrapho unico. Quando os presos forem officiaes ou sargentos, requisitar-se-hão officiaes e sargentos para acompanhá-los.

Art. 434. Quando os doentes presos estiverem em condições de alta, o hospital mandará, de vespera, um aviso á unidade a que pertencerem, afim de ser enviada a escolta que os deverá acompanhar.

Art. 435. Nos casos de evasão de presos em tratamento no hospital, serão feitas as necessarias comunicações, procedendo-se de accordo com a parte deste regulamento, que versa sobre «Evasão de doentes».

Art. 436. Os militares presos, atingidos por algum motivo de incapacidade permanente para o serviço activo do Exército, serão submettidos ás mesmas formalidades ordinarias, tendo alta do hospital quando o seu estado o permittir.

Guarda militar do hospital

Art. 437. Nos hospitais militares, haverá uma guarda militar, constituída, conforme a categoria do hospital, com o numero de praças fixado pelo commandante da Região a que pertencer o estabelecimento.

§ 1.º Os serviços geraes da guarda serão executados de accordo com as disposições em vigor, ficando o commandante da guarda subordinado ao medico de dia, que fiscalizará o serviço.

§ 2.º Serão affixados no corpo da guarda quadros contendo as disposições sobre o serviço das guardas, e outras especiaes sobre as particularidades do serviço de vigilancia interna do hospital, principalmente as referentes aos doentes presos.

Obitos

Art. 438. Um doente, em seus ultimos momentos de vida, não será deixado só, devendo o pessoal em serviço na enfermaria, cercal-o dos mais caridosos cuidados.

Art. 439. Quando um doente estiver em perigo de vida, o hospital comunicará á unidade respectiva e á familia, sempre que esta ultima providencia for possível.

Art. 440. Aos doentes, em tratamento no hospital, devem ser facilitados os meios de testar, quando manifestem tal desejo, para o que serão tomadas as providencias locais, de accordo com o Código Civil.

Art. 441. Logo após a morte, o enfermeiro, tendo providenciado sobre as comunicações ao medico de dia e ao porteiro, amortalhará o cadaver, que será removido, o mais depressa possível, para o necrotério, após a verificação do obito pelo medico de dia.

Art. 442. Os attestados de obitos serão passados pelo medico de dia, de accordo com o modelo impresso do Departamento de Saúde Publica, na Capital Federal, e com o mo-

delo adoptado, nos Estados; em seguida será inventariado o espolio, como manda a lei.

Art. 443. O hospital providenciara para que seja feita metida ao Chefe do Serviço de Saúde da Região uma certidão do registro de obito dos doentes que venham a fallecer.

Art. 444. O medico da enfermaria, ao lançar, no livro das observações, a alta por fallecimento, deverá encerrar a respectiva observação clinica, declarando, ali e na papelleta, os casos de morte em consequencia de ferimentos recebidos no campo de batalha ou em serviço.

Art. 445. As praças, que fallecerem nos hospitais, deverão ser sepultadas com o uniforme apropriado que em vida lhes pertencia.

Art. 446. A portaria providenciara para o enterramento, de accordo com o contracto que existir entre o Governo e as empresas funerarias locais, devendo elle effectuar-se dentro do quantitativo a que o militar tiver direito, recebendo o hospital esse quantitativo da respectiva repartição pagadora ou remetendo-lhe as contas.

Art. 447. As honras fúnebres serão prestadas de accordo com o posto do militar fallecido, sendo as das praças prestadas pela guarda do estabelecimento, segundo a tabela de contingencias.

Art. 448. Quando as familias dos militares fallecidos não hospital desejarem melhorar a classe do enterro, deverão communicar em tempo essa resolução, correndo por conta delias a differença das despesas.

Art. 449. Deve-se evitar, tanto quanto possível, que as cerimoniaes dos funeraes possam ser presenciadas pelos doentes em tratamento no hospital, para o que o necrotério deve ser em lugar afastado, não sendo permittido ás bandas de musica tocarem no recinto do estabelecimento.

Art. 450. Os cadaveres dos militares, depositados no necrotério, poderão ser velados pelos parentes e acompanhados, com autorização do medico de dia.

Art. 451. Os militares mortos fora do hospital, seja em consequencia de morte natural, seja por morte violenta ou de causa desconhecida, poderão ser depositados no necrotério do hospital, de onde sahirá o enterro, depois de completados os exames cadavericos e formalidades legais, de cada caso particular.

Paragrapho unico. Os militares mortos em suas residencias não serão transportados para os necrotérios dos hospitais, einão quando houver necessidade de necropsia.

Isolamento e desinfecção

Art. 452. Haverá em cada hospital uma enfermaria de isolamento, destinada á observação de casos suspeitos de doenças infecto-contagiosas.

Paragrapho unico. A enfermaria será installada em dependencia isolada do hospital.

Art. 453. Confirmado o caso como positivo, será o doente transferido para o Hospital de Isolamento que existir na guarnição, seja militar ou civil.

Paragrapho unico. Si o hospital de isolamento for civil, o doente deverá regressar ao hospital militar quando tiver alta daquelle, afim de seguir para seu destino; si for militar, o doente que tiver alta seguirá directamente dali para a sua unidade.

Art. 454. Os enfermeiros e serventes em serviço nas enfermarias de isolamento não poderão estar em contacto com os demais doentes, nem penetrar nas outras dependencias do hospital.

Art. 455. As roupas dos doentes suspeitos ou confirmados de doenças contagiosas serão immediatamente desinfectadas, antes de recolhidas á arrecadação geral da rouparia.

Art. 456. Os hospitais militares disporão de estufas eapparelhos de desinfecção para as roupas, colchões e camas e expurgo das enfermarias.

Art. 457. Os hospitais de 1.ª e 2.ª classes terão tambem estufas, pulverizadoras, locomoveis e material de desinfecção portatil para o serviço de desinfecção e expurgo de qualquer guarnição da região, quando necessario.

Paragrapho unico. Esse material será posto á disposição da formação sanitaria divisionaria para conveniente applicação nas guarnições, por ordem do chefe do Serviço de Saúde da Região.

Disposições gerais

Art. 458. Os casos omissos neste Regulamento serão regulados pelas disposições analogas dos regulamentos geraes do Exército, no que lhes forem adaptaveis.

Art. 459. Nos hospitais militares haverá cursos para a allucção dos enfermeiros e padroteiros hospitalares, sendo os

Instrumentos designados pelo director dentro os medicos do hospital.

Paragrapho unico. O funcionamento dos cursos e os programmes de instrucção serão regulados por instrucções da Directoria de Saude da Guerra.

Art. 460. A escripturação nos hospitais militares será feita de accordo com os modelos e instrucções estabelecidos do Regimento Interno dos Hospitais.

Art. 461. A assignatura do livro do ponto será obrigatoria somente para funcionarios e empregados civis.

Disposições transitórias

Art. 462. Os actuaes funcionarios e empregados civis dos hospitais militares serão conservados em seus cargos e mantidos os direitos que lhes são conferidos por lei, sendo-lhes applicadas as disposições relativas aos funcionarios da Secretaria da Guerra, quanto a promoções, destituições, licenças, etc.

Art. 463. Os actuaes funcionarios do Hospital Central do Exército continuarão a usar, quando em serviço interno, os mesmos uniformes com os distintivos e gradações de postos já estabelecidos.

Art. 464. Fica extinto o lugar de massagista do Hospital Central do Exército, passando o actual massagista a exercer as funções de tecnico especialista de hydrotherapia e massagens.

Paragrapho unico. Uma vez vago, o lugar de tecnico especialista de hydrotherapia e massagens será preenchido por medico militar.

Art. 465. Na secretaria do Hospital Central do Exército, ficam extintas as secções de expediente e de contabilidade; os serviços da primeira ficarão sob a acção directa do secretario e os da segunda a cargo do almoxarife.

CAPITULO VIII

ESTACÃO DE ASSISTENCIA E PROPHYLAXIA

Art. 466. A Estação de Assistencia e Prophylaxia funcionará na Capital Federal, subordinada directamente á Directoria de Saude da Guerra e terá seus serviços divididos em tres secções principaes:

- a) secção de posto medico;
- b) secção de policlinica;
- c) secção de prophylaxia.

Art. 467. O director será official superior medico, competindo-lhe as seguintes attribuições:

- 1º gerir tecnica e administrativamente os differentes serviços que constituem a Estação de Assistencia e Prophylaxia;
- 2º fiscalizar o funcionamento dos diversos serviços, de modo que se façam com a maior regularidade e de accordo com o regulamento respectivo;
- 3º organizar o horario para as consultas da Policlínica, escalas de serviço para o Posto Medico, e bem assim a distribuição do pessoal subalterno;
- 4º submeter ao director de Saude da Guerra os actos da administração que necessitem da sancção dessa autoridade, e todos os factos que, por sua importancia, devam ser levados ao conhecimento da mesma;
- 5º, ter sob sua responsabilidade todo o material pertencente á estação;
- 6º, remetter mensalmente ao director de Saude um mappa com a estatística dos serviços da estação, e outras informações que julgue necessarias sobre o pessoal;
- 7º, propor ao director de Saude da Guerra a nomeação dos profissionais necessarios ao serviço da estação, assim como a sua substituição, quando se fizer preciso;
- 8º, propor ao director de Saude da Guerra a nomeação do pessoal subalterno.

SECÇÃO DO POSTO MEDICO

Art. 468. O Posto Medico é a secção da Estação de Assistencia e Prophylaxia que corresponde ao serviço de assistencia de urgencia e prompto soccorro aos officiaes e praças do Exército.

Art. 469. Deverá funcionar em local da estação, que lhe seja exclusivamente affecto, e onde haja dependencias para o gabinete do medico, sala de operações, vestiario, dormitorio, gabinete sanitario e quarto do empregado de dia.

Art. 470. O serviço do Posto Medico será feito sem interrupção, por medicos especialmente designados.

Paragrapho unico. Para isso haverá duas secções de plantão, diurno e nocturno, ás quaes concorrerão os medicos que servem no posto.

Art. 471. Durante o plantão, o medico só se afastará do posto, a chamado e com a respectiva viatura, á qual deverá sempre acompanhar, mesmo que se trate de simples transporte de enfermo.

Paragrapho unico. Sendo necessaria uma intervenção chirurgica de urgencia o medico transportará o doente ao posto ou ao hospital, conforme lhe parecer mais indicado.

Art. 472. Aos doentes, que vierem se medicar no posto, será dada baixa extraordinaria, no caso de ser constatada pelo medico de plantão molestia comprovada que o impossibilite de dirigir-se ao seu corpo ou repartição, afim de receber a respectiva baixa.

Paragrapho unico. Exceptuam-se, apenas, do dispositivo deste artigo os officiaes em transitio ou outros que não se achem addidos a qualquer corpo ou estabelecimento da guarnição.

Art. 473. O medico de plantão deixará sempre consignadas no respectivo livro de partes as occurrencias que se derem durante o serviço, designando, quando se tratar do soccorro medico, os nomes dos individuos assistidos, natureza da assistencia e material utilizado e empregado.

Paragrapho unico. Sempre que se verificar qualquer occorrença extraordinaria, tecnica ou disciplinar, o medico de serviço dará immediatamente sciencia do facto ao director.

Art. 474. Os casos de molestias contagiosas serão transportados em viatura especial, exclusivamente destinada a esse fim, e, na falta desta, pelo Departamento Nacional de Saude Publica ao qual deverá ser requisitada a remoção.

§ 1.º Os casos de doenças infecciosas e infecto-contagiosas serão removidos directamente para o Hospital de Isolamento.

§ 2.º Sempre que for attendido qualquer pedido de remoção de casos de doenças contagiosas ou suspeitas, deverá o medico fazer desinfectar, no regresso, a respectiva viatura.

Art. 475. O medico de plantão, só deixará o serviço depois da chegada do seu substituto, a quem transmittirá qualquer ordem ou determinação a cumprir.

Paragrapho unico. Ao assumir o serviço, o medico deverá examinar a caixa de prompto soccorro, providenciando no sentido de achar-se a mesma nas condições de aparelhamento indispensaveis para o fim a que se destina.

Art. 476. Na secção do Posto Medico, haverá para os demais serviços que lhe são correlatos, um mecanico e dous motoristas, além dos serventes e enfermeiros da estação que farão por escala o serviço da secção.

SECÇÃO DE POLICLINICA

Art. 477. A Policlínica tem por fim proporcionar aos officiaes, praças do Exército, empregados civis do Ministerio da Guerra e respectivas familias, serviços de consultas nas diversas especialidades medicas e chirurgicas.

Art. 478. A Policlínica funcionará em dependencias da estação apropriadas aos seus fins, com as installações necessarias e o aparelhamento indispensavel.

DOS SERVIÇOS CLINICOS

Art. 479. Os serviços clinicos da Policlínica serão assim distribuidos:

- a) Clinica medica;
- b) Cirurgia geral;
- c) Vias urinaes;
- d) Oto-rhino-laryngo-ophthalmologia;
- e) Physiotherapia;
- f) Odontologia.

§ 1.º Poderão ser creados novos serviços de especialidades, desde que a pratica demonstre a necessidade.

§ 2.º Os serviços medicos e chirurgicos serão somente de consultas, operações e curativos feitos na policlínica, não havendo serviço externo domiciliario correlato.

§ 3.º Cada serviço funcionará em sala independente e devidamente adaptada, não podendo ser inferior a duas horas o tempo do seu funcionamento.

Art. 480. Os serviços da policlínica funcionarão diariamente, excepto aos domingos e feriados, e obedecerão a tabela e horario organizados pelo director.

Art. 481. Haverá em cada serviço um livro para matricula dos doentes e registo das observações clinicas, assim como mappas mensaes para a estatística.

Art. 482. As pessoas de família de que trata o art. 477 são as seguintes: esposa, filhas solteiras ou viúvas, filhos menores, mãe viúva ou solteira, irmãos menores e irmãs solteiras ou viúvas, mantidas pelo official, funcionario ou praça.

Paraphrasso unico. Igual exigencia será feita aos empregados diarisats, serventes e operarios do Ministerio da Guerra, devendo o attestado ser passado pelo chefe da respectiva repartição.

Art. 481. As consultas dos diversos serviços serão feitas por meio de cartões distribuidos na portaria, pela ordem, uma hora antes do inicio, exceptuando-se apenas os casos urgentes que serão immediatamente attendidos pelos respectivos profissionais.

DOS ENCARREGADOS DOS GABINETES

Art. 485. Os encarregados dos gabinetes serão tantos quantos forem os serviços em funcionamento, devendo sempre o director ser encarregado de um delles.

Paraphrasso unico. O numero de dentistas não será inferior a tres, assim como o tempo de serviço será no minimo de tres horas.

Art. 486. Aos encarregados dos gabinetes incumbem:

1) Comparecer diariamente á polyclinica e permanecer durante as horas marcadas no gabinete, tenha ou não consultantes.

2. ter sob sua responsabilidade a carga de todo o material do gabinete;

3. manter a ordem, disciplina e hygiene do gabinete a seu cargo, zelando pela conservação do respectivo material;

4. effectuar a matricula dos doentes que se apresentem á consulta e registrar minuciosamente a observação clinica dos mesmos nos livros destinados a este fim;

5. registrar diariamente o movimento do gabinete; organizar e remetter ao director a estatistica mensal dos mesmos;

6. fiscalizar, o director, aos serviços da Polyclinica, dos doentes que se apresentem á consulta, solicitando providencias ao director sobre qualquer duvida nesse sentido;

7. solicitar, por escrito e com justificação, ao director, a substituição do material deteriorado em serviço ou aquisição de outro qualquer que seja preciso para a regularidade dos trabalhos a seu cargo;

8. executar os serviços extraordinarios e urgentes ordenados pelo director.

Art. 487. Na secção haverá enfermeiros e serventes para os diversos serviços dos gabinetes.

Secção de prophylaxia

Art. 488. A Secção de Prophylaxia tem por fim proceder á desinfecção e expurgo nos quartéis e estabelecimentos militares.

Art. 489. As requisições para esse serviço deverão ser feitas por escripto pelos commandantes, directores ou medicos dos respectivos corpos e estabelecimentos.

Art. 490. Afin de proceder ao serviço de desinfecção ou expurgo requisitado, o director ou pessoa por elle designada indicará aos respectivos chefes medidas preliminares, em relação ao pessoal, mobiliario e demais material do local a desinfectar, afin de o serviço não soffrer nenhum embaraço nem haver responsabilidade para o pessoal que o fór executar.

Art. 491. Para esse serviço haverá um machinista e tres desinfectadores.

Disposição transitoria

Art. 492. O serviço de clinica homœopathica existirá enquanto permanecerem no quadro de medicos adjuntos os homœopaths contractados para esse fim.

CAPITULO IX

DEPOSITOS DE MATERIAL SANITARIO

Dos depositos e seus fins

Art. 493. Os depositos de material sanitario tem por fim assegurar, a todos os serviços de saude do Exército, o fornecimento do material necessario ao seu funcionamento, tanto no tempo de paz, como no de guerra.

Art. 494. Haverá um Deposito Central na Capital Federal e depositos regionaes nas 2.^a, 3.^a e 4.^a regiões e 1.^a e 2.^a circumscripções militares.

Art. 495. O Deposito Central abastecerá directamente os outros depositos e as 1.^a, 5.^a, 6.^a e 7.^a regiões militares; os depositos regionaes, ás respectivas regiões e circumscripções.

Deposito Central

Art. 496. O Deposito Central terá duas divisões técnicas, secretaria, portaria, secção de recebimento e expedição e secção de officinas de reparação.

Art. 497. As duas divisões são:

1.^a, do material sanitario de paz;

2.^a, do material sanitario de campanha, inclusive medicamentos.

Art. 498. A secção de recebimento e expedição do material é incumbida de receber todo material entrado para o deposito, dispôr-o para o necessario exame pela commissão respectiva e entregal-o depois á divisão a que é destinado; receber das divisões o material que deve ser fornecido aos diversos serviços ou estabelecimentos e preparar o acondicionamento afin de ser expedido aos seus destinos.

Art. 499. A secção de officinas de reparações é destinada não só á reparação e concertos do material, instrumental e viaturas em deposito, como do distribuido aos diversos serviços de saude.

Art. 500. O Deposito Central é subordinado directamente á Directoria de Saude da Guerra e os depositos regionaes, aos respectivos commandantes de regiões e circumscripções militares, por intermedio dos chefes do serviço de saude, sendo os fornecimentos fiscalizados de modo geral pelos inspectores permanentes.

Art. 501. Os depositos serão inspecionados em épocas indeterminadas pelos inspectores permanentes. Nessas inspecções será julgado o estado de conservação de todo o material existente e examinada a respectiva escripturação.

Pessoal, nomeações e substituições

Art. 502. O Deposito Central do Material Sanitario terá o seguinte pessoal:

1 director, coronel ou tenente-coronel medico;

1.^a Divisão

1 chefe, major medico;

1 adjunto, capitão ou tenente medico;

2.^a Divisão

1 chefe, major medico;

1 adjunto, capitão ou tenente pharmaceutico;

1 almoxarife, capitão contador;

2 adjuntos, primeiros ou segundos tenentes contadores;

1 secretario, official de administração;

10 sargentos auxiliares de escripta;

2 guardas de divisão;

1 porteiro;

1 ajudante de porteiro;

1 continuo;

10 serventes;

Pessoal das officinas

1 carpinteiro;

1 mecanico;

1 cutileiro;

1 segeiro;

1 correiro;

4 encaixotadores;

1 motorista;

1 ajudante de motorista.

Art. 503. O director, chefes de divisão e adjuntos serão officiaes effectivos dos respectivos quadros do Corpo de Saude, nomeados por portaria do ministro, mediante proposta do director de Saude.

Art. 504. O porteiro, ajudante de porteiro, guardas de deposito, mecanico, motorista e ajudante de motorista, continuo, serão nomeados pelo ministro, mediante proposta do director do deposito por intermedio do director de Saude.

Art. 505. Os officiaes contadores e de administração e os sargentos auxiliares de escripta, serão nomeados pelas autoridades competentes.

Art. 506. Os demais empregados serão nomeados pelo director do deposito.

Art. 507. O director será substituído nos seus impedimentos pelo chefe de divisão mais antigo; o chefe de divisão pelo seu adjunto.
As demais substituições serão ordenadas pelo director, tendo em vista a boa marcha do serviço.

ATRIBUIÇÕES E DEVERES DO PESSOAL

Do director

Art. 508. Ao director competem todas as atribuições administrativas e disciplinares de commandante do corpo de tropa e mais as seguintes:

1. Manter o depósito provido de todo o material necessário, requisitando para tal fim as providências indispensáveis;
2. Satisfazer, quando perfeitamente legalizados, os pedidos comuns ou extraordinários de material;
3. Propôr à Directoria de Saúde da Guerra as medidas que entender para melhoramento do serviço, mudança de tipos ou modelos adoptados no material sanitario, de accordo com os progressos da sciencia e industria;
4. Organizar modelos para a escripturação, simplificando-a tanto quanto possível, sem prejuizo da clareza e fidejussão;
5. apresentar annualmente, até 15 de janeiro, ao director de Saúde um relatório dos serviços do depósito, no qual propôr de accordo com os seus estudos e observações, as medidas que julgar convenientes para adopção no Exercito, no sentido de aperfeiçoar o mais possível esses serviços e tudo quanto se refere à constituição e mobilização do material sanitario.

Art. 509. O chefe de divisão mais antigo exercerá as funções de fiscal.

Do chefes de divisão

Art. 510. Aos chefes de divisão compete:

1. dirigir os serviços affectos ás respectivas divisões, coordenando as medidas geraes, de modo a manter a unidade de vista e de principios na execução, de accordo com a orientação do director, e assegurar o funcionamento da divisão por processos facéis, rapidos e economicos;
2. examinar e instruir com os necessários documentos e informações todo os assumptos e negocios da sua competencia e que devam subir a despacho do director e autoridades superiores;
3. organizar de accordo com o que for estabelecido pela Directoria de Saúde a nomenclatura do material respectivo, com designação das unidades em que devam ser expressos, padrões, modelos e tipos a adoptar, fazendo periodicamente a revisão e alteração conveniente, afim de com ella preparar tabeas de artigos para as aquisições e fornecimentos;
4. velar pela boa arrumação e acondicionamento do material de modo a facilitar a rapidez da expedição e do balanço de accordo com o almoxarife;
5. informar nos pedidos de fornecimento quaes os artigos que existem no depósito da respectiva divisão e podem ser immediatamente fornecidos;
6. providenciar para que não haja demora nas informações dos pedidos e fornecimentos do material, que deve ser expedidos;
7. assignar as notas de remessa do material, para expedição;
8. verificar constantemente o estado do material em depósito, entendendo-se com o almoxarife, por intermedio do director, sobre a melhor arrumação e acondicionamento especial dos diversos artigos;
9. colligir os dados estatísticos referentes aos serviços de suas divisões e apresentá-los até 5 de janeiro ao director do depósito para o relatório annual;
10. attender aos pedidos legalizados, depois de visados pelo director;
11. dar conhecimento ao director das necessidades e occorrendas do serviço, propondo-lhe as medidas que julgar convenientes.

Do adjuntos de divisão

Art. 511. Os adjuntos de divisão compete:

1. auxiliar os respectivos chefes nas suas attribuições, executando os serviços que lhes forem determinados.

Do almoxarife

Art. 512. O almoxarife tem a seu cargo a guarda, conservação, reparação e escripturação de todo o material do Depósito.

Paragrapho unico. Os adjuntos o auxiliam em suas obrigações, compartilhando das mesmas responsabilidades sobre o material.

Art. 513. Além das attribuições geraes do official almoxarife dos corpos de tropa, tem mais as seguintes:

1. manter em dia a escripturação de todo o material, afim de conhecer com precisão e promptamente o estado das provisões dos depósitos das divisões;
2. regular o emprego das verbas destinadas ao material das divisões, discriminando-as;
3. manter a ordem e o assio nos depósitos, fazendo arrumar e acondicionar os artigos segundo as instruções dos chefes das divisões;
4. providenciar sobre o acondicionamento e expedição do material, de accordo com a nota de remessa enviada pelas divisões;
5. archivar na devida ordem e com discriminação clara e precisa todos os documentos relativos aos depósitos das divisões;
6. propôr as medidas que lhe parecerem convenientes ao melhor andamento do serviço a seu cargo, tendo em vista sobretudo os interesses da Fazenda Nacional;
7. receber todos os pedidos de compras feitos pelas diversas divisões do Depósito e despachados pelo director, distribuindo-os pelos fornecedores do estabelecimento, de accordo com a designação dos respectivos contractos ou resolução superior;

8. informar os pedidos que não forem objecto de contracto, indicando os menores preços, que tiver obtido no mercado para a respectiva compra;

9. escripturar em livro proprio o preço de cada artigo adquirido por compra e o nome do vendedor;

10. receber do director todas as facturas e mais documentos relativos ao fornecimento procedente de compras, por conta do Depósito, nas praças estrangeiras, submettendo-as a despacho na Alfandega e entregar com a maior brevidade os respectivos volumes na secção de recebimento e expedição;

11. preparar a nota para o embarque do material a expedir para fora do Districto Federal, apresentando-a ao director para o devido despacho;

12. fazer as requisições, que se tornarem precisas, para estradas de ferro ou companhias de navegação, que tenham de effectuar o transporte, assignando-as e apresentando-as á rubrica do director, e organizando em seguida os despachos respectivos;

13. preparar e submeter ao director todo o expediente e correspondencia relativos á expedição dos conhecimentos do embarque aos respectivos consignatarios.

Art. 514. Ao almoxarife adjunto, encarregado da secção de recebimento e de expedição, compete:

1. receber os volumes de material destinados ao Depósito e dispôr-os convenientemente para serem abertos pelas commissões de exame;

2. entregar aos Depósitos das Divisões o material recebido, depois de examinado e despachado pelo director;

3. receber das Divisões o material, que deve ser expedido, mediante recibo passado nas respectivas notas de remessa e dispôr-o para o exame da commissão destinada a assistir ao seu acondicionamento;

4. escripturar no livro de expedição, por volume, o material expedido, consignando ali o numero do volume e destino, mantendo a numeração desses volumes, a seguir, de janeiro a dezembro;

5. conferir os termos de abertura e exame, remettidos ao Depósito pelas unidades ou estabelecimentos, com o livro de expedição, fazendo nos proprios termos a declaração do resultado dessa conferencia, e remettendo-os ao director por intermedio das divisões;

6. providenciar sobre tudo que se relacione com o serviço de expedição do material a ser fornecido aos depósitos regionaes e serviços de saúde;

7. providenciar para que os volumes proprios sejam despachados com a maior brevidade.

*Do secretario***Art. 515. Ao secretario compete:**

- 1º, dirigir os serviços da secretaria, archivo e bibliotheca, mantendo nelles a maior ordem e disciplina;
- 2º, escripturar, pessoalmente, a correspondencia de caracter reservado;
- 3º, preparar a correspondencia a ser expedida, entregando-a depois ao porteiro para os devidos fins;
- 4º, ter sempre em dia a escripturação de accordo com os modelos;
- 5º, reunir e entregar diariamente ao director a correspondencia recebida;
- 6º, distribuir pelas divisões o expediente despachado pelo director;
- 7º, subscrever as certidões e demais papeis corgencres, que tiverem de ser assignados pelo director;
- 8º, conferir e autenticar as cópias de documentos existentes na secretaria, feitas por ordem superior;
- 9º, ter a carga do material do expediente necessario as diversas divisões, secções e mais dependencias do Depósito;
- 10, apresentar trimestralmente ao director uma relação dos artigos de expediente, que, com autorização do mesmo, foram utilizados no serviço da repartição para se ordenar a respectiva descarga;
- 11, ter uma relação dos objectos que se acharem no gabinete do director, vice-director, chefes de divisão, secretaria e demais dependencias, feita de modo a facilitar a conferencia da carga.

*Das guardas de depositos***Art. 516. As guardas de deposito das Divisões compete:**

- 1º, zelar pela guarda e conservação do material, pertencente ao deposito da respectiva Divisão, sendo responsavel, perante o almoxarife pelas faltas e enegos do material;
- 2º, abrir e fechar os depositos, cujas chaves ficam sob a guarda do porteiro.

*Das auxiliares de escripta***Art. 517. Aos sargentos auxiliares de escripta compete:**

Desempenhar todos os trabalhos de escripta, que lhes forem distribuidos, sendo responsaveis pela conservação do material a seu cargo.

*Do porteiro***Art. 518. Ao porteiro compete:**

- 1º, abrir e fechar o estabelecimento ás horas marcadas pelo director;
- 2º, a guarda e conservação dos moveis da repartição, os quaes ficam sob sua responsabilidade;
- 3º, ordenar e dirigir o serviço de limpeza da repartição;
- 4º, receber e expedir a correspondencia que lhe for entregue pela secretaria, fazendo registral-a no livro de protocolo;
- 5º, fiscalizar o serviço dos serventes;
- 6º, ter sob sua guarda o livro de ponto;
- 7º, impedir a sahida de qualquer objecto, que não fór acompanhado da respectiva guia;
- 8º, guardar as chaves dos depositos das Divisões depois de fechadas pelos respectivos guardas.

Art. 519. Ao ajudante do porteiro compete auxiliar o porteiro em suas obrigações e substitui-lo nos impedimentos temporarios.

Das demais empregacoes

Art. 520. Os encaixotadores, carpinteiro, continuo, serventes, mecanico, motorista, ajudante de motorista, cutileiro, correio e segeiro, cumprirão as ordens que receberem, não só quanto á execução dos serviços das suas capacidades, como quanto á de outros.

Constituição e aquisição do material

Art. 521. O material sanitario comprehende todo o instrumental cirurgico, material de curativos, drogas e medicamentos, accessorios o tudo que faz parte do material dos serviços de saúde, quer para o tempo de paz, quer para o de guerra.

Parágrafo unico. Todo o material será especificado em tabellas organizadas na Directoria de Saúde e de accordo com os modelos e padrões que forem adoptados.

Art. 522. O modo de aquisição, recebimento e fornecimento do material sanitario, hem como os modelos para a escripturação dos Depósitos serão regulados no Regimento Interno dos Depósitos.

DEPOSITOS REGIONAES

Art. 523. Os depositos regionaes de material sanitario, tem por fim abastecer os serviços de saúde dos corpos de tropa e estabelecimentos militares situados nas regiões e circumscripções a que estão adscriptos.

§ 1.º Tem a denominação de Depósitos de Material Sanitario de tal região ou circumscripção, sendo a organização e funcionamento semelhantes á do Depósito Central, guardadas as devidas proporções.

§ 2.º Além das duas Divisões para o material do serviço de saúde de paz e de campanha, os depositos regionaes tem mais uma Divisão para deposito de medicamentos, drogas e material de pharmacia.

Art. 524. Os depositos regionaes são abastecidos directamente pelo Depósito Central e Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, podendo se abastecerem tambem nos mercados locais, quando haja mais vantagem para o serviço e os cofres publicos.

Art. 525. Nos depositos regionaes são feitas apenas pequenas reparações do material.

Art. 526. Os depositos regionaes tem o seguinte pessoal:

- 1 director, major medico;
- 2 chefes de divisão, capitães ou tenentes medicos;
- 1 chefe de divisão de pharmacia, capitão pharmaceutico;
- 1 adjunto, 1º tenente pharmaceutico;
- 1 secretario, official de administração;
- 1 almoxarife, official contador;
- 3 guardas de deposito;
- 4 sargentos auxiliares de escripta;
- 2 manipuladores;
- 1 porteiro;
- 1 carpinteiro;
- 2 encaixotadores;
- 1 cutileiro;
- 4 serventes.

CAPITULO X**LABORATORIO MILITAR DE BACTERIOLOGIA***Do laboratorio e seus fins*

Art. 527. O Laboratorio Militar de Bacteriologia, directamente subordinado á Directoria de Saúde da Guerra, tem por fim:

- a) estudar as molestias transmissiveis, no meio militar;
- b) aperfeiçoar os alumnos da Escola de Applicação do Serviço de Saúde, nas pesquisas bacteriologicas e chimico-biologicas applicaveis nas formações sanitarias, em tempo de paz ou de guerra;
- c) facultar, aos serviços clinicos dos estabelecimentos do serviço sanitario do Exército e juntas militares de inspecção de saúde, os recursos de que houverem mistér relativamente ao diagnostico de doenças;
- d) facilitar aos officiaes do Exército, Armada e outras corporações militares, pessoas de sua familia e funcionarios federaes, os meios de diagnostico ao alcance do laboratorio, mediante indemnização pela tabella de preços em vigor, quando para isso estiver aparelhado;
- e) estudar e preparar os meios de tratamento e prophylaxia das doenças transmissiveis.

Art. 528. O laboratorio funcionará em edificio apropriado aos diferentes serviços que lhe são affectos com as seguintes secções técnicas:

- 1º, bacteriologia e parasitologia;
- 2º, anatomia pathologica e chimica biologica;
- 3º, vacinas e sorologia.

Art. 529. O laboratorio terá salas especiais para essas secções, para inoculações, culturas, balanças e precisão, microphotographia, polarimetria, viveiros, piscinas, serpentario, estribaria, navilhões de isolamento, etc. Para o serviço de administração - salas para a directoria, secretaria, portaria, arquivos, bibliotheca depositos, vestuario, laboratório de vidro, reparação deapparellhos.

Pessoal tecnico e administrativo

Art. 530. Para a execução dos serviços, contará o laboratório com o seguinte pessoal:

- 1 director, maior medico;
- 3 chefes de secção, capitães medicos;
- 3 auxiliares de secção (subalternos medicos);
- 3 auxiliares de secção (subalternos pharmaceuticos);
- 1 almoxarife, official contador;
- 1 porteiro;
- 2 sargentos auxiliares de escripta;
- 1 sargento contador;
- 6 serventes para o serviço tecnico;
- 2 serventes para o serviço administrativo.

Paraphrasis unico. As nomeações do pessoal tecnico serão feitas por portaria do ministro da Guerra, mediante proposta do director da Saude. Os auxiliares serão distribuidos pelo director, de accordo com as exigencias do serviço e especializações technicas.

Serviço administrativo

Art. 531. Haverá no laboratório um conselho de administração que providenciará sobre tudo que disser respeito á receita e despesa do estabelecimento.

Art. 532. O conselho do laboratório terá as seguintes dotações:

- a) massas para expediente, luz, forragem, despesas miudas;
- b) verba especial votada para despesas diversas;
- c) verba resultante dos exames feitos no laboratório.

Art. 533. A renda proveniente dos exames feitos será recolhida semanalmente pelo almoxarife, ao cofre do conselho e applicada na aquisição deapparehos, reactivos e livros, para o laboratório e para supprir deficiencias das mesmas.

Art. 534. O conselho se regerá pelo regulamento da administração dos cornos de tropa, repartições e estabelecimentos militares.

ATTRIBUIÇÕES E DEVERES**Do director**

Art. 535. Compete ao director, além das attribuições administrativas e disciplinares do commandante do corpo, mais as seguintes:

1º, fiscalizar todos os serviços executados, sendo responsável, perante o director da Saude, pela boa execução dos trabalhos do laboratório;

2º, apresentar ao fim de cada anno o relatório geral dos trabalhos feitos no laboratório, com as respectivas estatísticas, apontando minuciosamente as medidas de ordem geral em beneficio do estabelecimento e, no que estiver na esphera de acção do laboratório, em beneficio da saude da tropa;

3º, providenciar para a publicação, na Revista da Directoria de Saude da Guerra, de qualquer trabalho oriundo do laboratório que pelo seu valor mereça ser divulgado;

4º, rubricar os livros da escripturação, boletins e tabelas de exames feitos no laboratório, sendo prohibida a entrega de qualquer resultado de exame sem a sua assignatura;

5º, entender-se com os directores dos hospitais, estabelecimentos militares e institutos de bacteriologia do paiz e do estrangeiro sobre tudo que diga respeito ao bom desempenho dos trabalhos do laboratório;

6º, indicar ao director da Saude da Guerra os officiaes technicos mais aptos para servir no laboratório;

7º, nomear os serventes, suspendel-os do exercicio das suas funções, applicar-lhes penas disciplinares e multas, de accordo com o estabelecido para os Hospitais Militares e demittil-os, tudo de accordo com a legislação em vigor;

8º, propor ao ministro, por intermedio do director da Saude, qualquer modificação na tabella de preços dos exames e estabelecer os que não constem da tabella official;

9º, attender aos pedidos de exames solicitados directamente por officiaes e funcionarios;

10º, incentivar a instrução do pessoal tecnico, instituindo conferencias, adquirindo livros para a bibliotheca e mantendo assignaturas das principaes revistas de assumptos da especialidade;

11º, auxiliar e facilitar, com pessoal e material, os cursos de especialização, a cargo da Escola de Applicação do Exército da Saude.

12º, organizar, quando for necessario, as escalas dos plantões e do serviço em domicilio, bem como instruções para o serviço interno.

Art. 536. O director será substituido nas suas faltas e impedimentos pelo chefe de secção mais graduado ou antigo.

Dos chefes de secção

Art. 537. Compete aos chefes de secção:

1º, executar as pericias que lhes forem directamente commetidas pelo director;

2º, fazer executar pelos auxiliares, fiscalizando a execução, as que lhe não forem directamente designadas;

3º, providenciar para que a secção seja provida de todo o material necessario;

4º, providenciar para que os exames sejam executados com a brevidade possivel, afim de evitar reclamações de quem os solicitou;

5º, conferir os pedidos de material que lhe forem endereçados pelos auxiliares;

6º, organizar as estatísticas dos trabalhos feitos na secção para figurar no relatório annual do director;

7º, conferir os relatórios sobre pericias, boletins e tabelas de exames feitos na secção, antes de apresental-os ao visto do director;

8º, promover perante o director os melhoramentos que julgue necesarios ao serviço;

9º, communicar immediatamente qualquer occorrença grave, faltas disciplinares, enfim tudo que se passar na secção ou fóra della, que prejudique a reputação do estabelecimento, a disciplina e a moral.

Dos auxiliares technicos

Art. 538. Compete-lhes:

1º, realizar os exames que lhes forem distribuidos pelo director ou chefe de secção;

2º, assignar os boletins de exames que praticarem ou relatórios de pericias;

3º, organizar pedidos de material tecnico;

4º, preparar os meios de cultura e corantes usuaes, auxiliados pelo servente da secção;

5º, auxiliar o chefe na execução de todo o trabalho da secção.

Ao auxiliar anatomo-pathologista compete mais a organização do museu anatomico.

Art. 539. O auxiliar mais graduado da secção substituirá o chefe, nas faltas e impedimentos.

Do almoxarife

Art. 540. Além das attribuições geraes do almoxarife de corpo de tropa, cabe-lhe mais:

1º, organizar os pedidos de material necessario ao serviço do laboratório;

2º, conferir as contas de fornecimento no sentido de verificar sua exactidão, afim de serem apresentadas ao Conselho;

3º, registrar em livro especial as quantias entradas, relativas ao pagamento dos exames indemnizaveis;

4º, ter sob sua guarda todo o material do laboratório, sendo responsavel por qualquer extravio;

5º, escripturar os livros de carga do material;

6º, providenciar relativamente ao fornecimento de animais para o bioterio;

7º, recolher semanalmente ao cofre do Conselho a renda proveniente dos exames feitos.

Dos auxiliares de escripta e contabilidade

Art. 541. Compete aos auxiliares de escripta e contabilidade auxiliar todo o serviço de escripturação do laboratório.

Do porteiro

Art. 542. Compete ao porteiro:

1º, abrir e fechar a repartição nas horas regulamentares;

2º, fiscalizar o serviço de limpeza do estabelecimento e dirigil-o, para o que terá sob suas ordens todos os serventes;

3º, receber todo o material destinado a exames. Quando se tratar de exames pedidos officialmente, fazer registrar.

em livro especial a natureza do exame, datas em que foi distribuído o exame para ser executado o em que deva ficar prompto; logo que o resultado do exame tenha sido entregue ou expedido, registrar no mesmo livro a data da entrega ou expedição. Quando se tratar de exames que devam ser indemnizados, entender-se com o almoxarife antes de qualquer deliberação; no caso de ausência do almoxarife poderá receber as quantias relativas a exames, cujos preços constem da tabella official, expedindo os respectivos cartões.

Disposições gerais

Art. 543. Em caso de urgencia, a directoria providenciará para que os exames possam ser effectuados em qualquer dia e hora.

Art. 544. A directoria poderá, com permissão das autoridades competentes, designar qualquer official sob suas ordens para effectuar estudos, colher material, etc., em qualquer ponto do Paiz.

Art. 545. Para o serviço em domicilio, os officiaes serão designados por escala.

Art. 546. Relativamente aos exames feitos, mediante indemnização, haverá um livro especial, onde serão registrados os pagamentos. A escripturação desso livro ficará a cargo do almoxarife ou quem suas vezes fizer.

Art. 547. Haverá para escripturação os seguintes livros: protocolo, registro de correspondencia, registro de saída e entrada de livros da bibliotheca, catalogo da bibliotheca, carga e descarga de material, residencia do pessoal, nomeações e fés de officio de empregados, actas do Conselho, livro caixa de entrada e saída do dinheiro do cofre, talões de pedidos de material.

Art. 548. Nenhum exame será effectuado no Laboratorio, sob qualquer titulo, sem sciencia do director.

Art. 549. Relativamente aos exams solicitados, só ficam dispensados de indemnizal-os as praças e pessoas de suas familias, isso mesmo quando o exame for pedido, por escripto, por medico e trouxer o visto do commandante ou chefe da unidade em que servirem, ou seu substituto.

Art. 550. Os exames pedidos officialmente serão gratuitos, desde que seja declarado para que fim se destinam — tratamento de doentes hospitalizados, esclarecimento de diagnostico para inspecções de saude, etc.

Art. 551. Nenhum boletim de exame será entregue, sem que fique registrado, pelo menos em resumo, o resultado da porticia feita.

Art. 552. Os officiaes technicos só serão obrigados a attender a pedidos de exame em domicilio, quando se tratar de requisição feita por officiaes do Exército activo ou funcionarios do Ministerio da Guerra, com solicitação do medico assistente.

Art. 553. Nos casos omissos, vigorarão as disposições dos outros regulamentos militares, no que lhes for applicavel.

CAPITULO XI

LABORATORIO CHIMICO PHARMACEUTICO MILITAR

ORGANIZAÇÃO E FINS

Art. 554. O Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar (L. C. P. M.) tem por fim:

a) adquirir, fabricar, preparar e fornecer os compostos chimicos e pharmaceuticos necessarios ao serviço de saude do Exército;

b) effectuar pesquisas chimicas, especialmente bromatologicas e toxicologicas, que interessem ao Exército;

c) fornecer o material necessario para o estudo chimico-pharmaceutico da Escola de Applicação do Serviço de Saude, proporcionando aos pharmaceuticos a especialização e conhecimentos chimicos de applicação militar.

Art. 555. Para a administração e execução dos serviços technicos o Laboratorio comprehende cinco Divisões e a Secretaria.

Art. 556. Compete á Secretaria, que comprehende tambem o Archivo, a execução dos serviços de expediente contabilidade do estabelecimento distribuidos pelo respectivo pessoal, conforme sua aptidão especial.

Art. 557. As Divisões competo:

1ª (Receituário):

a) aviamento immediato de todas as receitas medicas e satisfacção dos pedidos de medicamentos destinados ao tratamento dos officiaes, praças do Exército, funcionarios civis do Ministerio da Guerra e respectivas familias na Capital Federal.

2ª (Pharmacotechnia):

a) fabricação e manipulação dos artigos que lhe são relativos, inclusive soluções dosadas (empólas), destinados ao supprimento das 1ª e 5ª Divisões do Laboratorio;

b) estudar as questões relativas aos processos modernos e scientificos de preparações pharmaceuticas.

3ª (Chimica):

a) investigações chimicas com applicação á hygiene militar, analyses bromatologicas, pesquisas toxicologicas e exames de substancias medicinas e productos chimicos destinados ao serviço tecnico do estabelecimento;

b) preparação de soluções tituladas (reagentes) que devam ser fornecidas aos laboratorios das pharmacias;

c) estudo dos metodos a empregar para a anlyso de agua potavel em tempo de paz e principalmente em campanha, e sobre a applicação em grande escala dos processos de esterilização rapida;

d) estudo dos meios de protecção contra os gases do combate.

4ª (Esterilizações e objectos de curativos):

a) esterilização, quando necessaria, dos productos fabricados no estabelecimento;

b) fabricação de objectos de curativos asepticos (gazes, bandagens, algodões, etc.).

5ª (Deposito e fornecimentos):

a) armazenamento de substancias necessarias ao Laboratorio e demais serviços de saude;

b) aviamento das ordens de fornecimento e sua expedição, conforme a determinação que receber.

PESSOAL DO LABORATORIO

Art. 558. O pessoal do Laboratorio é composto de:

a) 1 director, coronel ou tenente-coronel pharmaceutico;

b) 1 vice-director, tenente-coronel pharmaceutico.

1ª divisão

a) 1 chefe, major pharmaceutico;

b) 3 adjuntos, primeiros ou segundos tenentes pharmaceuticos.

2ª divisão

c) 1 chefe, major pharmaceutico;

d) 3 adjuntos, capitães ou subalternos pharmaceuticos.

3ª divisão

e) 1 chefe, major pharmaceutico;

f) 3 adjuntos, capitães ou subalternos pharmaceuticos.

4ª divisão

g) 1 chefe, major pharmaceutico;

h) 2 adjuntos, primeiros ou segundos tenentes pharmaceuticos.

5ª divisão

i) 1 chefe, major pharmaceutico;

j) 2 adjuntos, primeiros ou segundos tenentes pharmaceuticos.

Paraphrased unico. Além do pessoal acima terá mais o Laboratorio:

a) 1 secretario, official de administração;

b) 1 almoxarife, official contador;

c) 10 auxiliares de escripta, sendo um archivista;

d) 1 porteiro;

e) 1 ajudante de porteiro;

f) 1 continuo;

g) 8 manipuladores de 1ª classe;

h) 10 manipuladores de 2ª classe;

i) 12 manipuladores de 3ª classe;

j) 10 praticantes de 1ª classe;

k) 10 praticantes de 2ª classe;

l) 12 praticantes de 3ª classe;

m) 4 encaixotadores;

n) 2 carpinteiros;

o) 1 electricista;

p) 1 machinista;

q) 1 foguista;

r) 1 carroceiro;

s) 20 serventes.

ATRIBUIÇÕES DO PERSONAL

Do director

Art. 559. Ao director, além das atribuições administrativas e disciplinares de commandante de corpo de tropa, compete especialmente:

- 1º, apresentar em setembro de cada anno ou, em caso excepcional, quando se tornar necessario, ao director de Saude da Guerra, acompanhada do respectivo orçamento, a relação das drogas, medicamentos e demais artigos destinados ao suprimento do estabelecimento e que tenham de ser adquiridos nos paizes em que são fabricados;
- 2º, elaborar as instruções necessarias á boa marcha dos serviços do estabelecimento, de modo que estes se executem com presteza, perfeição e economia;
- 3º, remetter ao director de Saude da Guerra, annualmente, um relatório circunstanciado do serviço a seu cargo durante o anno anterior, indicando as medidas que julgar convenientes para aperfeiçoar as condições dos trabalhos que dirige;
- 4º, estudar e decidir sobre os fornecimentos de material pharmaceutico solicitados, de accordo com as condições das provisões;
- 5º, providenciar para que tenham immediata satisfação os pedidos de suprimento, feitos pelos chefes das divisões;
- 6º, determinar as divisões em que devem servir os officiaes nomeados para o estabelecimento, tendo em vista o effectivo e necessidade de cada uma e as especializações técnicas.

Do vice-director

Art. 560. Ao vice-director, substituto immediato do director, além das atribuições administrativas e disciplinares de fiscal de corpo de tropa, compete especialmente:

- 1º, fiscalizar a execução de todo o serviço profissional ou tecnico;
- 2º, propor ao director os manipuladores e praticantes que satisfaçam as condições para elevação de classe;
- 3º, participar immediatamente ao director qualquer sinistro que occorrer ou prejuizos e danos que se derem no correr das manipulações ou nos artigos existentes nos depósitos, esclarecendo o facto com o seu parecer, de modo a facilitar as providencias que for mister tomar;
- 4º, apresentar em época opportuna ao director as relações dos artigos, que tenham de ser importados, necessarios ao suprimento annual do estabelecimento, organizadas as relações de accordo com os chefes das divisões;
- 5º, apresentar ao director, annualmente, os dados que lhe forem entregues pelos chefes das divisões para o relatório daquella autoridade, dando sobre a materia dos mesmos o seu parecer e solicitando as providencias que julgar necessarias, não só ao serviço das divisões e secretaria como ao geral do estabelecimento.

Art. 561. O vice-director será substituído nos seus impedimentos pelo chefe da divisão mais antigo.

Dos chefes das divisões

Art. 562. O chefe de divisão é responsavel pela chefia tecnica, guarda e conservação do material e cabal desempenho das funções que lhe são inherentes, tendo a seu cargo uma parte do serviço tecnico da divisão.

Art. 563. Compete especialmente:

Ao da 1ª:

- a) ter a divisão abastecida de todos os recursos necessarios ao immediato aviamento das receitas e pedidos de medicamentos que lhe forem apresentados, desde que satisfaçam as disposições legais;
- b) fazer á 5ª divisão, sempre que for preciso, por escripto, pedido dos artigos destinados e necessarios ao serviço da sua divisão;
- c) organizar e apresentar ao vice-director, annualmente, um quadro synoptico das receitas e pedidos aviados pela divisão, discriminando o numero total de formulas e pedidos de receptuario gratuito e indemnizavel, com os respectivos valores;

Aos da 2ª, 3ª e 4ª:

- d) dirigir o trabalho concernente ao fabrico dos compostos chimicos, preparados officinaes, preparações de saes, soluções dosadas e tituladas, fabricação de objectos de curativos septicos, destinados ao suprimento das 1ª e 5ª divisões;

e) cumprir as ordens de fornecimentos e pedidos da 5ª divisão;

f) estudar e adoptar os processos modernos, scientificos e mais economicos de fabricação dos productos que lhes são peculiares;

g) organizar em setembro o pedido do material necessario para as preparações e que tenha de ser importado;

h) remetter, annualmente, em janeiro, ao vice-director, uma relação minuciosa do material existente na divisão, com declaração do seu estado;

i) organizar, annualmente, em janeiro, e remetter ao vice-director uma relação de todos os artigos fabricados com discriminação da materia prima empregada e despesas realizadas, inclusive vencimentos do pessoal, de modo a se poder deduzir a percentagem com que no anno seguinte se deverão tributar as preparações effectuadas;

Ao da 5ª divisão:

j) ter sempre em estado completo seu suprimento e attender com a necessaria urgencia ás ordens de fornecimentos que receber e solicitações da 1ª divisão;

k) organizar, annualmente, em setembro, e remetter ao vice-director um quadro demonstrativo da existencia, entrada e saída de todos os artigos da divisão, de modo a servir de base a encomendas de procedencia estrangeira.

Art. 564. O chefe de divisão será substituído nos seus impedimentos pelo official mais graduado da mesma.

Art. 565. Os adjuntos executarão com zelo e proficiencia os trabalhos que lhes forem distribuídos, empregando activa vigilancia sobre o serviço profissional do pessoal subalterno.

Do pharmaceutico de dia

Art. 566. Ao pharmaceutico de dia ao Laboratorio, além das atribuições geraes de official de dia nos corpos de tropa, no que for adaptavel ao estabelecimento, compete especialmente:

- a) velar para que o serviço de manipulação sob sua superintendencia seja executado com perfeição;
- b) assignar os pedidos de artigos aos fornecedores e as contas de medicamentos fornecidos, quando forem precisos aquelles e retirados estes fora das horas de expediente normal;
- c) apresentar ao chefe da divisão o desdobramento das formulas e pedidos de medicamentos aviados e fornecidos durante o serviço.

Art. 567. Os manipuladores e praticantes executarão as ordens que receberem dos chefes das divisões e auxiliares, pedindo-lhes quaesquer esclarecimentos que porventura precisem, sendo responsaveis pelos erros e omissões a que derem causa no trabalho que lhes for confiado.

Do secretario

Art. 568. Ao secretario compete:

- a) executar, por si e pelos auxiliares de escripta, os trabalhos de expediente e contabilidade inherentes ao estabelecimento e que não estejam confiados a outros empregados;
- b) preparar, para o despacho do director, os papeis que tenham de ser submettidos a este e dar-lhes o destino conveniente.

Do almoxarife

Art. 569. Ao almoxarife competem, além das atribuições de de corpo de tropa, mais as seguintes:

- a) distribuir pelos fornecedores do estabelecimento os pedidos de aquisições feitos pelas divisões;
- b) providenciar sobre despachos, embarques, desembarques de mercadorias destinadas ao Laboratorio ou por elle expedidas.

Art. 570. Ao auxiliar de escripta, archivista, compete conservar em ordem, limpeza e asseio o archivo do estabelecimento.

Art. 571. Aos auxiliares de escripta, compete executar os trabalhos de que forem encarregados pelos officiaes sob cujas ordens servirem.

Art. 572. O secretario, o almoxarife, o archivista e demais auxiliares de escripta, são responsaveis pelas irregularidades, faltas, erros ou omissões commettidas nos serviços que lhes estão affectos.

Do porteiro

Art. 573. Ao porteiro incumbem:

- a) dirigir e fiscalizar os trabalhos de limpeza e asseio do estabelecimento;
- b) o serviço de vigilância durante o expediente, fiscalizando as entradas e saídas dos empregados;
- c) receber e entregar a correspondência que chegar à portaria e promover a prompta expedição da que lhe for confiada para esse fim.

Paraphrasso unico. Cumpra ao ajudante de porteiro auxiliar e substituir o porteiro nos seus impedimentos.

Do continuo e serventes

Art. 574. Ao continuo subordinado directamente ao secretario, cumpre transportar o expediente da secretaria, zelando pelo asseio da mesma.

Art. 575. Aos serventes cumpre a guarda geral do estabelecimento e todo o serviço de limpeza e asseio, bem como outros quaesquer que lhes forem determinados, de accordo com a natureza de suas funções.

Paraphrasso unico. Os serventes são subordinados ao vice-director e aos chefes das divisões onde servem.

Do electricista, machinista, foguista, carpinteiro, encaixotadores e carroceiro

Art. 576. Cumpra ao electricista dirigir o serviço de machinas e motores electricos e suas installações, sendo responsável pelos accidentes que sobrevierem devido a descuido ou impericia profissional.

Art. 577. Cumpra ao machinista dirigir o funcionamento das machinas a vapor e zelar pela sua conservação.

Paraphrasso unico. Ao foguista cumpre auxiliar o machinista e substitui-lo nos seus impedimentos.

Art. 578. Cumpra aos carpinteiros a fabricação de caixas para a expedição de medicamentos, reparo do mobiliário do Laboratorio e pequenos concertos nas dependencias do edificio.

Art. 579. Cumpra aos encaixotadores o acondicionamento, com o maximo cuidado, dos artigos conferidos para serem encaixotados e expedidos.

Art. 580. Cumpra ao carroceiro encarregar-se do serviço de tracção das viaturas do estabelecimento e do trato do respectivo material e animais.

NOMEAÇÕES, CONCURSOS, DESTITUIÇÕES E PENAS DISCIPLINARES

Art. 581. O director, vice-director, chefes de divisões e auxiliares são nomeados pelo ministro por proposta do director de Saude da Guerra.

§ 1.º O porteiro, ajudante de porteiro e continuo são nomeados pelo ministro, mediante proposta do director do Laboratorio, encaminhada por intermedio do director de Saude da Guerra.

§ 2.º O almoxarife, secretario e auxiliares de escripta são nomeados pelas respectivas autoridades competentes.

§ 3.º Os manipuladores são nomeados pelo ministro mediante concurso; os praticantes, pelo director do Laboratorio, mediante exame previo.

§ 4.º Os demais empregados são nomeados pelo director do Laboratorio.

LICENÇAS, APOSENTADORIAS, FÉRIAS, VENCIMENTOS E DESCONTOS A QUE ESTÃO SUJEITOS OS EMPREGADOS

Art. 582. Serão regulados pelas leis e regulamentos em vigor, na época das suas concessões e execuções...

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 583. O fornecimento para o Laboratorio se fará directamente nos fabricantes estrangeiros, por via do Ministerio da Guerra, excepto os artigos de produção nacional que serão obtidos nas praças do paiz, mediante os processos e normas geraes prescriptas nos regulamentos que regem a materia.

Art. 584. Em caso de necessidade do serviço, poderão ser installados outros laboratorios pharmaceuticos com organização semelhante ao da Capital Federal e que servirão como centro de fabricação e preparação de medicamentos e material de curativos para os serviços de saude em tempo de paz e de guerra.

Art. 585. A escala para o serviço de pharmaceutico de dia do Laboratorio concorrerão os adjuntos das divisões.

Art. 586. Todos os empregados civis do estabelecimento, como assemelhados militares, estão sujeitos a disciplina militar, sendo as faltas e delictos commettidos no exercicio de suas funções ou no estabelecimento, punidos conforme estatue o regimento interno do Laboratorio. Em serviço no estabelecimento, esses empregados são obrigados a usar os uniformes, especialmente adoptados e descriptos naquello regimento.

Art. 587. Os diversos serviços do estabelecimento funcionarão todos os dias uteis em horas estabelecidas pelo regimento interno; a 1.ª divisão permanecerá em funcção diário, prompta para attender, a qualquer hora, requisições urgentes de receitauario, depois do expediente.

Art. 588. O director tudo facilitará para que os alumnos da Escola de Applicação do Serviço de Saude possam adquirir, nas divisões do estabelecimento, o aperfeiçoamento indispensavel dos seus conhecimentos clinicos.

Art. 589. O regimento interno do Laboratorio Clinico Pharmaceutico Militar regulará os pormenores necessarios para a execução do serviço.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 590. Os actuaes funcionarios e empregados civis do Laboratorio, cujos cargos passam a ser desempenhados por militares, serão mantidos em suas funções, devendo as vagas ser preenchidas pelos militares, conforme disposições especiaes para admissão.

Art. 591. O escriptuario e aprendizes passam a ser designados respectivamente secretario e praticantes.

Art. 592. O cargo de almoxarife será exercido pelo actual agente despachante e no caso de vaga preenchido por um official contador, com as attribuições proprias e mais as especiaes que lhe são commettidas neste regulamento e no Regimento Interno do Laboratorio.

CAPITULO XII**ESCOLA DE APPLICAÇÃO DO SERVIÇO DE SAUDE****Da escola e seus fins**

Art. 593. A Escola de Applicação do Serviço de Saude tem por fim:

a) dar aos medicos e pharmaceuticos, candidatos a inclusão no Corpo de Saude do Exército, um complemento de instrução tecnica sobre as applicações especiaes da medicina, cirurgia e chimica ao Exército;

b) dar-lhes a instrução especial de legislação e administração militares e serviço em campanha, de que terão necessidade em tempo de paz e de guerra e inicial-os na equitação e methodos de educação physica;

c) classificar, no fim do curso, os estagiarios por ordem de merecimento, de modo a impedir a entrada no Exército daquelles cujo valor profissional, conducta e moralidade tenham sido reconhecidos insufficientes.

Organização da escola

Art. 594. Na Escola funcionam dois cursos, ambos com a duração de um anno lectivo: o de Applicação, destinado ao recrutamento de officiaes medicos e pharmaceuticos para o Exército; e o de Aperfeiçoamento, destinado aos medicos e pharmaceuticos militares que, após alguns annos de serviço, são obrigados a cursal-o, afim de fazerem a revisão do curso de Applicação e um aperfeiçoamento das clinicas geraes e especialidades.

Art. 595. Enquanto não possuir edificio proprio, a Escola funcionará em dependencias do Hospital Central do Exército e da Estação de Assistência e Prophylaxia, postas expressamente á sua disposição.

Art. 596. As aulas de clinica, conferencias e uma parte dos exercicios praticos serão realizados no Hospital Central, ou Estação de Assistência e Prophylaxia; outros exercicios praticos têm lugar no Depósito Central de Material Sanitário, Laboratorio Militar de Bacteriologia, Estação de Assistência e Prophylaxia, Laboratorio Clinico Pharmaceutico Militar, 1.ª Formação Santa Izabel Divisionaria e em um corpo de leopa designada para esse fim.

Paraphrasso unico. Os exercicios physicos (equitação, educação physica) têm lugar na Escola de Estado-Maior.

Art. 597. A Escola de Applicação do Serviço de Saude é subordinada directamente á Directoria de Saude da Guerra.

Administração

Art. 598. O pessoal para a administração da Escola de Aplicação do Serviço de Saúde é o seguinte:

- a) um commandante, coronel ou tenente-coronel medico;
- b) um ajudante, capitão ou 1º tenente medico;
- c) um secretario, official de administração;
- d) um almoxarife, 1º ou 2º tenente contador;
- e) um sargento archivista, ao mesmo tempo protocollista;
- f) sargentos auxiliares de escripta, em numero sufficiente, conforme as necessidades do serviço;
- g) um porteiro;
- h) um continuo, reservista do Exército;
- i) dois serventes, reservistas do Exército

Atribuições do pessoal

Art. 599. O commandante é a primeira autoridade disciplinar e administrativa da Escola, tendo, além das respectivas atribuições conferidas aos commandantes do corpo de tropa, compatíveis com o regimen escolar, mais as seguintes:

1º, corresponder-se directamente com os directores do Hospital Central, Laboratorio Militar de Bacteriologia e Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar sobre os meios, recursos ou qualquer providencia relativa ao ensino e que dependam desses estabelecimentos;

2º, facilitar ao director do ensino todos os elementos necessarios aos trabalhos didacticos;

3º, designar, dentre o pessoal da administração, na falta ou impedimento de qualquer delles, quem deve substitui-los provisoriamente, dando parte ao director de Saude da Guerra, quando a nomeação competir á autoridade superior;

4º, impôr penas disciplinares ao pessoal militar de administração e aos alumnos.

Nos casos de falta grave contra a disciplina ou moralidade do estabelecimento, que não permita a continuação do infractor na escola, as penas poderão ir até a demissão ou desligamento e serão impostas pelo ministro; a quem o commandante communicará a falta com exposição pormenorizada, por intermedio do director de Saude;

5º, impôr penas ao empregados civis por meio de multas de um a oito dias de ordenado para as transgressões leves; de 15 dias a um mez e mesmo demissão do cargo, se a falta assim exigir, procedendo de modo analogo ao do final do n. 4, quando se tratar de empregado nomeado pelo ministro;

6º, informar, anualmente, ao director de Saude, sobre o comportamento do pessoal da escola e dos alumnos e o modo como desempenharam as suas funções;

7º, apresentar ao director de Saude, até 31 de janeiro, um relatório das occorrencias relativas á disciplina e administração da escola, e trabalhos do anno anterior, propondo as medidas necessarias e juntando o orçamento das despesas para o novo anno escolar;

8º, baixar as instrucções que julgar necessarias para o cumprimento das disposições do regulamento á disciplina e administração;

Art. 600. O ajudante, além das attribuições de ajudante do corpo de tropa, compatíveis com o regimen escolar, tem mais as seguintes:

1º, fiscalizar a disciplina escolar dos alumnos e dos empregados, informando ao commandante sobre a conducta dos mesmos, para o que deverá ter em dia o livro de castigos;

2º, inspecionar diariamente todos os serviços da escola, providenciando para a boa ordem e limpeza de suas dependencias e zelando pelo cumprimento das ordens emanadas do commandante.

Art. 601. Ao secretario incumbem:

1º, preparar a correspondencia diaria, de accordo com as ordens do commandante;

2º, distribuir e fiscalizar os trabalhos da secretaria;

3º, estudar, preparar e instruir com os necessarios documentos e informações todos os assumptos e papeis que devem subir ao conhecimento do commandante;

4º, escrever, registrar e archivar a correspondencia reservada e trazer em dia a escripturação dos livros necessarios ao movimento escolar;

5º, lançar no livro respectivo os termos de exame;

6º, preparar os elementos que devem servir de base ao relatório do commandante;

7º, escripturar ou fazer escripturar o livro de matriculas dos alumnos;

8º, lavrar os contractos que devem ser assignados pelo commandante, fazer a escripturação relativa á contabilidade e lavrar os termos do conselho administrativo;

9º, guardar e apresentar opportunamente ao commandante o numero de pontos de cada alumno;

10, providenciar para a impressão das conferencias na Imprensa Militar e fazer a distribuição das mesmas impressas.

Art. 602. Ao almoxarife competem as attribuições prescriptas para os dos corpos de tropa, no que farem applicaveis ao regimen escolar.

Art. 603. Ao porteiro compete:

1º, o recebimento e expedição da correspondencia, protocollando-a na entrada e na saída;

2º, a carga dos moveis e material das diversas dependencias da escola, que serão escripturadas em um mappa de carga e descarga, bem como a guarda e fiscalização da limpeza dessas dependencias;

3º, ter as chaves das diversas dependencias para abri-las e fechá-las nas horas regulamentares.

Paragrapho unico. O porteiro é substituido em seus impedimentos pelo continuo.

Art. 604. O continuo e serventes além de desempenharem os serviços que lhes são proprios, auxiliarão o porteiro nas suas obrigações.

Art. 605. O sargento archivista, que exercerá igualmente as funções de protocollista, trará em dia a respectiva escripturação, sendo responsavel pelos livros e papeis existentes no archivo, não permitindo a retirada de documento algum, sem ordem do secretario.

Art. 606. Os auxiliares de escripta executarão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo secretario, sendo responsaveis pelos livros e papeis sob sua guarda.

DO DIRECTOR DO ENSINO

Art. 607. A direcção tecnica da Escola de Applicação do Serviço de Saude cabe ao medico-chefe da Missão Militar Franceza que terá o titulo de director do ensino.

Paragrapho unico. O director do ensino será auxiliado por um director de estudos, medico da Missão Militar Franceza.

Art. 608. O director do ensino entende-se directamente com o director de Saude da Guerra, sobre as questões do ensino; e, quando necessario, com o Estado-Maior do Exército, por intermedio do chefe da Missão Militar Franceza.

Art. 609. Ao director do ensino compete:

1º, superintender e fiscalizar todos os trabalhos relativos ao ensino, regulando, de accordo com o commandante da escola, a execução do ensino theorico e pratico;

2º, exercer inspecção sobre o cumprimento dos programas de ensino e da tabella de distribuição do tempo escolar, bem como sobre os exames;

3º, estabelecer o programma annual de ensino, os programas pormenorizados de cada semana e os projectos dos trabalhos praticos a serem realizados no seguinte anno lectivo sendo aquelle e estes remettidos, anualmente, em fevereiro, á consideração do director de Saude da Guerra e do chefe do Estado-Maior do Exército;

4º, propor ao director de Saude da Guerra as medidas que julgar convenientes adoptar para maior facilidade e eficiencia do ensino;

5º, apresentar ao chefe do Estado-Maior do Exército e ao director de Saude da Guerra o relatório annual sobre os varios serviços da escola, relativos á instrucção;

6º, scientificar o commandante da escola, das occorrencias disciplinares havidas com os alumnos, ou com quaesquer outros funcionarios civis ou militares, que por motivo de serviço se achem em contacto com os officiaes da Missão Militar Franceza, destacados na escola, afim de que aquelle commandante possa usar da sua autoridade, tomando as providencias necessarias;

7º, encaminhar ao commandante da Escola, as requisições de material de ensino, alterando-as como lhe parecer mais conveniente;

8º, comunicar ao commandante da Escola todas as determinações relativas á instrucção, afim de que sejam transcriptas em boletim.

Paragrapho unico. As communicações entre o Director do Ensino e o Commandante da Escola serão feitas por memorando, embora tenha havido outro entendimento entre elles.

Art. 610. O Director de Estudos tem por função manter pela sua constante assistencia e inspecção aos trabalhos escolares, a perfeita unidade e coordenação no desenvolvimento dos programas das aulas, de accordo com as instrucções do Director do Ensino.

PESSOAL DO ENSINO

Art. 611. O pessoal do ensino da Escola de Applicação do Serviço de Saude será constituido pelos medicos da Missão

Militar Franceza e os conferencistas e instructores necessarios, nomeados estes, pelo Ministro da Guerra, mediante proposta do Director de Saude.

Art. 612. Os instructores para o ensino clinico e de laboratorio serão os respectivos chefes de serviço do Hospital Central, Laboratorio Militar de Bacteriologia e Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

Art. 613. Cumpre aos conferencistas:

1º, dar as aulas theoricas e praticas, nos dias e horas designados, cumprindo rigorosamente o programma de ensino;

2º, solicitar do Director do Ensino o material necessario aos seus trabalhos, diligenciando, por todos os meios possiveis, para que a materia que lhe está affecta seja efficientemente tratada;

3º, conhecer o aproveitamento dos alumnos por meio de arguições, themas, etc., para o fim de apurar mensalmente as suas notas;

4º, apresentar ao Director do Ensino, no fim de cada mez, as notas dos alumnos para que sejam registadas em cartella especial;

5º, communicar ao Director do Ensino com a possivel antecedencia qualquer impedimento que tenha no exercicio de suas funções;

6º, apresentar, annualmente, em época conveniente, o programma de ensino de sua materia, computando approximadamente o numero de aulas a dar durante o anno lectivo seguinte.

§ 1.º Os conferencistas dos cursos theoricos apresentarão a secretaria por intermedio do Director do Ensino as suas conferencias escriptas, affim de que sejam impressas e distribuidas aos alumnos.

§ 2.º Aos instructores são extensivas as obrigações deste artigo e ainda mais as de apresentar previamente ao Director do Ensino, para a conveniente approvação, os planos ou projectos relativos aos trabalhos praticos que serão realizados pelos alumnos.

NOMEAÇÃO DO PESSOAL

Art. 614. O commandante e o ajudante são nomeados pelo Ministro, por proposta do Director de Saude da Guerra; o almoxarife e o secretario, pelo Ministro, propostos pela autoridade competente; o porteiro e o continuo pelo Ministro, por proposta do commandante.

§ 1.º O commandante requisitará o sargento archivista e os sargentos auxiliares de escripta.

§ 2.º Os serventes serão nomeados por portaria do commandante.

VENCIMENTOS

Art. 615. Os vencimentos do porteiro, continuo e serventes serão iguaes aos de igual categoria do Hospital Central do Exercito.

Art. 616. Os conferencistas, quando estranhos aos quadros do Ministerio da Guerra, terão uma gratificação arbitrária pelo Ministro da Guerra.

Paraphrasis unico. As gratificações dos conferencistas e as despesas com as visitas e viagens de instrucção, comprehendo a alimentação, correrão por conta do cofre da escola, ao qual será abonado, annualmente, um quantitativo fixado pelo Ministro e sujeito ao regimen das massas.

PLANO DE ENSINO

Art. 617. A Escola comprehende dous cursos:

a) o de applicação, destinado ao recrutamento de medicos e pharmaceuticos para o Exercito;

b) o de aperfeiçoamento, destinado ao aperfeiçoamento dos medicos e pharmaceuticos militares, após permanencia de alguns annos no serviço do Exercito.

CURSO DE APPLICAÇÃO

Art. 618. O curso de applicação, quer para os medicos, quer para os pharmaceuticos, se divide em tres classes:

a) instrucção tecnica complementar e applicação especial de medicina, cirurgia e clinica ao Exercito;

b) instrucção especial de organização militar e do serviço de saúde, em tempo de paz e de guerra;

c) instrucção de equitação e exercicios de educação physica.

Art. 619. A instrucção tecnica complementar e de applicação,

para os medicos, comprehende duas categorias de materias:

1.º Curso pratico de clinicas e laboratorios, ministrado nos respectivos serviços clinicos do Hospital Central do Exercito e no Laboratorio Militar de Bacteriologia.

2.º Curso theorico, ministrado por meio de preleções e conferencias.

§ 1.º O curso pratico da 1.ª categoria consta das seguintes aulas:

1.ª, clinica medica

2.ª, clinica cirurgica geral e das vias urinarias;

3.ª, clinica ophthalmologica;

4.ª, clinica oto-rhino-laryngologica;

5.ª, clinica psiquiatrica e de molestias nervosas;

6.ª, clinica dermatologica e syphiligraphica;

7.ª, applicações de physiotherapia e radiologia;

8.ª, exercicios de bacteriologia e de clinica, applicadas a hygiene militar.

§ 2.º O curso theorico consta das seguintes aulas:

1.ª, cirurgia de guerra;

2.ª, hygiene militar e educação physica;

3.ª, doencas e epidemias dos exercitos;

Art. 620. A instrucção especial de organização militar e serviço de saúde consta das seguintes aulas:

1.ª, serviço de saúde em tempo de paz; aptidão physica militar; pericias medico-legaes; organização do exercito; legislação e administração militares;

2.ª, serviço de saúde em campanha e tactica sanitaria.

Art. 621. Para os pharmaceuticos, a instrucção tecnica complementar e de applicação, consta de um curso pratico de bromatologia, toxicologia chimica e analyses applicadas ao exercito, ministrado nos serviços e gabinetes do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

§ 1.º A instrucção especial de organização militar para os pharmaceuticos consta das seguintes aulas:

1.ª, serviço de pharmacia militar em tempo de paz e de guerra;

2.ª, da 1.ª aula do art. 620, excepto a parte de aptidão physica militar;

3.ª, da 2.ª aula, do art. 620, excepto a parte de tactica sanitaria.

§ 2.º As aulas referidas no art. 620 serão dadas em commun para os medicos e pharmaceuticos.

Art. 622. Os exercicios de equitação e instrucção physica, communs aos medicos e pharmaceuticos, terão lugar na Escola de Estado-Maior, conforme as ordens do Estado-Maior do Exercito.

Art. 623. Como complemento do ensino theorico haverá, durante o curso, exercicios praticos sob a direcção dos conferencistas das aulas do serviço de saúde em tempo de paz e do serviço de saúde em campanha, com a assistencia do pessoal e material das formações sanitarias regimentaes e 1.ª Formação Sanitaria Divisionaria.

Paraphrasis unico. Haverá tambem visitas aos estabelecimentos militares e sanitarios, campos de manobras e de tiro e em todas as oportunidades em que entrar em jazo a actividade do medico militar.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 624. O Curso de Aperfeiçoamento para os officiaes medicos e pharmaceuticos do Exercito constará de duas partes: uma, de revisão das materias do Curso de Applicação e outra de aperfeiçoamento de uma clinica ou serviço de laboratorio da escola do official.

Paraphrasis unico. Uma grande latitude será dada aos alumnos do Curso de Aperfeiçoamento que desejarem se especializar em qualquer ramo da medicina ou pharmacia, permitindo-lhes seguirem, durante o prazo do curso, as clinicas ou laboratorios, quer militares, quer civis, sem prejuizo das aulas e exercicios praticos da revisão.

MATRICULAS

Art. 625. A matricula na Escola de Applicação do Serviço de Saude será realizada mediante concurso feito de accordo com instrucções especiaes, propostas pelo Director do ensino, submettidas á approvação do Director de Saude da Guerra e chefe do Estado-Maior, e publicadas no Boletim do Exercito e *Diário Official*.

§ 1.º O concurso terá lugar durante o mez de janeiro, sendo as provas escriptas as mesmas para todos os candidatos e realizadas, em principio, em todas as cidades que forem sedes de Faculdades de Medicina officiaes ou officialmente reconhecidas, sob a fiscalização dos respectivos chefes do serviço de saúde; as provas oraes e praticas serão realizadas

nessas cidades pela mesma comissão examinadora que para lá se transportará para tal fim.

§ 2.º Quando houver conveniência o governo poderá designar as cidades onde se realizarão as provas pratico-oraes, concedendo passagens aos candidatos habilitados na prova escripta.

§ 3.º Os editaes para o concurso serão publicados pela imprensa local desde o mez de setembro, sendo as inscripções e inspecções de saúde dos candidatos realizadas no mez de dezembro.

Art. 626. Para a matricula na Escola de Applicação é preciso que o candidato satisfaça ás seguintes condições:

- a) ser brasileiro nato e no gozo dos seus direitos civis e politicos;
- b) ser diplomado em medicina ou pharmacia pelas faculdades de medicina officiaes ou oficialmente reconhecidas;
- c) ter no maximo 28 annos de idade na época da inscripção;
- d) ser reservista do Exército ou Armada;
- e) ter aptidão physica para o serviço militar, comprovada em inspecção de saúde pela junta regional;
- f) apresentar carteira de identificação e folha corrida da policia civil;
- g) apresentar attestados de vacinação.

Art. 627. As inscripções para o concurso serão realizadas mediante requerimento do candidato, acompanhado dos documentos comprobatorios das condições exigidas pelo artigo anterior, e dirigidos ao director de Saúde da Guerra, na Capital Federal, e aos chefes do serviço de saúde, nas regiões militares.

Art. 628. O concurso versará principalmente, para os medicos, sobre questões de pathologia geral, anatomia e physiologia pathologicas, pathologia interna e externa, hygiene e exame clinico de doentes; para os pharmaceuticos sobre chimica, materia medica, pharmacologia e bromatologia.

Art. 629. As comissões examinadoras do concurso compor-se-hão de tres membros, instructores ou conferencistas da Escola de Applicação, uma para os medicos e outra para os pharmaceuticos, nomeados pelo director da Saúde da Guerra, por proposta do director do ensino.

Paraphrasis unico. Os membros da comissão examinadora do concurso de medicos serão medicos, cabendo a presidencia ao mais graduado ou mais antigo; os da de pharmaceuticos serão dous pharmaceuticos, cabendo a presidencia ao presidente da de medicos.

Art. 630. O numero de alumnos a admitir na Escola de Applicação será prévia e annualmente fixado pelo ministro da Guerra, de conformidade com as necessidades do serviço e a média das vagas havidas nos tres ultimos annos, cujo numero, augmentado da metade, assignalará o limite maximo.

Art. 631. A matricula para o Curso de Aperfeiçoamento será effectuada para os officiaes medicos e pharmaceuticos do Exército seis annos depois da sua passagem pelo curso de Applicação, de modo que as turmas de cada anno, no Curso de Aperfeiçoamento, corresponderão ás mesmas do curso de Applicação.

Paraphrasis unico. A passagem pelo Curso de Aperfeiçoamento é obrigatoria para todos os medicos e pharmaceuticos do Exército, devendo o director de Saúde da Guerra solicitar ao ministro, em época opportuna, para que sejam postos á sua disposição aquelles a quem caiba a matricula.

Art. 632. Os alumnos do Curso de Aperfeiçoamento, ao se matricularem, declararão qual o serviço clinico ou de laboratório em que desejem se aperfeiçoar ou especializar.

EXAMES

Art. 633. Os alumnos do curso de Applicação e Aperfeiçoamento serão sujeitos a provas parciales durante os respectivos cursos, sob a forma de arguições, exercicios practicos, themas sobre organização e funcionamento do serviço de saúde em tempo de paz e de guerra, as quaes serão oraes ou escriptas, conforme a natureza do assumpto.

Paraphrasis unico. No fim de cada trimestre será apurada a média das notas obtidas pelos alumnos em cada uma das aulas, equitação e conducta, sendo o resultado publicado em boletim da Escola.

Art. 634. O julgamento das provas será feito em grãos de 6 a 10, sendo que 4 e 5 constituem nota regular; 6 e 7, bem; 8 a 10, muito bem.

§ 1.º Os livros de notas dos alumnos ficarão em poder dos instructores e conferencistas que os apresentarão ao dia 1 de cada mez ao director do Ensino.

§ 2.º O alumno que ao cabo do 4.º mez do curso tiver média geral inferior a 4, será desligado.

Art. 635. No fim do curso haverá exame final para todas as materias ensinadas durante o anno, comprehendidas tambem as clinicas, trabalhos de laboratorio, equitação e educação physica.

§ 1.º As provas finais para as aulas de clinica serão duas: uma escripta, versando sobre a observação clinica de um doente, e outra grafica e oral; para as aulas theoricas haverá uma prova escripta, com duração de duas horas, no maximo, para cada uma, e outra oral.

§ 2.º O director do Ensino organizará instrucções especiaes regulando a execução dos exames finais, que terão lugar no mez de dezembro.

Art. 636. O alumno que não obtiver, durante o anno, pelo menos a média geral 4, será considerado reprovado, não podendo voltar á Escola. Si, entretanto, o motivo de não alcançar a referida média for doença prolongada, devidamente comprovada, o alumno poderá ser readmitido no anno seguinte.

Art. 637. A nota de conducta dos alumnos é dada pelo commandante da Escola.

Art. 638. A nota final de cada materia é a resultante da média obtida pelas notas trimestraes e pelas das provas de exame final.

Art. 639. A nota final de cada materia será multiplicada por um coefficiente, conforme o quadro abaixo:

- a) clinicas geraes, medica e cirurgica; coefficiente 5, cada uma;
- b) clinicas especiaes e trabalhos de laboratorio; coefficiente 3, cada uma;
- c) aulas theoricas dos cursos medico ou pharmaceutico; coefficiente 5, cada uma;
- d) equitação e exercicios physicos; coefficiente 1, cada uma;
- e) conducta e applicação; coefficiente 1, cada uma.

Art. 640. A classificação final dos alumnos será feita pela somma total dos pontos obtidos pelas notas finais de cada materia, juntamente com os coefficientes respectivos.

Art. 641. O resultado dos exames será publicado no boletim interno da Escola e no Boletim do Exército, com a respectiva classificação do alumno que concluiu o curso.

Art. 642. Ao concluir o curso de Applicação o alumno será nomeado 2.º tenente medico ou pharmaceutico, conforme o caso, independente de vagas nos respectivos quadros.

Art. 643. A collocação no almanack do Ministerio da Guerra obedecerá á ordem de classificação pelos pontos obtidos dentro de cada turma.

Art. 644. Os alumnos do Curso de Aperfeiçoamento da Escola tambem farão exame final, cujo resultado figurará na fé de officio de cada um.

ANNO LECTIVO E FREQUENCIA

Art. 645. O anno lectivo começa no 1.º dia util de março e termina em fim de novembro.

Art. 646. O emprego do tempo será regulado por quinzena, segundo o criterio do director do ensino, que poderá modificar-o occasionalmente, se assim o exigir a boa ordem dos trabalhos.

Art. 647. A frequencia do alumno será verificada por aulas, marcando-se um ponto ao que, por motivo justificado, faltar no mesmo dia a uma ou mais aulas ou exercicios; não havendo justificação, serão marcados tres pontos.

§ 1.º As faltas serão justificadas perante o commandante da escola.

§ 2.º O alumno que completar 15 pontos, no decorrer do anno lectivo, será desligado da escola.

SYSTEMA DISCIPLINAR. PENAS E RECOMPENSAS

Art. 648. Todo o pessoal da escola, permanente ou eventual, com excepção do da Missão Militar Françoza, assim como os alumnos e outros militares em serviço no estabelecimento,

estão subordinados á acção disciplinar do commandante da escola.

Art. 649. O alumno do Curso de Applicaçào que fór reprovado será eliminado do curso, sem que lhe assista direito á readmissào nem a qualquer vantagem ou regalia.

§ 1.º Os que forem approvados só poderão sair do Exército depois de cinco annos do serviço ou mediante indemnizaçào das despesas.

§ 2.º Essas obrigações, a que ficam sujeitos os alumnos, serão claramente discriminadas em documento por elles firmados, na secretaria da escola, no acto de sua admissào.

Art. 650. Aquelles que desejarem abandonar o curso antes da conclusào indemnizarão tambem a importancia dos vencimentos recebidos.

Art. 651. O alumno que concluir o curso com a nota *emuito bem* e classificado em primeiro logar terá menção honrosa com citação em boletim do Exército, e fará jus a estudos especiais no estrangeiro, dous annos depois da conclusào do curso.

Paragrapho unico. Os alumnos distinguidos com viagem ao estrangeiro terão direito a passagens para si e sua familia e ás vantagens pecuniarias attribuidas aos que seguem no desempenho de commissões especiais.

MATERIAL DO ENSINO

Art. 652. Para que o ensino seja ministrado com o conveniente desenvolvimento, a Escola de Applicaçào utilizará o material que fór necessario e constante da bibliotheca, clinicas, gabinetes, laboratorios do Hospital Central, Laboratório Militar de Bacteriologia, Depósito do Material Sanitário, Laboratório Chimico Pharmaceutico Militar, os quacs serão postos á disposiçào da escola.

Paragrapho unico. O director do ensino solicitará do director da saude as providencias para que este obtenha que sejam postas á disposiçào da escola uma ou mais formações sanitarias regimentaes e a 1.ª Formação Sanitaria Divisionaria, com o pessoal e material, para os exercicios practicos.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 653. Os alumnos do Curso de Applicaçào, medicos e pharmaceuticos serão nomeados respectivamente segundos tenentes e aspirantes a official, estagiarios, logo após a matricula effectuada na escola, e terão todas as honras e obrigações militares, bem como perceberão os vencimentos correspondentes a esses postos.

§ 1.º Os estagiarios, uma vez incluídos nos respectivos quadros do Corpo de Saude, contarão, para effeito de reforma e montepio, o tempo de estagio da escola.

§ 2.º Os alumnos da escola não terão direito á alojamento e alimentaçào por conta do Estado.

Art. 654. As substituições do pessoal da administração da escola serão feitas de accordo com as regras geraes e reguladas, nos casos especiais, pelo director de saude, conforme as conveniencias do serviço.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 655. Pelo Curso de Aperfeiçoamento da Escola de Applicaçào deverão passar, obrigatoriamente, todos os actuaes officiaes medicos e pharmaceuticos do Exército que não foram recrutados pela escola.

§ 1.º Para que a passagem desses officiaes pelo Curso de Aperfeiçoamento não prejudique o serviço de saude das guarnições fóra do Rio de Janeiro, a matricula no Curso obedecerá ás seguintes prescripções:

1.ª, serão matriculados no Curso Officiaes que sirvam na Capital Federal e outros, em menor numero, dos que servem fóra;

2.ª, o numero de alumnos será fixado pelo ministro, mediante proposta do director de saude, sendo que para os das regiões, que não a 1.ª, o numero será proporcional ao total dos que nellas servem.

Art. 656. O Curso de Aperfeiçoamento para os actuaes officiaes constará, principalmente, de conferencias e exercicios practicos sobre organizaçào e funcionamento do serviço de saude em tempo de paz e de guerra, noções sobre organizaçào e funcionamento dos quartéis-generaes e serviço de estado-maior.

§ 1.º Os alumnos deverão frequentar o serviço clinico do Hospital Central do Exército,

§ 2.º Na parte pratica serão feitos exercicios de leitura de carta, resoluçào de themas de tactica sanitaria, manobras do serviço de saude, de quadros, etc.

§ 3.º Haverá tambem exercicios de equitaçào para todos os alumnos.

Art. 657. Os programmas do ensino para esse Curso serão especiais, devendo tratar do que fór estritamente necessario para dar aos actuaes medicos e pharmaceuticos una orientaçào uniforme sobre a nova organizaçào e funcionamento dos serviços de saude.

Art. 658. No fim de cada Curso não haverá exames. O director do ensino dará sobre cada alumno o juizo correspondente ao seu aproveitamento, de accordo com o parecer dos conferencistas e instructores, juizo que constará na fé do officio dos officiaes e será expresso pelas menções *muito bem*, *bem* e *regular*.

Art. 659. Os pharmaceuticos assistirão ás aulas que forem communs aos dous quadros e ás especiais, referentes a analyses chimica, bromatologicas e toxicologicas, exames de aguas, de bebidas, etc., que serão dadas no Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

Art. 660. Em principio, as aulas do Curso de Aperfeiçoamento para os actuaes officiaes do Corpo de Saude serão dadas pelos medicos da Missào Militar Franceza.

CAPITULO XIII.

INSPECÇÕES TECHNICAS DO SERVIÇO DE SAUDE

Disposições geraes

Art. 661. As inspecções technicas do Serviço de Saude, permanentes, creadas para attender á grande extensào do territorio nacional e difficuldade de communicações entre as zonas extremas do paiz, são orgãos de ligaçào tecnica entre os chefes do Serviço de Saude das Regiões e o director de Saude da Guerra.

Art. 662. As inspecções technicas do Serviço de Saude tem por fim informar exactamente o ministro e o chefe do Estado-Maior do Exército, por intermedio do director de Saude da Guerra, sobre o estado sanitario da tropa, a execuçào do Serviço de Saude, a preparaçào do pessoal e material sanitario, para o caso de guerra, a administração e gestão do serviço nos corpos de tropa e estabelecimentos militares, estabelecimentos sanitarios e chefias do Serviço de Saude das Regiões.

Art. 663. Os inspectores technicos do Serviço de Saude não interveem, em caso algum, na execuçào do serviço: a execuçào cabe, exclusivamente, aos chefes do Serviço de Saude das Regiões, unicos responsaveis pelo Serviço de Saude em suas respectivas Regiões.

Além de suas funcções de inspecção, os inspectores só poderão intervir por directivas geraes, que lhes tenham sido confiadas pelo ministro ou director de Saude da Guerra, para transmitir ás Regiões.

Art. 664. Os inspectores technicos são nomeados pelo ministro da Guerra e escolhidos entre os medicos militares do posto de coronel.

Art. 665. As inspecções technicas (permanentes) do Serviço de Saude são em numero de duas:

- a) A primeira comprehende as 1.ª, 2.ª e 3.ª Regiões e 1.ª Circumscripção Militar;
- b) A segunda comprehende a 3.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª Regiões e 2.ª Circumscripção Militar.

Paragrapho unico. As residencias dos inspectores technicos do Serviço de Saude serão fixadas pelo ministro.

Art. 666. Em principio, as inspecções terão logar, pelo menos uma vez por anno, em todas as localidades em que exista um corpo de tropa, destacamento ou estabelecimento militar.

§ 1.º Taes inspecções serão feitas segundo um ou diversos itinerarios estabelecidos annualmente pelo ministro, mediante proposta do director de Saude da Guerra; os itinerarios são rigorosamente secretos.

§ 2.º Se sobreviver um facto importante que affec-te o estado sanitario da tropa, os inspectores podem ser enviados

à localidade, onde elle se produziu, por ordem do ministro da Guerra; essa ordem pôde ser provocada pelo director de Saude da Guerra ou pelos proprios inspectores.

Art. 667. Os inspectores technicos do Serviço de Saude dependem directamente do director de Saude da Guerra; em determinados casos, de ordem puramente militar, regidos por instrucções especiaes, dependem tambem dos generaes inspectores de Regiões.

Paragrapho unico. Correspondem-se directamente com o director de Saude da Guerra o com os commandantes das Regiões que fazem parte de sua zona de inspecção.

Execução das Inspeções do Serviço de Saude

Art. 668. Os inspectores technicos do Serviço de Saude têm o dever de:

§ 1.º Nos estabelecimentos militares e corpos de tropa:

1) assegurar-se do estado sanitario da tropa e das medidas geraes tomadas para o manter bom ou corrigir alguma anormalidade;

2) fiscalizar, sob o ponto de vista tecnico, o funcionamento do Serviço de Saude, visita medica, enfermaria regimental, vigilancia sanitaria dos homens, medidas de prophylaxia, etc.;

3) verificar o estado do material sanitario do uso corrente e de mobilização do Serviço de Saude, não só sob o ponto de vista de conservação, como da quantidade regulamentar;

4) verificar si os regulamentos e instrucções do Serviço de Saude são realmente applicados; si a instrucção para o caso de guerra, a instrucção dos quadros sanitarios da activa e da reserva, a instrucção sanitaria dos homens, são dadas de conformidade com os regulamentos em vigor e resultados satisfatorios;

5) verificar si os registros, livros e papeis regulamentares estão em dia e escripturados correctamente.

§ 2.º Nas Chefias do Serviço de Saude das Regiões e Circumscripções Militares, hospitaes militares e estabelecimentos militares do Serviço de Saude:

1) assegurar-se do modo por que são tratados os doentes nos hospitaes militares, dos conhecimentos technicos e devotamento ás suas funções do pessoal encarregado do tratamento;

2) inspecionar, sob todos os pontos de vista, o funcionamento dos diversos serviços, sejam technicos (medico, pharmaceutico, odontologico), sejam administrativos (cozinha, lavanderia e outros);

3) verificar o estado do material de toda natureza, seja o de uso corrente, seja o de mobilização;

4) verificar si os regulamentos e instrucções em vigor são realmente applicados e si a instrucção tecnica e militar dos officiaes e praças é dada convenientemente;

5) verificar, principalmente, a instrucção dos reservistas o quadro da reserva;

6) verificar a gestão dos estabelecimentos e Chefias do Serviço de Saude e, de modo geral, toda a parte administrativa, contabilidade e estatistica.

Art. 669. Devem assistir ás Inspeções Technicas da Sede de Saude:

1) o commandante de corpo, director ou chefe do estabelecimento militar;

2) o Chefe do Serviço de Saude da Região, quando a inspecção se fizer na sede da Região, ou um seu representante, em todas as outras guarnições.

Paragrapho unico. O Inspector, antes do inicio da inspecção, fará a comunicação necessaria ao Commandante da Região respectiva, afim de que este ponha á sua disposição, para esse fim especial, o corpo ou o estabelecimento indicado.

Art. 670. Os Commandantes de corpos e directores de estabelecimentos devem tudo facilitar aos Inspectores Technicos do Serviço de Saude, para o bom desempenho de suas funções.

Art. 671. Após cada inspecção, os Inspectores Technicos do Serviço de Saude dirigem ao Director de Saude da Guerra um relatório circumstanciado sobre a inspecção; uma via desse relatório é enviada, pelo Director de Saude, ao Chefe de Estado-Maior do Exercito.

Art. 672. Cada Inspector Technico do Serviço de Saude tem um assistente, capitão-medico, e, á sua disposição, dois auxiliares de escripta, sargentos.

Paragrapho unico. O Inspector pôde, ainda, se fazer acompanhar, quando julgar necessario, em certas inspecções ou serviços especiaes, de outros officiaes do Serviço de Saude ou Administração, mediante proposta feita por intermedio do Director de Saude da Guerra. Taes officiaes serão destacados, temporariamente, de suas funções normaes.

Art. 673. Aos Inspectores e seus auxiliares, quando em serviço de inspecção fora da sede, será concedida uma diaria ou ajuda de custo arbitrada pelo Ministro da Guerra.

CAPITULO XIV

SERVICO ODONTOLOGICO

Art. 674. O Serviço Odontologico no Exercito funcionará de accordo com instrucções especiaes, organizadas na Directoria de Saude da Guerra e approvadas pelo Ministro da Guerra.

Art. 675. Tal serviço funciona sempre sob a dependencia do serviço de saude, ficando os dentistas directamente subordinados aos respectivos chefes-medicos.

Art. 676. O Serviço Odontologico só é executado gratuitamente para as praças, havendo para os officiaes e suas familias uma tabella regulando os preços para as indemnizações.

TITULO IV

Disposições geraes e transitorias

Art. 677. Os regulamentos para o serviço de saude em tempo de paz serão completados por instrucções especiaes, que regularão o funcionamento de cada serviço, repartição ou estabelecimento sanitario, constituindo os respectivos regimentos internos.

Paragrapho unico. Essas instrucções serão organizadas na Directoria de Saude da Guerra e entrarão em vigor depois de approvadas pelo Ministro da Guerra.

Art. 678. Os medicos e pharmaceuticos adjuntos continuarão a servir, constituindo um quadro á parte, e gozando de todas as vantagens e regalias que lhes são conferidas por lei.

Art. 679. O serviço de veterinaria depende do de saude do Exercito unicamente pela sua direcção geral, que constitui a 4.ª Divisão da Directoria de Saude da Guerra. Os demais órgãos desse serviço nenhuma dependencia terão com as chefias do serviço de saude, junto aos diversos commandos.

Art. 680. Salvo os cargos de direcção dos serviços, repartições e estabelecimentos sanitarios, cujos postos são taxativamente discriminados nos respectivos regulamentos, os demais cargos technicos serão exercidos por officiaes de qualquer posto, tendo em vista, principalmente, a aptidão especial de cada um.

Art. 681. Os funcionarios e empregados civis das repartições e estabelecimentos sanitarios, cujos cargos passam a ser exercidos por militares, conforme o estabelecido no presente regulamento, são mantidos em suas funções actuaes e respectados os direitos e regalias garantidos por lei, sendo-lhes applicaveis as meenas disposições relativas aos de igual categoria da Secretaria da Guerra.

§ 1.º. Os lugares que vagarem em cada repartição ou estabelecimento irão sendo preenchidos, por acesso, entre os funcionarios civis existentes, dando-se a substituição, por militar, ao cargo de menor categoria, até a extincção completa dos respectivos quadros de taes funcionarios.

§ 2.º. Esses funcionarios poderão ser aproveitados nas vagas que se derem em outras repartições do Ministerio da Guerra, a juizo do Governo.

§ 3.º. Poderão concorrer, tambem, ao primeiro posto de official contador, mediante o curso da Escola de Administração e preenchidas as exigencias regulamentares, em condições identicas ás estabelecidas para os funcionarios da Intendencia da Guerra.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1921. *Leão Pauda Coloperas.*

QUADRO DOS OFFICIAES DO SERVIÇO DE SAUDE

MEDICOS

Designação das funções	General	Coroneis	Tenentes-coroneis	Majores	Capitães	Primeiros-tenentes	Segundos-tenentes	Total
Director de Saude da Guerra...	1							1
Chefes do Gabinete e Divisões.		1	3					4
Chefes de secções.				4				4
Adjuntos.					6			6
Ajudantes de ordens do director						1		1
Inspectores technicos permanentes.		2						2
Assistentes.					2			2
Chefe do serviço na 3ª região.		1						1
Chefes do serviço nas demais regiões e 1ª e 2ª circumscripções.			8					8
Chefe do serviço no 1º D. A. C.				1				1
Adjuntos nas 1ª, 2ª, 3ª e 4ª regiões.					4			4
Estabelecimentos sanitarios								
Escola de Applicaçào do Serviço de Saude								
Commandante.			1					1
Ajudante.					1			1
Hospital Central do Exercito								
Director.		1						1
Vice-director.			1					1
Chefe do Pavilhão de Isolamento.				1				1
Chefes de clinica.				2				2
Chefes de enfermarias.					8			8
Auxiliares.						8		8
Hospitais de 1ª classe								
Directores.			3					3
Vice-directores.				3				3
Chefes de enfermarias.					6			6
Auxiliares.						6		6
Hospitais de 2ª e 3ª classes								
Directores.				13				13
Chefes de enfermarias.					18			18
Auxiliares.						13	5	18
Estação de Assistencia e Prophylaxia								
Director.				1				1
Encarregados de especialidades.					1	4		5
Auxiliares do posto medico.						4		4
Depositos de convalescentes								
Directores.				5				5
Auxiliares.						5		5
Sanatorio Militar								
Director.				1				1
Auxiliares.					1	2		3
Laboratorio Militar de Bacteriologia								
Director.				1				1
Chefes de secção.					3			3
Auxiliares.						3		3
Deposito Central de Material Sanitario								
Director.		1						1
Chefes de divisào.				2				2
Adjuntos.					2			2

Designação das funções

Designação das funções	General	Coroneis	Tenentes-coroneis	Majores	Capitães	Primeiros-tenentes	Segundos-tenentes	Total
Depositos regionaes								
Directores.				2				2
Chefes de divisào.					2	2		4
Corpos de tropa								
Infantaria :								
11 regimentos de infantaria.					11	11	11	33
23 batelhões de caçadores.					14	15	29	58
2 companhias de estabelecimentos.						2		2
Cavallaria :								
20 regimentos de cavallaria.					10	10	20	40
2 depositos de remonta.						2		2
Artilharia :								
9 regimentos de artilharia montada.					9	9	9	27
1 regimento de artilharia mixta.					1	1	1	3
5 grupos de artilharia pesada.						5	5	10
3 grupos de artilharia a cavallo.						3	3	6
2 grupos de artilharia de montanha.						2	2	4
2 grupos de artilharia de costa.					2	2		4
8 baterias isoladas.						8		8
Engenharia :								
5 batalhões de engenharia.					5	5		10
1 batalhão ferro-viario.					1	1		2
1 companhia ferro-viaria.						1		1
1 companhia de aviação.						1		1
2 esquadrões de transmissões.						2		2
Tropa especial :								
12 esquadrilhas de aviação.						12		12
1 companhia de carros de assalto.						1		1
6 formações sanitarias divisio-narias.					6	12		18
Estabelecimentos diversos								
Escola de Estado-Maior.						1		1
Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes.					1	1		2
Escola Militar.					1	2		3
Collegio Militar do Rio de Janeiro.					1	2		3
Collegios Militares.					3	3		6
Escola de Aviação.					1	1		2
Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.					1	1		2
Arsenal de Guerra de Porto Alegre.						1		1
Fabrica de Cartuchos do Realengo.					1	1		2
Fabrica de Polvora de Piquete.					1	1		2
Fabrica de Polvora da Estrella.					1	1		2
Asylo de Invalidos.						1		1
Serviço Geographico.						1		1
Intendencia da Guerra.						1		1
Somma.	1	6	16	36	124	171	85	439

Observação — As vagas resultantes da ampliação do quadro de medicos só serão preenchidas á medida que forem sendo organizados os estabelecimentos acima referidos e dado effectivo em pracas ás unidades de tropa que ainda o não tiverem. O Ministro da Guerra, mediante informação minuciosa da Directoria de Saude, fixará o quadro provisório de accôrdo com as necessidades actuaes.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1921. — João Pandiá Calogeras.

PHARMACEUTICOS

Designações das funcções	Coronel	Tenente-coronel	Major	Capitão	Primeiro tenente	Segundo tenente	Total
Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar							
Director	1						1
Vice-director		1					1
Chefes de divisão			3				3
Adjuntos				3	5	5	13
Directoria de Saude da Guerra							
Adjuntos				3			3
Deposito Central de Material Sanitario							
Adjunto				1			1
Hospital Central do Exercito							
Encarregado de pharmacia		1					1
Auxiliares				1	4	2	7
Hospitales de 1º classe							
Encarregados de pharmacias			1	2			3
Auxiliares					3		3
Hospitales de 2º e 3º classes							
Encarregados das pharmacias				13			13
Auxiliares					13		13
Depositos Regionaes de Material Sanitario							
Chefes de divisão e encarregados de pharmacia				2			2
Adjuntos					2		2
Laboratorio de Bacteriologia							
Auxiliares					3		3
Esternarias Hospitales							
Encarregados de pharmacia					22	42	64
Estabelecimentos diversos							
Escola Militar					1		1
Escola de Aviação						1	1
Collegios Militares					4		4
Depositos de convalescentes					5		5
Sanatorio						1	1
Fabrica de Polvora de Piquete						1	1
Fabrica de Polvora Estrella						1	1
Depositos de Remonta						2	2
Grupos de artilharia de costa						2	2
Baterias Isoladas						4	4
Villa Militar					1	2	3
Somma	1	2	6	25	63	63	160